

Debora Alves

**A IMPRENSA E O PT: UMA ANÁLISE DE ASPECTOS DA POLÊMICA EM
TORNO DO PLANO DE GOVERNO DE 2002**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Jonas de Araújo
Romualdo

IEL/UNICAMP

2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

Alves, Debora.

AL87i A imprensa e o PT : uma análise de aspectos da polêmica
em torno do plano de governo de 2002 / Debora Alves. -
Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador : Prof^o. Dr^o. Jonas de Araújo Romualdo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Polêmica. 3. Simulacro. 4. PT. I.
Romualdo, Jonas de Araújo. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Lingüística

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo - Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Irma Hadler Coudry

Prof. Dr. Sírio Possenti

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Bastos de Mattos

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos especiais:

Ao Prof. Jonas de Araújo Romualdo pela acolhida e pela orientação sempre dedicada e paciente.

Ao Prof. Sírío Possenti pelo auxílio, pelas conversas, pelos comentários críticos e valiosas sugestões, fundamentais para a realização desta pesquisa.

À Prof^a. Maria Irma Coudry pelos perspicazes comentários no exame de qualificação e por aceitar pronta e gentilmente o convite para participar da banca de defesa.

Ao CNPQ pelo suporte financeiro.

A Maria Helena Silva e a Edgard L. G. Alves por terem proporcionado todas as condições para que eu chegasse até aqui e por seu amor, carinho, apoio, ponderações, entusiasmo e (nem sempre imediata) compreensão.

A Fernando Silva Alves, irmão predileto e parceiro, por tentar me compreender e por me ajudar nas armadilhas da língua inglesa.

A Angelina Doimo Silva por seu amor, admiração, compreensão e por ter me ensinado coisas importantes da vida.

A Luiz Gustavo dos Santos, companheiro dos maus e dos melhores momentos, por seu carinho e dedicação, pelas críticas e pelo encorajamento.

A Ernesto Kemp, amigo querido, pelas conversas, pelo incentivo, pelo amparo.

A Angelita Matos Souza pela amizade, pelos cafés, pelos devaneios e por sanar minhas dúvidas quanto à conturbada política brasileira.

A Luís Fernando Telles, a quem admiro muito, cujo apoio e estímulo nos momentos finais foram decisivos.

A Marlizênia Ferretti, pelo companheirismo, pelos bate-papos, pela completa adoção.

A Gregório Dantas pelo apoio e pela leitura de parte deste trabalho.

A Adriana Quartarolla e Paula Senatore pelas preciosas conversas e pelo incentivo.

A Maria Rita Palmeira pelo auxílio no início desta empreitada, pelos conselhos e pelos valiosos diálogos.

A Marina Magalhães, cuja ajuda no início do mestrado foi crucial para a realização deste trabalho, por ter me aberto as portas.

Aos professores João Manuel Cardoso de Melo e Liana Aureliano pelo auxílio e por terem me dado a oportunidade de mudar de carreira e me dedicar à atividade docente.

Aos familiares e amigos que, direta ou indiretamente, ajudaram na realização deste trabalho: Maria Ângela Silva, Luciana Zerbinato, Andréa Aureliano, Jackeline Bertuolo, Patrícia Gambetta, Priscilla Gonçalves, Klara Schenkel e Gisele Almeida.

SUMÁRIO

RESUMO	1
APRESENTAÇÃO	2
CAPÍTULO I – PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	4
I.1 – DO OBJETO DE PESQUISA	4
I.2 – LINGUAGEM E DISCURSO	5
I.3 – A ANÁLISE DO DISCURSO	8
I.4 – A AD E MAINGUENEAU	12
CAPÍTULO II	16
II.1 – A ESCOLHA DO <i>CORPUS</i>	16
II.1.1 – O RECORTE	20
II.1.2 – OS QUATRO TEMAS	22
II.4 – UMA BREVE HISTÓRIA DO PT	23
II.4.1 – UM POUCO DE HISTÓRIA	23
II.4.2 – SOCIALISMO OU REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA?	28
II.4.3 – O PT NAS ELEIÇÕES	33
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DISCURSOS: A IMPRENSA E O PT	38
III.1 – ETHOS	38
III.2 – HETEROGENEIDADE	41
III.3 – INTERDISCURSO	45
III.4 – POLÊMICA	51
CAPÍTULO IV – OS QUATRO TEMAS	62
IV.1 – ALCA	63
IV.2 – DESEMPREGO	67
IV.3 – DÍVIDA EXTERNA	71
IV.4 – ALIANÇAS POLÍTICAS	74
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
ABSTRACT	1
BIBLIOGRAFIA	82

ANEXO	84
UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL	84
I. A RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O RESGATE DO SOCIAL	85
II. CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO	87
III. COMPROMISSOS E METAS BÁSICAS DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	92
IV. A CONSISTÊNCIA DO NOVO MODELO	98
V. A CARTA DE RESPONSABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL	105

Resumo

A divulgação da proposta preliminar de governo do Partido dos Trabalhadores em junho de 2001 obteve ampla repercussão na mídia, em particular na imprensa escrita. Os discursos da imprensa produziram, a partir da leitura do programa, o sentido de que o PT estaria se aproximando do discurso neoliberal. Alguns atores sociais ‘leram’ o programa como uma mudança de postura política do partido e chegaram a afirmar que o partido teria adotado uma atitude mais “moderada”, menos “agressiva”.

Tal mudança é explicada pela imprensa de duas maneiras. A primeira é que esta alteração de postura ideológica seria uma estratégia de marketing, uma tática eleitoral, e a segunda é a de que o partido teria abandonado suas convicções ideológicas e se aproximado do discurso da direita, ou do discurso neoliberal.

O PT, por sua vez, nega a mudança de postura (a idéia de um PT mais *light*), mas aceita a afirmação de que o partido amadureceu, está mais experiente em relação à década de 1980.

O presente trabalho, inscrito nos preceitos teóricos da Análise do Discurso, analisa alguns aspectos da polêmica gerada a partir da divulgação do programa de governo do Partido dos Trabalhadores. O objetivo foi o de analisar, do ponto de vista lingüístico, como a mudança foi enunciada pela imprensa, por um lado, e pelo partido, por outro, a partir da análise do simulacro produzido pela imprensa das propostas de governo do PT. Foram analisadas, particularmente, propostas que dizem respeito a quatro temas: ALCA, desemprego, dívida externa e aliança política.

Abstract

This work aims to discuss, adopting a discursive approach, a sort of polemical situation in which the practice of defending ideas is replaced by an attempt to suppress the opponent as representative. Based on the hypothesis that polemics, inasmuch as they constitute a relevant inter-discursive relation, correspond to an inter-incomprehension, I analyse some of the ‘simulacrum’ produced by the press generated by the publication of the electoral program of the Partido dos Trabalhadores (Workers’ Party).

Apresentação

Neste trabalho analisamos, utilizando os preceitos teóricos da escola Francesa de Análise do Discurso, o discurso produzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em sua proposta para o programa de governo nas eleições de 2002, assim como enunciados produzidos por órgãos de imprensa a partir da divulgação de tal proposta. O objetivo é analisar a relação polêmica estabelecida entre os discursos produzidos, por um lado, pelo partido e, por outro, pela imprensa.

Os discursos da imprensa produziram, ao longo da campanha presidencial, o sentido de que o PT estaria se aproximando do discurso denominado “de direita”. Alguns atores sociais ‘leram’ o programa como uma mudança de postura política do partido.

O objetivo, neste momento, não é o de confirmar ou desmentir essa possível mudança (tampouco a inclinação ou não do PT para a direita), mas analisar, do ponto de vista lingüístico, como tal mudança é enunciada pela imprensa, por um lado, e pelo partido, por outro, a partir da análise do simulacro produzido pela imprensa das propostas de governo do PT. Em outras palavras, a análise da interincompreensão, decorrente do fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que o faz interpretar os enunciados do seu Outro traduzindo-os nas categorias de registro negativo de seu próprio sistema.

Durante a realização desta pesquisa, deu-se o processo eleitoral e o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições presidenciais. Obviamente é farto o material disponível na imprensa e nos órgãos oficiais após o dia 27 de outubro de 2002, data do segundo turno das eleições. Contudo, a análise estará restrita à divulgação da proposta preliminar de governo e a sua repercussão na imprensa no período compreendido entre junho de 2001 e setembro de 2002. Tal recorte deveu-se a motivos metodológicos e aos objetivos propostos para este trabalho.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. Em um primeiro momento apresentamos o objeto da pesquisa e explicitamos as concepções de linguagem e discurso com as quais trabalhamos. Ainda no primeiro

capítulo é feita uma breve apresentação da escola francesa de Análise do Discurso, com especial ênfase ao trabalho de Dominique Maingueneau.

Um segundo passo deste estudo consistiu em analisar o programa de governo do partido (intitulado *Um Outro Brasil é Possível*) e enunciados produzidos pela imprensa acerca do programa para selecionar os temas e os enunciados a serem trabalhados. A seleção do *corpus* de análise está descrita no capítulo II. Ainda neste capítulo foi realizada uma breve apresentação da história do Partido dos Trabalhadores.

No terceiro capítulo são apresentados e explicitados os principais conceitos da Análise do Discurso utilizados, instrumentos da análise, assim como os principais pontos de polêmica encontrados.

No quarto capítulo é feita a análise dos quatro temas elencados (ALCA, desemprego, dívida externa e alianças políticas).

Finalmente, o quinto capítulo compreende considerações finais acerca da análise da polêmica em torno do documento do PT.

Capítulo I – Primeiras Considerações

I.1 – Do Objeto de Pesquisa

A escolha do Partido dos Trabalhadores deu-se não só por este ser o maior partido de esquerda da América Latina, mas por ter assumido grande importância no atual contexto político brasileiro. Ao longo dos últimos 20 anos, desde sua fundação em fevereiro de 1980, o PT, como veremos no capítulo II, conseguiu estabelecer-se entre as cinco maiores bancadas do Congresso Nacional, além de obter um significativo e decisivo aumento na representação em todo o cenário político: em 2002 elegeu 142 deputados estaduais (eram 12 os eleitos na primeira eleição de que o PT participou, em 1982), 91 deputados federais (número quase 12 vezes maior que o obtido em 1982: 8), 14 senadores, (o primeiro eleito foi em 1990 – único daquela eleição) e 3 governadores. Chama a atenção o fato de um partido de origem operária ter assumido tamanha importância em um país sem um passado político socialista, marxista.

Além disso, há uma relação peculiar entre partido e a imprensa. A imprensa sempre foi acusada pelo PT de agir com má-fé, de não compreender, ou de não tentar compreender, suas resoluções, seus processos políticos, seus projetos de governo. Perseu Abramo, em um artigo de 1988, chega a afirmar que:

A grande imprensa continua tendo, em relação ao PT, uma atitude de militância política. O Partido não é visto como uma realidade a ser descrita e analisada com isenção e eventualmente criticada. Mas um adversário a ser combatido o tempo todo, mesmo em detrimento da verdade, se necessário. Combatido pelo silêncio, pela omissão, pelo mutismo. Ou pela distorção e pela manipulação. (.) A grande maioria dos órgãos da imprensa procura no PT não o essencial das resoluções, os indicadores do crescimento qualitativo e quantitativo, as inovações políticas ou organizacionais, a democracia interna, a coerência pública, a fidelidade ao programa e aos compromissos com a classe trabalhadora. Mas, sim, o detalhe, o pormenor, a minúcia, o pequeno erro, a falha insignificante. Contrários à prática da democracia no interior das empresas, supervalorizam qualquer divergência de opiniões, fazem um carnaval com uma ligeira disputa entre dois

*companheiros, fingem scandalizar-se diante da coexistência de correntes de pensamento dentro do Partido.*¹

A imprensa, portanto, é vista pelo partido como um adversário a ser combatido, devido ao fato de supervalorizar o *detalhe, o pormenor, o pequeno erro* em detrimento do *essencial das resoluções*. A imagem dos órgãos de imprensa presente é a de *contrários à prática da democracia no interior das empresas* e, no que diz respeito ao PT, *fingem scandalizar-se diante da coexistência de correntes de pensamento dentro do partido*.

Vejamos um exemplo da imagem do partido, do ponto de vista da imprensa:

*Em sua história, o PT sempre exibiu comportamento ambíguo. (...) O que era o PT? Bem, não era comunista, nem socialista, nem social-democrata, embora fosse um pouquinho de tudo isso ao mesmo tempo – mas nem os petistas sabiam direito, divididos que estavam numa colorida algaravia de correntes ideológicas distintas.*²

A análise do enunciado nos leva a afirmar que a imprensa cria o sentido de um partido sem convicções ideológicas (*sempre exibiu comportamento ambíguo*). Podemos inferir que na memória discursiva da imprensa há a idéia de um partido imaturo, que não prima pela seriedade, uma vez que um partido político, cujos integrantes *não sabem direito* de qual corrente ideológica são adeptos pode ser desacreditado em um ambiente político-eleitoral.

A partir dos dois exemplos e da breve análise feita podemos concluir que a relação entre o partido e os órgãos da imprensa analisados constituem um rico material para a análise discursiva.

I.2 – Linguagem e Discurso

Faz-se necessário explicitar que em um trabalho de análise do discurso parte-se da concepção de linguagem segundo a qual a linguagem é uma forma de interação entre os sujeitos em um determinado contexto social, histórico, político e

¹ ABRAMO, Perseu. “A Imprensa e o PT: uma batalha”. www.fpabramo.org.br. Acessado em : 15/10/2001.

² “Empresários na agenda de Lula”, *Veja*, 22 de maio de 2002.

ideológico e não meramente um instrumento de troca de informações entre indivíduos. Maingueneau, ao explicitar a concepção de linguagem, utiliza a noção de “comunicação lingüística”:

Há uma certa coerência nos movimentos essenciais que conduzem à AD, que resulta de uma dependência comum, embora freqüentemente mediata, em relação às questões da enunciação e da pragmática. Quaisquer que sejam as divergências entre estas duas correntes, elas convergem para recusar uma certa concepção da linguagem – aquela que a entende como um simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. É a própria noção de “comunicação lingüística” que, desta forma, é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito etc.; tudo isto não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua (Maingueneau, 1987, pp.20/21).

Portanto, o modo de apreensão da linguagem está diretamente relacionado à atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados (Maingueneau, 1996, p.43).

Se a linguagem é entendida como interação entre os sujeitos, determinada em um contexto sócio-histórico, político-ideológico, poderíamos definir o discurso como uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas (*op.cit.* p. 44).

A definição de discurso, contudo, é algo que envolve um certo grau de complexidade. A dificuldade reside no fato de toda a produção lingüística poder ser considerada “discurso”. Como consequência, há uma multiplicidade de ramos e escolas de análise do discurso, pois, dependendo da concepção de discurso adotada, podemos encontrar diversificações quando analisamos as relações entre estas escolas e a lingüística. Isto ocorre porque

O “discurso” modifica-se de acordo com as referências que faz à psicologia, à história, à lógica etc., e, no interior destes campos, a esta ou aquela escola: uma “análise do discurso” pode, por exemplo, retirar boa parte de seus conceitos da psicologia, mas tomará uma

configuração diferente segundo se trate de psicologia cognitiva ou psicanálise e, no interior da psicanálise, por filiar-se a esta ou aquela escola (Maingueneau, 1987, p.12).

No que diz respeito à concepção de discurso, particularmente, na área de análise do discurso teríamos, pelo menos, duas correntes que diferem mais claramente: a anglo-saxã e a francesa. Na primeira, o discurso é considerado atividade fundamentalmente interacional e a análise do discurso aproxima-se da análise conversacional. São levados em conta inclusive aspectos não-verbais da interação entre os sujeitos (por esse motivo, de acordo com Maingueneau, a análise é mais orientada para a antropologia). Para a análise do discurso francesa, o discurso está mais próximo da questão da enunciação. A análise tem uma orientação mais lingüística, marcada pelo marxismo e pela psicanálise (Maingueneau, 1996, pp. 13,14 e 38).

Ao inscrevermos o presente trabalho na Análise do Discurso Francesa, conseguimos, de certa forma, restringir o espectro de definições possíveis para o discurso. Isso porque, ao aderirmos à AD, estamos afirmando que nos ocuparemos da região da lingüística dedicada ao estudo da linguagem à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas (Maingueneau, 1987, p. 11).

Para analisarmos o objeto desta pesquisa partiremos, portanto, de uma noção de discurso segundo a qual o discurso não é apenas instrumento de comunicação e troca de informações, mas constitui uma interação entre língua, história e ideologia. Isto porque, ao produzir um discurso, o sujeito comunica a posição que ocupa (ou acredita que ocupa) na sociedade e a posição que acredita ocupar seu ouvinte ou leitor. A tomada de posição dos sujeitos do discurso depende de fatores históricos, sociais, ideológicos etc.

Além disso, um discurso é sempre 'atravessado' por outros. Um discurso sempre é produzido em 'resposta' a outro ou em consideração a outro discurso (seja opositor, seja de mesma posição social, ideológica ou histórica). A produção discursiva, portanto, é a mediação necessária entre o sujeito e seu exterior.

O discurso é assim pensado como uma relação, uma correspondência entre a língua e questões que surgem no seu exterior, a propósito de qualquer discurso concreto: quem fala, qual é o sujeito do discurso, e como se pode caracterizar a emergência do sujeito nos discursos? De que fala o discurso, como descobrir nele a existência de temas determinados? Em quais condições, enfim, o discurso é produzido, mas também compreendido e interpretado? Em que medida tais condições se inscrevem elas mesmas na relação do discurso com a língua, como o exterior da língua se reflete na organização lingüística dos elementos do discurso?(Courtine, 1981, p.3).

Se, como dissemos acima, a linguagem funciona em relações interativas entre sujeitos inscritos em contextos sócio-históricos, político-ideológicos e o discurso pode ser definido como unidade de comunicação com as características descritas, o estudo do discurso não poderia constituir-se enquanto disciplina no interior de fronteiras rígidas, que não levassem em conta outras disciplinas que não somente o estudo da língua. Esta interdisciplinaridade é o foco da Análise do Discurso Francesa, escola de pensamento em que esta pesquisa se inscreve.

Antes de entrarmos no objeto da pesquisa em si, faremos uma breve apresentação da história da Escola Francesa de Análise do Discurso e seus principais conceitos.

I.3 – A Análise do Discurso

A Análise do Discurso Francesa (doravante AD) emergiu na metade dos anos 1960, sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo, a partir da articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise, em torno de uma reflexão sobre o texto escrito. Eis, nas palavras de um de seus iniciadores, o que motivou sua emergência:

A referência às questões filosóficas e políticas, surgidas ao longo dos anos 60, constitui amplamente a base concreta, transdisciplinar de uma convergência (...) sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos (Pêcheux, M.,1984 apud Maingueneau, 1987, p. 10).

O núcleo de pesquisas a partir do qual surgiu a AD “foi um estudo do discurso político efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava a lingüística estrutural a uma ‘teoria da ideologia’ inspirada, ao mesmo tempo, na releitura da obra de Marx, por Althusser, e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discurso no ideológico” (Maingueneau, 1996, p.70).

A AD foi, portanto, de imediato, concebida como um lugar privilegiado da relação entre a língua e a ideologia, em que foram priorizadas as relações multidisciplinares. O esforço foi o de abandonar a idéia de que o discurso deveria ser visto apenas do ponto de vista lingüístico. O discurso deveria ser abordado também numa perspectiva histórico-ideológica, pois ao produzir um discurso, como já dissemos, estamos não apenas utilizando um código de comunicação – a língua –, mas informando o receptor de que ‘lugar’ falamos e que ‘lugar’ atribuímos a ele.

A instituição da AD, para Pêcheux, coloca o estudo do discurso num outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. O sujeito não se confunde com o indivíduo. Os sujeitos, enquanto sujeitos, são históricos e ideológicos. O autor propôs, a partir desta concepção, uma semântica do discurso – concebido como lugar para onde convergem componentes lingüísticos e sociolingüísticos – em vez de uma semântica lingüística.

A partir da análise de trabalhos marxistas o autor identificou a “insuficiência de considerar a superestrutura ideológica como expressão da ‘base econômica’, como se a ideologia fosse constituída pela ‘esfera das idéias’, acima do mundo das coisas” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p.165). A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção (entendidas aqui como relações de classe), concluiu, consiste na interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, “de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e tendo a impressão de estar

exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra classe” (*op.cit*, p.166)³.

Pêcheux afirma que os sentidos da palavra, da expressão, da proposição não existem em si mesmos, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas. Desta forma, as palavras e expressões mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência às formações ideológicas nas quais se inscrevem (Pêcheux, 1975, p.144).

Denunciando a ilusão que tem o Sujeito do discurso de estar na ‘origem do sentido’, a Escola Francesa privilegiava os procedimentos ‘analíticos’, que desestruturavam os textos: tratava-se de fazer aparecer o discurso como uma plenitude enganosa, cuja análise devia revelar a ‘inconsistência’ fundamental, relacionando-o ao trabalho de forças inconscientes. (Maingueneau, 1996, p. 70).

O panorama da AD remodelou-se pouco a pouco por meio da reincidência de questionamentos em relação ao conceito de discurso e ao papel do sujeito na enunciação, na produção dos discursos. Alguns autores identificam dois momentos da escola francesa: a “primeira geração” (fim dos anos 1960 e década de 1970), que procurava evidenciar as particularidades de formações discursivas consideradas como espaços relativamente auto-suficientes – apreendidos a partir de seu vocabulário – e a “segunda geração” a partir da década de 1980, ligada às teorias enunciativas, que surgiu enquanto reação sistemática contra aquela que a precedeu (Maingueneau, 1987, p.21).

Quanto ao papel do sujeito na enunciação:

A AD da primeira época se caracteriza por uma posição estruturalista balizada pela noção de que um “sujeito-estrutura” determina os sujeitos como produtores de seus discursos. Contrapondo-se a uma filosofia idealista da linguagem atravessada pela evidência da existência

³ Convém lembrar que a questão do assujeitamento do sujeito não será explorada neste trabalho. O objetivo é apenas apontar as principais concepções e pensamentos presentes na emergência da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso.

espontânea do sujeito como fonte, origem ou causa em si e pela evidência do sentido, para Pêcheux, o sujeito não é um dado a priori, mas é constituído no discurso. Sentido e sujeito se constituem num processo simultâneo através da figura da interpelação ideológica. (Brandão, 2001, pp. 66/67)

A noção de sujeito da primeira fase é determinada pelo lugar de onde se fala. Se o sujeito enuncia do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica, tem-se a idéia de um sujeito assujeitado, que parafraseia aquilo que é dito pela formação discursiva da qual faz parte. O sujeito é assujeitado no sentido de que ele não está na origem do discurso e, portanto, não tem autonomia sobre aquilo que fala. “O que marca o sujeito em Pêcheux nesta fase é uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela FD que define ‘o que pode e deve ser dito por um sujeito’” (*op.cit.*, p.67).

Na segunda fase, o sujeito do discurso continua sendo concebido como efeito do assujeitamento à FD na qual se inscreve, mas há um questionamento em relação à concepção de FD em decorrência da evidência da heterogeneidade discursiva:

Na AD-2, essa noção de FD enquanto dispositivo estrutural fechado começa a ser minada na medida em que se reconhece que a FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe evidências discursivas fundamentais. (op.cit., p.67)

Podemos afirmar, portanto, que a chamada segunda geração, ao surgir como reação à idéia de que os discursos sejam auto-suficientes, privilegiava a relação com o Outro, com o exterior do discurso. Entendia o discurso não como autônomo, mas como um espaço de trocas entre discursos diferentes, opositores ou não.

A partir daí, o discurso, portanto, não pôde mais ser entendido como independente, mas sim como uma produção que tem relação com outros discursos. Surge, conseqüentemente a noção de interdiscurso para designar o “exterior específico” de uma FD o qual irrompe no seu interior.

Dessa forma, o conceito de FD enquanto dispositivo estrutural fechado é ainda conservado, mas, ao mesmo tempo, é concebido como o resultado paradoxal da irrupção de um além exterior e anterior. (op.cit., p.67)

Podemos identificar, ainda, uma terceira fase que, a partir da noção de interdiscurso, é norteadada pelo primado teórico do *outro* no *mesmo*. Há uma reconfiguração de uma série de conceitos que vão sendo contaminados pela questão da alteridade. É a esta terceira fase que poderíamos identificar o trabalho de Dominique Maingueneau no qual nos deteremos mais detalhadamente.

I.4 – A AD e Maingueneau

De acordo com Maingueneau o objetivo do trabalho em Análise do Discurso é o de avaliar a produção mais ou menos regular e constitutiva nas formas, isto é, no funcionamento da linguagem para, então, poder compreender e explicar como se dá a construção do discurso no *corpus* em questão.

A AD, segundo o autor, supõe que em todo o texto um sentido oculto deve ser captado, o qual sem uma técnica apropriada, permanece inacessível. Em outras palavras, a Análise do Discurso permite que enxerguemos formas de significação que dificilmente estariam disponíveis ao observador desprovido de arsenal teórico de análise. Entretanto, adverte, a AD não pretende dominar “o” sentido dos textos, mas construir possíveis interpretações. Daí a relação da AD com as ciências sociais e com sua evolução teórico-científica (Pêcheux, M., 1984 *apud* Maingueneau, 1987, p. 11).

Sem preterir a relação com outras disciplinas, a AD opta preferencialmente pela Lingüística, do ponto de vista epistemológico. A análise do discurso remete-se a um modo de apreensão da linguagem o qual se refere à linguagem “apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (Maingueneau, 1987, p. 11).

Desta forma, o conceito de discurso que interessa à AD, segundo o autor, corresponde de maneira satisfatória ao de formação discursiva (FD) de Michel Foucault:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 1969, p.136)

Foucault desenvolve o conceito de FD a partir da idéia de que para analisar um enunciado é preciso determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. Tal noção foi desenvolvida para designar conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas. Foi Pêcheux que introduziu o conceito de FD na Análise do Discurso:

No quadro teórico do marxismo althusseriano, ele adiantava que “toda formação social”, passível de se caracterizar por uma certa relação entre classes sociais, implica na existência de “posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Essas formações ideológicas incluem ‘uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição oral, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Pêcheux, M.,1990 apud Maingueneau, 1996, pp.67-68).

Dependendo da formação discursiva na qual se inserem os sujeitos, as mesmas palavras podem adquirir significados diferentes. A formação discursiva, em suma, pode ser entendida como um conjunto de regras que determina o que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura sócio-histórica; como a materialização da visão de mundo de determinada classe, em determinado contexto.

Toda FD, portanto, no universo gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo.

Uma formação discursiva, por outro lado, não deve ser concebida como um bloco compacto que se apóia em outro, mas como uma realidade heterogênea por si mesma.

Nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis. Assim, nem os textos tomados em sua singularidade, nem os corpus tipologicamente pouco marcados dizem respeito verdadeiramente à AD (Maingueneau, 1987, p.14).

Desta realidade heterogênea depreende-se a idéia de que um discurso quase nunca é homogêneo. A característica fundamental do discurso é a heterogeneidade. Dentre os fatores de heterogeneidade destaca-se a presença de discursos ‘outros’ em um discurso. Ou seja, é a heterogeneidade que permite a inscrição no discurso daquilo que se costuma chamar seu ‘exterior’.

A AD, segundo Courtine e Marandin (cujas idéias foram largamente utilizadas na obra de Maingueneau), ao invés de procurar fatores de homogeneização nos discursos, deve-se propor a um trabalho que faça justamente aflorar as contradições. A partir das contradições é possível identificar práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de disputa ideológica e política.

Uma formação discursiva é heterogênea a ela própria e o seu fechamento é bastante instável. O ‘dizível’ definido por uma formação discursiva para um dado momento e contexto sócio-histórico delimita uma identidade, mas esta identidade não é impassível de relação com outras formações discursivas. Esta relação faz com que as fronteiras entre elas se desloquem conforme os embates da luta ideológica.

Maingueneau ressalta o caráter positivo da heterogeneidade do discurso:

Quando se fala de heterogeneidade do discurso não se pretende lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’. As formações discursivas não possuem duas dimensões, mas é preciso

pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina exterior (Maingueneau 1987, p. 75).

A partir da idéia de que uma formação discursiva é atravessada por várias outras e que, portanto, poderia ser definida por esta relação com o seu exterior, o autor desenvolve a idéia do primado do interdiscurso sobre o discurso, explicitada no terceiro capítulo. Cabe ao analista apreender não só uma FD, mas também a interação entre FDs, uma vez que a identidade discursiva se constrói na relação interdiscursiva.

Capítulo II

Neste capítulo, primeiramente será explicitado o processo de escolha do *corpus*, o recorte do material de análise, assim como a escolha dos temas trabalhados. Em um segundo momento, será feito um breve histórico do Partido dos Trabalhadores, a fim de delinear os (ainda que brevemente) o posicionamento político-ideológico do partido, o que contribui para a análise da relação interdiscursiva, desenvolvida nos capítulos seguintes.

II.1 – A Escolha do *Corpus*

Optamos, neste trabalho, por analisar um gênero discursivo que constitui um lugar privilegiado da relação entre a língua, a história e a ideologia: o discurso político. No caso do discurso político, particularmente, não há como analisarmos a enunciação sem considerarmos o contexto histórico, social e ideológico em que determinada produção discursiva está inserida.

O discurso político constitui-se em *corpus* privilegiado da AD desde a sua primeira fase. Contudo, naquele momento eram explorados *corpus* fechados de seqüências discursivas, que permitiam uma menor carga de polissemia. Aqui será analisado o discurso político como reflexo de uma situação polêmica⁴ (abordagem somente possível a partir dos conceitos de formação discursiva e de interdiscurso).

Trabalharemos, no interior do discurso político, especificamente com o discurso eleitoral. É importante salientar tal especificidade pois no discurso político eleitoral, em uma conjuntura determinada, existe inevitavelmente um conjunto de temas impostos, obrigatórios, para maior receptividade do eleitor⁵.

⁴ A noção de polêmica com a qual trabalhamos, definida por Maingueneau, será explicitada em III.4.

⁵ É importante salientar que a presença de temas impostos não é um privilégio de discursos eleitorais. Os temas impostos podem estar presentes em qualquer campo discursivo. Atualmente, por exemplo, não se pode falar em Política Agrícola sem tratar de transgênicos, ou falar em Educação sem abordar a questão das cotas ou da alfabetização.

De acordo com Maingueneau, os temas mais importantes são os que recaem sobre as articulações essenciais de um modelo semântico, ou seja, para um dado discurso são temas aqueles que entram em contato tanto com os temas negativos como com os positivos⁶. Como exemplo, Maingueneau apresenta um dos temas de sua análise do discurso jansenista: “se a Graça divina tem um tal papel no discurso jansenista é porque toca nas relações entre os dois registros opostos de seu sistema de restrições” (1984, p.49).

Alguns desses temas são impostos pelo campo discursivo. Dado um discurso dentro de determinado campo discursivo, os temas impostos devem ser integrados semanticamente ainda que não haja convergência com seu sistema semântico de restrições.

Os temas impostos, dependendo da formação discursiva, estarão presentes de maneiras distintas:

(...) um tema imposto que é dificilmente compatível com o sistema de restrições globais será integrado, mas marginalmente, enquanto um tema imposto fortemente ligado a esse sistema será hipertrofiado. Pode igualmente ocorrer que os dois discursos [de um mesmo campo discursivo] atribuam uma importância comparável ao “mesmo” tema imposto, apesar de ele apresentar pequeno grau de conexidade em relação a seus respectivos sistemas. (Maingueneau, 1984, pp.50-51).

Podemos afirmar, portanto, que temas impostos podem estar presentes de maneiras variadas, de acordo com a formação discursiva de quem produz o discurso. Ou seja, em um processo eleitoral, certos temas impostos são os mesmos para vários partidos, mas são tratados de maneiras distintas, são abordados de maneiras diferentes, conforme a formação discursiva de quem enuncia. O importante, portanto, não são os temas, mas seu tratamento semântico. Em nosso caso, se tomarmos a questão do desemprego, por exemplo, ele será tratado por todos os candidatos e partidos (PT, PFL, PSDB, PL, PSTU etc.). A especificidade de cada discurso será dada pelo tratamento deste tema

⁶ O modelo semântico de um dado discurso e o seu sistema de restrições são explorados no capítulo III.

(decorrente da formação discursiva na qual se inserem cada um dos partidos) e não pelo tema em si.

Para chegarmos aos temas impostos para as eleições presidenciais de 2002, faz-se necessário entender a conjuntura brasileira neste ano.

Em 2002, o Brasil encontrava-se, grosso modo, em uma conjuntura econômica marcada pelo aumento da inflação, baixo crescimento econômico – em grande parte devido ao esforço de manutenção da estabilidade dos preços –, desemprego e desequilíbrio das contas nacionais. Apresentamos alguns dados do Relatório Anual 2002 do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social):

Em relação ao nível de atividade, o Produto Interno Bruto brasileiro teve um crescimento real de 1,52% em 2002, na comparação com 2001. (.) A inflação acumulada no ano, medida pelo IPCA, atingiu 12,53%, ficando acima do previsto pelo governo. Esse resultado decorreu principalmente da desvalorização cambial, que acumulou uma taxa de 52,25% em 2002⁷.

O baixo crescimento favoreceu o agravamento do problema de desemprego. De acordo com os dados do BNDES a taxa de desemprego entre a população economicamente ativa para 2002 foi de 7,3% (o que corresponde a um aumento de cerca de 18% em relação ao ano anterior).

De acordo com o economista do BNDES, Fábio Giambiagi, uma das explicações possíveis para os resultados expostos acima seria o impacto de sucessivas crises externas, desde 1997:

Entre 1997 e 2002, o Brasil foi impactado por não menos do que quatro crises externas: a asiática (1997); a russa (1998); a argentina (2001); e a decorrente da restrição de crédito externo, combinando forte aversão ao risco e retração das economias centrais e que se superpôs à crise de 2001 e se estendeu durante todo o ano de 2002. (.) A sucessão de eventos adversos e seus efeitos sobre a economia brasileira, representados pela forte desvalorização do real, pelo impacto desta sobre os preços e pela pressão sobre a política monetária operada pelo

⁷<http://www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/relatorio/relatorio2002/2002/index.htm#home>.
Acessado em: 30/01/2004.

Banco Central, foram convencendo a maioria dos analistas acerca da importância de se ter a melhoria do resultado em conta corrente, como forma de reduzir a chamada “vulnerabilidade externa” da economia brasileira⁸.

Tal conjuntura política e econômica foi interpretada por economistas e cientistas políticos como desfavorável ao crescimento do Brasil, o que afetava o projeto de continuidade da política econômica vigente. Podemos citar como exemplo um artigo publicado na revista *Isto É*, em 16 de janeiro de 2002:

Nas próximas eleições, governistas e oposicionistas terão que se definir sobre os rumos do País, dada a estabilidade de preços. Já se nota que a mensagem do continuísmo não será convincente. A inflação baixa esgotou-se como bandeira diante do crescimento medíocre, do desemprego, da estagnação ou queda dos rendimentos reais, a dependência externa. O clamor nacionalmente majoritário deverá expressar-se não apenas pelo crescimento, mas sobretudo pela mudança no estilo de crescer. (.) As dificuldades existentes na economia mundial devem reforçar a necessidade de construir nacionalmente um projeto que seja ao mesmo tempo menos vulnerável à instabilidade internacional e participativo das energias construtivas que derivam da interdependência financeira, tecnológica e produtiva entre os países.⁹

Diante do cenário macroeconômico e da avaliação citada, podemos afirmar que alguns dos temas impostos para as eleições de 2002 eram: crescimento econômico, estabilidade monetária, inflação, desemprego e política externa. Este seria o conjunto de temas impostos para todo o discurso eleitoral que se pretendesse receptível para o eleitor.

O *corpus*, portanto, será analisado tomando-se alguns temas, elencados dentre o leque de temas impostos, como será explicitado a seguir.

⁸ GIAMBIAGI, Fábio. “Um Cenário para a Economia Brasileira com Permanência da Austeridade Fiscal e Redução da Vulnerabilidade Externa”. Textos para Discussão N.º 98, BNDES, Rio de Janeiro, abril/2003.

⁹ BRAGA, José Carlos de Souza. “Enfrentar o atraso”. *Isto É*, 16/01/2002.

II.1.1 – O recorte

De acordo com Courtine (1981), “a constituição de um *corpus* discursivo é com efeito uma operação que consiste em realizar, por um dispositivo material estruturado, segundo um certo plano, as hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (p. 21). Procuramos, portanto, coletar documentos que fossem ao encontro da questão central desta pesquisa: o simulacro produzido pela interincompreensão entre os enunciados produzidos pelo PT e os produzidos pela imprensa.

O primeiro passo para a seleção das seqüências discursivas utilizadas foi a delimitação do campo discursivo de que tratamos. O campo discursivo é definido como um recorte do universo discursivo, que corresponde ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma determinada conjuntura. Apesar desse conjunto jamais ser concebido em sua totalidade pela AD (por ser irrepresentável), o conceito de universo discursivo é necessário para delimitar os campos discursivos.

De acordo com Maingueneau,

O campo discursivo é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo (1987, pp. 116-117).

O campo discursivo *de referência*, portanto, corresponderia ao discurso político produzido por uma determinada formação discursiva (em nosso caso, o Partido dos Trabalhadores) e sua relação com os enunciados produzidos em sua função (os artigos da imprensa), em uma determinada conjuntura político social (eleições para presidente do Brasil em 2002).

É preciso, ainda, delimitar o que Maingueneau chamou de *espaço discursivo*, um subconjunto do campo discursivo, definido em função dos objetivos de pesquisa. O espaço discursivo é o ‘lugar’ em que duas formações discursivas mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos

considerados. Neste trabalho o espaço discursivo corresponde, portanto, à polêmica gerada a partir da divulgação da proposta de governo.

Sendo o PT um partido político que produz enunciados a partir de regras semânticas que refletem sua posição ideológica e política, é relativamente simples identificarmos o partido a uma formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada, em uma conjuntura determinada.

Entretanto, faz-se necessário justificar o uso de artigos publicados por órgãos da imprensa no *corpus* de análise.

Ainda que na imprensa não haja apenas uma formação discursiva (mas diversas FDs), como a linguagem não é neutra, podemos afirmar que a imprensa não é isenta de posicionamento ideológico. Além disso, de acordo com os preceitos teóricos da AD, o jornalista ou articulista é, evidentemente, considerado um sujeito e, portanto, não pode dizer aquilo que quer, mas o que pode e deve ser dito.

O fato de o interdiscurso ter precedência sobre o discurso impossibilita aceitarmos a idéia de uma postura de neutralidade ou isenção, do ponto de vista ideológico, da imprensa. Por esse motivo podemos analisar a relação dos discursos produzidos na imprensa – ainda que não possamos defini-la como uma formação discursiva – com outras formações discursivas, sem comprometer o escopo teórico da AD.

Podemos analisar as seqüências discursivas produzidas na medida em que, ao ocupar uma posição enunciativa no que concerne à divulgação da proposta de governo do PT, a imprensa adere a determinada formação discursiva.

Quanto ao recorte temporal, optamos por trabalhar somente com os discursos produzidos durante a campanha eleitoral, a partir da divulgação do programa de governo. Como já foi dito, não são objetos desta pesquisa os programas eleitorais, os debates entre os candidatos, tampouco as notícias e discursos produzidos após a realização das eleições.

Para a definição do material de análise, além do programa oficial do partido, fizemos um levantamento das notícias publicadas na imprensa (particularmente no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*) sobre o programa de governo do PT

durante o período compreendido entre junho de 2001 (quando foi divulgado o programa) e setembro de 2002 (poucas semanas antes do primeiro turno das eleições). Foram selecionados, de acordo com os objetivos propostos, enunciados que estabelecessem uma relação polêmica em torno dos temas selecionados.

II.1.2 – Os quatro temas

Para organizar o *corpus* e delimitar o material de análise, partimos da noção de seqüência discursiva de referência, tal como definida por Courtine:

Convém determinar a escolha de uma seqüência discursiva como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberão sua organização; chamaremos a essa seqüência discursiva de seqüência discursiva de referência (sdr).

A sdr será relacionada a um sujeito de enunciação, bem como a uma situação de enunciação que possam ser isolados em relação a um certo número de coordenadas espaço-temporais e, mais geralmente, circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias de enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados) (Courtine, 1981, p.57).

Uma seqüência discursiva de referência é, portanto, um texto produzido em um dado contexto sócio-histórico temporal, sob determinadas circunstâncias. No presente trabalho a *sdr* é o documento “Um Outro Brasil é Possível”. A partir deste programa de governo foram produzidas explicações, artigos, comentários, réplicas e críticas dos adversários, considerados na análise.

Com a finalidade de constituir o *corpus* específico de análise iniciamos o processo de escolha dos temas dentro do programa de governo e, no interior dos textos que tratam deles, os enunciados a serem analisados.

Dentre o conjunto de temas apresentados no programa de governo, foram elencados quatro por constituírem-se lugares privilegiados da relação polêmica e da produção de simulacros: ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), Desemprego, Dívida Externa e Alianças Políticas. Tais temas constituem-se assuntos polêmicos por envolverem tomadas de decisões estratégicas no que diz respeito à linha política adotada e ao tipo de política econômica que será posta em prática.

Não foi preciso utilizar todos os enunciados encontrados, uma vez que para o estudo das regularidades enunciativas não se faz necessária a utilização da totalidade do material do campo discursivo que se pretende analisar. São suficientes, de acordo com Courtine, enunciados representativos das diferentes posições acerca de cada um dos temas propostos. Eles representam o *corpus* como um todo.

Foram selecionados, portanto, dois conjuntos de enunciados (do programa do partido, de um lado, e de notícias divulgadas na imprensa, de outro) que refletem situações de polêmica. São enunciados que constituem-se de vozes que respondem uma à outra.

Para melhor analisar esta relação polêmica, antes de entrar na análise do *corpus*, convém fazer um pequeno histórico do partido. Afinal, se vamos analisar, a relação entre as formações discursivas, convém esboçarmos a que FD o partido adere.

II.4 – Uma breve história do PT

Como dito anteriormente, o objetivo é delinear qual o posicionamento, qual a “visão de mundo” do Partido dos Trabalhadores. Para tanto, é preciso responder a perguntas como “em que momento histórico o PT foi fundado?”, “o que levou os metalúrgicos a fundarem um partido?”.

Para responder a essas perguntas, expomos abaixo um pouco da história do partido, com especial ênfase nos princípios norteadores dos documentos iniciais e nos grupos incorporados ao longo dos anos. Foi realizado, ainda, um levantamento do número de votos obtidos desde 1982 com o objetivo de ilustrar o aumento de representatividade do PT no cenário político brasileiro.

II.4.1 – Um pouco de história

O partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (...) A grande

maioria de nossa população trabalhadora tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. (...) O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País.

Assim tem início o Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980 (data oficial da fundação do partido), no Colégio Sion em São Paulo, na presença de 1200 pessoas, representando 17 estados brasileiros.

Ainda que a proposta de organização de um partido de trabalhadores tivesse sido objeto de discussões no meio sindical desde 1978, foi em 10 de fevereiro de 1980 que cumpriu-se a formalidade exigida pela Lei Orgânica dos Partidos, que possibilitou o registro da nova agremiação.

Lendo o trecho transcrito do Manifesto, pode-se afirmar que a organização do partido ocorreu devido ao anseio da população em *intervir na vida social e política do País para transformá-la*. Observamos a ocorrência de expressões como “democracia pelas mãos do povo”, “governo para o povo”, governo do povo (o *Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País*). Há um forte componente, portanto, de um discurso que poderíamos caracterizar como democrata, ainda que possamos perceber uma referência a “luta de classes” no enunciado *agora as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas*.

Ao analisar os documentos oficiais da época da constituição do partido, podemos observar que este surge a partir do descontentamento e da resistência de grupos da população diante do contexto político da época

Em 1980 o Brasil ainda vivia sob regime militar, em um contexto de alta inflação, crescimento do desemprego, arrocho salarial e grande endividamento externo, desde meados da década de 1970:

Depois do milagre econômico da ditadura, sobreveio a crise de 1973-74. O Brasil continuou crescendo, mas em ritmos inferiores e com financiamento externo. (...) Em abril de 1964, o salário mínimo apresentava-se num índice de 103,62 (tomando-se como padrão julho de 1940 = 100), mas em janeiro de 1975 era de 50,22. (.) Na década de 70, mediante o financiamento externo de dólares, o país construiu usinas, ferrovias, estradas, uma indústria nuclear e naval e financiou a

indústria mecânica pesada - geradores, turbinas, locomotivas etc. (.) O Estado brasileiro se endividou brutalmente e quando sobreveio o segundo choque do petróleo e a crise mundial do início dos anos 80, os países credores começaram a exigir o ajuste exportador que permitiria aos subdesenvolvidos obterem sucessivos megasuperávits para o pagamento da dívida externa.(.) O déficit público e o déficit comercial suscitaram a necessidade do ajuste dos anos 80. O superávit comercial foi obtido pelo ajuste exportador e por uma inflação galopante.¹⁰

O quadro, portanto, era de recessão e de perda de poder aquisitivo por parte da população. Do ponto de vista do contexto político, não havia oposição, uma vez que só era permitida a existência de dois partidos: a Arena e o MDB, ambos sob o controle da ditadura.

Durante o regime militar (1964-1985), a imposição de um sistema bipartidário fez com que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se transformasse numa ampla mas pacífica "frente de oposições", que combatia o regime através da disputa de espaços eleitorais contra a governista Aliança Renovadora Nacional (Arena).¹¹

De acordo com textos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), os problemas econômicos enfraqueceram a ditadura e deram margem para que a sociedade civil se organizasse:

A paulatina volta à normalidade política se acompanhar do aparecimento de novas lideranças sindicais, nascidas nas indústrias do ABC paulista. Até os empresários percebiam que o modelo vigente, tanto político quanto econômico, se esgotara. Eles mesmos admitiam maior abertura e reestruturação social. Os comícios nas praças de Santo André e São Bernardo faziam coro com as reuniões das salas da Fiesp.¹²

¹⁰ <http://www.pt.org.br/teses/pthistoriaefuturo.html>

¹¹ Schwartzman, Simon. "Oposição". www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/orgpol/oposicao/apresent.htm. Acessado em: 20/07/2003.

¹² "Anos 70". http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_70. Acessado em: 20/07/2003.

O surgimento do PT, portanto, só pode ser compreendido no contexto da intensa mobilização social, citada no trecho transcrito, que se espalhou do ABCD paulista (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema) para todo o país entre 1978 e 1989. Teve papel fundamental neste movimento o então torneiro mecânico Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (com 52.000 associados), desde 1975.

Em 12 de maio de 1978 ocorre a paralisação da Scania-Vabis, que dá início a uma reação em cadeia que culmina em 150.000 trabalhadores em greve em todo o Estado de São Paulo no ano de 1978¹³.

Simultaneamente à onda grevista, diante da manifestação de diversos setores da sociedade, ocorria um debate sobre formação de partidos, que resultou na Lei Orgânica dos Partidos, em 1979.

As iniciativas para formação de um partido que significasse a ‘emancipação política dos trabalhadores’¹⁴, a partir de 1978, surgem dessa perspectiva de reforma partidária e de movimentos grevistas.

Sem vislumbrar possibilidade de apoio parlamentar (somente dois deputados tinham origem operária), Lula começa a discutir com Jacó Bittar (então presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia) e Olívio Dutra (líder bancário do Rio Grande do Sul) a idéia de fundar um partido para que os trabalhadores tivessem aliados em Brasília.

Paralelamente, grupos de inspirações diversas sugerem a formação de um partido de trabalhadores. Um em especial: os trotskistas. Os trotskistas sustentavam que cabia à vanguarda da classe operária unificar o conjunto dos assalariados em uma grande organização de massa e, ao mesmo tempo, atuar dentro dela de modo a orientá-la na direção da independência revolucionária.

Essas duas iniciativas (operariado e trotskistas) resolvem unir-se em torno do objetivo comum. O grande papel do grupo trotskista foi ter servido de veículo para que chegasse até o ABCD a descoberta teórica de Marx de que o movimento

¹³ Para maior detalhamento sobre o período de paralisações, ver Singer, 2001.

¹⁴ “Manifesto aprovado na reunião de Sion”. In.: *Partido dos Trabalhadores – Resoluções e Congressos*, 1998, p.65.

operário teria um papel político central na evolução do capitalismo. Tal influência pode ser notada na ênfase dada no Manifesto de Lançamento do Programa do PT à “solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. As discussões acerca da formação do partido ganhavam embasamento teórico importante para a constituição da posição ideológica do partido, assim como para a *imagem*¹⁵ que este teria perante a imprensa e os demais partidos.

No fim de 1978 o partido já estava concebido, mas o ano de 1979 foi decisivo para sua gestação devido à segunda onda de greves no mês de março (com epicentro no ABCD) e à divulgação da Carta de Princípios do PT, em maio. As greves conseguiram mobilizar setores democráticos e de esquerda, que se solidarizaram com o movimento. Grupos católicos progressistas aderiram ao movimento. Ao lado dos sindicalistas estavam, também, outras forças políticas e sociais: lideranças populares – muitas delas ligadas à Igreja progressista –, lideranças democráticas, militantes marxistas independentes, setores de organizações de esquerda que haviam sobrevivido à repressão militar, intelectuais, lideranças dos trabalhadores rurais e parlamentares de esquerda oriundos do antigo MDB.

Frei Betto comenta essa pluralidade de atores que caracteriza o PT em seu início:

O avanço das lutas populares permitira que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, assalariados rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados e marginalizados da sociedade brasileira pudessem se organizar politicamente para defender seus interesses. Assim, o PT emergia da vontade de independência política desses setores populares, historicamente cansados de servirem de massa de manobra em mãos de políticos e partidos comprometidos com a manutenção de uma ordem política e econômica atrelada aos donos do grande capital. Entre os trabalhadores, crescera a consciência de que sua emancipação jamais viria como um presente por parte daqueles que os exploram. O esforço coletivo de baixo para cima permitira a eles se organizarem como força política autônoma, dotada de um projeto de

¹⁵ Imagem esta que passou a estar relacionada a greves, paralisações, “extrema esquerda” e marxismo.

sociedade democrática e popular, a ser conquistada por meio das lutas diárias nas fábricas, nos campos e nos bairros, como também nas instituições do Estado (Betto, 2002, pp.67-68).

O PT, como vemos, já surgiu como um partido “de oposição” no sentido que surgiu como *reação* de determinados grupos sociais a uma conjuntura política determinada. Em muitos aspectos, era um movimento inovador pois pela primeira vez, na história do Brasil, setores populares criavam seu próprio instrumento político, conseguindo legalizá-lo segundo critérios e exigências impostos pela classe dominante.

Talvez não o tivessem conseguido em outro momento histórico. A conjuntura política acentuava a democracia como tema central, como vimos (a reformulação partidária de 1979 de Figueiredo, que incluiu a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos, permitiu a legalização do partido). A ditadura militar, desgastada politicamente, preparava a “transição democrática”.

II.4.2 – Socialismo ou Revolução Democrática?

Apesar das adesões, na data oficial de fundação, o PT era hegemonicamente sindicalista. Do ponto de vista de postura ideológica, o partido pregava a democracia como valor permanente. O socialismo aparecia de maneira indireta, apesar de clara, como podemos observar num trecho do Manifesto do Partido: “o objetivo é construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

Wladimir Pomar¹⁶ afirma que, embora o Manifesto de lançamento do PT e seu Programa sejam claramente anticapitalistas e apontem para o socialismo como perspectiva estratégica, é somente durante o 5º Encontro Nacional que o partido é definido como socialista. Nas palavras dos próprios partidários, em artigo publicado no periódico da Fundação Perseu Abramo:

¹⁶ Jornalista, foi membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores de 1986 a 1990 e coordenador geral da Campanha Lula em 1989.

Na nossa avaliação, o 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi positivo e significou um avanço: o PT se define de maneira mais clara e explícita como um partido socialista, procurando dizer o que isto significa e deixando de privilegiar expressões mais vagas, como "sociedade sem explorados nem exploradores" ou "sociedade justa e igualitária"; avança também na caracterização do tipo de partido que pretende ser; e inicia a elaboração de uma tática para o atual período e de elementos da estratégia da luta pelo socialismo no Brasil.

(...) A discussão sobre o caráter do PT não pode evitar a polêmica tradicional na esquerda sobre a tese do partido único da classe operária. Uma concepção democrática de partido rejeita esta visão, com o claro reconhecimento da diversidade no interior da classe operária e da diversidade no interior de um bloco histórico revolucionário. Esta concepção de pluralidade no interior da classe operária, de diversidade política legítima, é a base para uma unificação conseqüente da classe operária e para uma compreensão democrática das relações internas a um partido político.

Defendemos a concepção de um partido político socialista plural. Não só no Brasil, mas na maioria dos países, um partido socialista revolucionário só pode resultar de um esforço em unificar distintas correntes políticas. Nossa experiência petista confirma esta tese: o PT não seria o que é se nele não convivessem sindicalistas, militantes de esquerda de origens diversas, militantes do movimento popular, membros das pastorais da Igreja Católica e setores progressistas de outras crenças religiosas.

A defesa da pluralidade no interior do PT não é contraditória com a necessidade de uma ação política unificada e tampouco significa fazer do partido uma federação de frações. A diversidade interna, que se expressa em um rico e permanente debate que vivemos no PT, deve se combinar com a unidade na ação, com o respeito às decisões majoritárias, o cumprimento das resoluções congressuais.¹⁷

Ainda que o socialismo tenha sido discutido até o 11º Encontro em 1997, Pomar afirma que o PT nunca concebeu o socialismo como um futuro inevitável e que este deixou de ser objetivo estratégico do PT.

De acordo com Frei Betto, o discurso do PT, sobretudo durante as eleições, não podia expressar toda a *intensidade de suas lutas sociais* devido ao esforço do adversário em descaracterizá-lo e ao preconceito da população:

¹⁷ PONT, Raul. "Que PT é esse?". *Teoria e Debate*, nº5, jan.fev. e mar. de 1989.

Na ambigüidade estrutural de ser uma força política potencialmente revolucionária submetida às regras do jogo da democracia formal burguesa, o PT procurou combinar as lutas de massa, especialmente as sindicais, com as campanhas eleitorais. Nem sempre seu discurso eleitoral pôde expressar a intensidade de suas lutas sociais, sobretudo devido à ofensiva ideológica da direita, interessada em caracterizá-lo como sectário, e aos preconceitos de classe embutidos nos corações e mentes dos próprios trabalhadores, induzidos a não acreditar em sua capacidade de se assumirem como sujeito histórico. (Betto, 2002, p. 75).

De lá para cá, é visível a diminuição do peso relativo dos sindicalistas na estrutura partidária. De acordo com Singer, o PT, ao longo dos anos, evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social, que é denominada nos documentos internos de 'Revolução Democrática'. A transição de pensamento teria ocorrido na passagem da década de 1980 para a década de 1990.

André Singer afirma que, até 1990, o PT pode ser lido ora como um partido democrático, comprometido com a manutenção de ampla liberdade para a disputa dos postos de direção do Estado por meio de eleições, ora como um partido para o qual a luta eleitoral seria só uma fase da conquista da hegemonia após a qual apenas os partidos que não se opusessem à classe trabalhadora subsistiriam.

Essa oscilação do partido pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Ao longo dos dez primeiros anos de sua história, as tensões internacionais no Partido refletiram divergências que o encaravam como mero instrumento político de enfrentamento revolucionário com a ordem burguesa ao democratismo basista dos que desvendavam o futuro socialista brasileiro como resultado da progressiva acumulação política, que possibilitaria uma superação pacífica do sistema capitalista. Assim, como o PT não tinha clareza do caráter de sua estrutura partidária, oscilando entre o democratismo basista e ao centralismo leninista, sem de todo superar a tradição caudilhesca de que política é, no fundo, um acordo entre amigos, faltava ainda uma discussão mais profunda sobre o perfil do socialismo que propõe ao Brasil" (op.cit., pp.72-73).

No 1º Congresso Nacional (27 de novembro a 1º de dezembro de 1991) o partido começa a falar em 'Revolução Democrática', num esforço de apaziguar a

disputa entre grupos ideologicamente conflitantes. Neste momento a transformação, a 'pregação revolucionária', volta-se mais para a sociedade do que para o Estado.

A partir de 1991, portanto, o partido passa a rejeitar a ditadura do proletariado e a defender a alternância no poder. Adicionalmente, passa a admitir a convivência com o mercado e a propriedade privada.

Devido ao jogo eleitoral, cuja participação sempre foi objetivo do partido (desde 1982), constituíram-se alianças, encaradas sem muito entusiasmo por algumas facções, como a trotskista.

Atualmente há presente, na mídia e no partido, a discussão sobre qual seria a orientação ideológica do partido neste momento. Há setores da imprensa que, como veremos ao longo da análise, defendem que o partido teria *amenizado* seu discurso e aderido ao discurso neoliberal. Grupos dentro do próprio partido acusam o grupo majoritário de abrir mão de alguns ideais do partido em nome de uma maior aceitação por parte do eleitorado.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Luís Inácio Lula da Silva resume, de seu ponto de vista, a trajetória do partido em relação à orientação ideológica e a alianças:

O PT nasceu em 1980, nasceu de uma base majoritariamente sindical onde a minha grande experiência política era porta de fábrica e o confronto direto com o empresariado, depois nós fomos juntando em torno do PT, sabe, remanescentes da luta armada no Brasil, companheiros que tentaram derrubar o regime militar. Depois nós fomos recebendo parte dos principais intelectuais brasileiros, depois nós fomos recebendo outras organizações de esquerda, depois nós fomos recebendo um monte de gente, pequenos e médios empresários, profissionais liberais, e aí eu me dei conta de que o PT que eu queria construir, que precisava construir, era maior do que o PT de macacão que eu sonhava em construir. Porque no meu tempo de metalúrgico eu achava que o mundo girava em torno do metalúrgico. E depois eu descobri que não é assim. Numa sociedade, ela é muito complexa, ela é muito ampla, e um partido que representa uma parcela

*da sociedade, que tem um manifesto, um programa, ele acolhe todas as pessoas que querem partilhar daquele programa.*¹⁸

De acordo com Lula não houve uma mudança de orientação ideológica em relação à data de fundação do partido, mas uma adequação a um novo objetivo, mais ambicioso que o inicial, de *acolher* todos os setores da sociedade que compartilhassem das mesmas idéias contidas no manifesto e no programa do partido.

As alianças, desde a década de 1980, multiplicaram-se e não são tão mal vistas¹⁹. A título de exemplo reproduzimos trechos do pronunciamento de Marta Suplicy após a cerimônia de transmissão de cargo na sede da prefeitura de São Paulo, em 1º de janeiro de 2001:

(...) sem abrir mão da vitória obtida pelo meu partido, o PT, no pleito municipal constituí uma equipe de governo que, além do PT, inclui todas as forças democráticas dispostas a se unir para recuperar São Paulo.

(...) Minha administração será para todos, mas agirá para resgatar a dívida social com a maioria e priorizará os excluídos.

(...) O restabelecimento do princípio de autoridade é condição 'sine qua non' da democracia e base do funcionamento civilizado da instituição. Ele implica o respeito aos adversários, a convivência democrática e a liberdade para os cidadãos.

*(...) Este governo municipal é constituído por forças diversas, unidas pela mesma vontade de ajudar a reconstruir São Paulo. (...) Mesmo que a força que estrutura a nova administração esteja identificada com a oposição de centro-esquerda aos governos estadual e federal, procurarei em todo momento fazer prevalecer a parceria e o diálogo com esses governos, buscando o bem-estar da cidade.*²⁰

Foram feitos, no caso da prefeitura paulistana, alianças políticas com *todas as forças democráticas dispostas a se unir para recuperar São Paulo*. O

¹⁸ Entrevista concedida a Clóvis Rossi, Eleonora Lucena, Gilberto Dimenstein e Luis Nassif em 12 de agosto de 2002. *Folha online*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u35789.shl>. Acessado em 15/07/2003.

¹⁹ As alianças políticas serão melhor exploradas em IV.4.

²⁰ *Folha de São Paulo*, 02 de janeiro de 2001, p. C6.

documento, ainda, defende o *respeito aos adversários* e a *convivência democrática*.

Alguns setores do partido, como dissemos, condenaram essa nova postura diante de outros atores sociais, pois consideraram um desvio em relação a proposta de “construir um poder que avance no rumo de uma sociedade sem exploradores e explorados, tendo claro que esta luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional”, contida no Programa de 1º de junho de 1980²¹.

II.4.3 – O PT nas eleições

Como parte dos arranjos de abertura democrática, o governo militar adiou as eleições municipais de 1980. Somente em 1982 os eleitores foram às urnas para eleger vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, parte do Senado e governantes. Nesta primeira eleição, o PT conseguiu eleger dois prefeitos, 12 deputados estaduais e 8 deputados federais.

Em 1986 elegeu 16 deputados, sendo um deles Luís Inácio Lula da Silva, que obteve 651.763²² votos, tornando-se o deputado mais votado do Brasil naquele momento.

Merece destaque, ainda, a eleição de 1988 em que o PT despontou como grande vitorioso, conquistando 36 prefeituras, dentre as quais a de Porto Alegre, Vitória e São Paulo. Além disso, elegeu 1.007 vereadores, quase seis vezes mais que o número de 1982. Esse momento foi interpretado pelos membros do partido como a consolidação nacional do PT (que era considerado, até então, um partido essencialmente paulista). Além disso, foi uma eleição marcante pelas alianças políticas feitas:

Se sempre foi criticado como ‘isolacionista’ e ‘divisionista das forças de esquerda’, desta vez mostrou que também faz alianças, sim, desde que seja em torno de programas bem definidos: em dez capitais, pelo menos, o PT fez coligações com outros partidos de esquerda, como o PCB, o PC do B, o PV e o PH, além dos apoios táticos recebidos pelo

²¹ Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos, 1998, p.69.

²² Fonte: Partido dos Trabalhadores – Trajetórias, 2002, p.41.

PDT, por exemplo, em São Paulo e Campinas (Partido dos Trabalhadores: Trajetórias, p.53)

Na primeira eleição para presidente, em 1989, foi marcante a campanha política petista com o slogan *Lula-Lá*. Chamou a atenção a adesão dos jovens à campanha. O candidato petista recebeu, naquele ano, 37,86% dos votos contra os 42,75% recebidos por Fernando Collor de Melo.

Merece destaque, ainda em relação às eleições de 1989, a relação entre a imprensa e o PT. A vitória de Collor foi atribuída à intensa campanha dos meios de comunicação de massa:

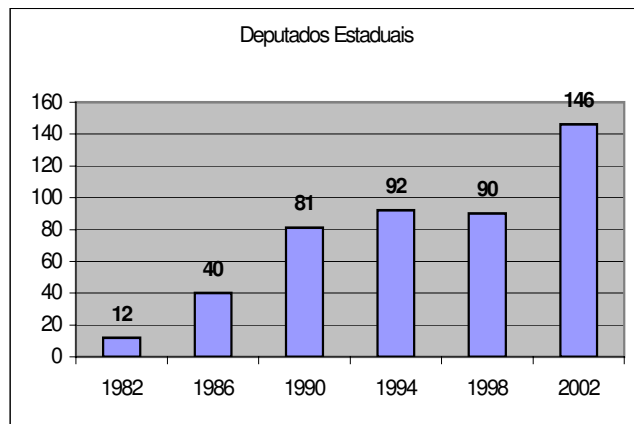
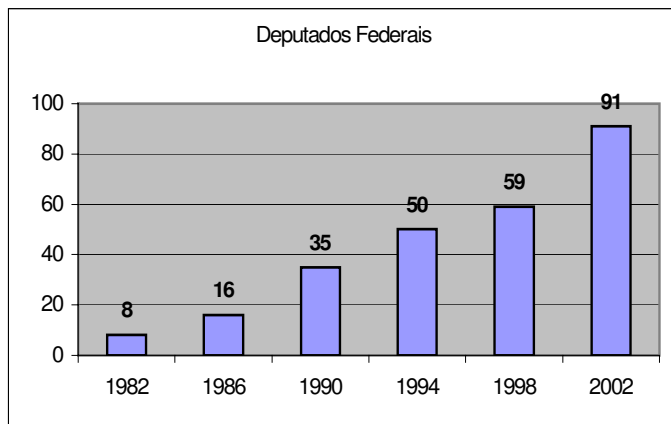
Os resultados das eleições presidenciais de 1989 (...) trouxeram uma dupla mensagem. Revelando o que vários comentaristas (...) chamaram de confronto entre o Brasil organizado e o Brasil desorganizado, as eleições demonstraram que o Brasil organizado não é suficientemente forte para vencer uma disputa nacional, enquanto nas imagens projetadas pelos meios de comunicação de massa o 'espetáculo da política' têm mais peso que as considerações programáticas e institucionais. A mensagem mais surpreendente (...) era que o Brasil 'organizado' era quase forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, onde a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem-nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência.²³

Dentro do partido, portanto, a eleição foi encarada como uma vitória das forças populares que, só não conquistou a presidência, devido à adesão da mídia à candidatura adversária.

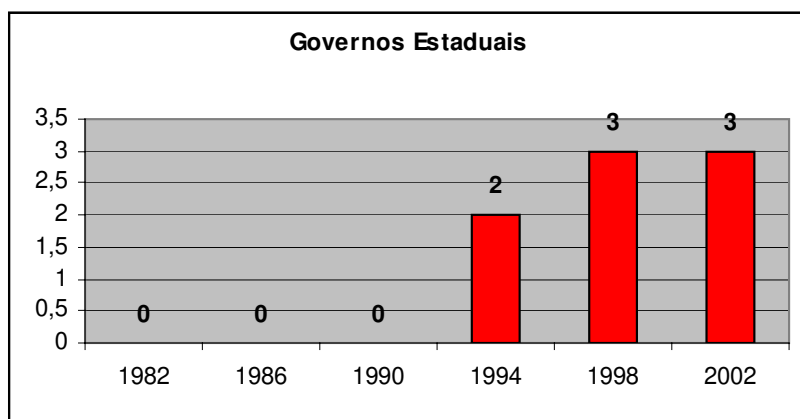
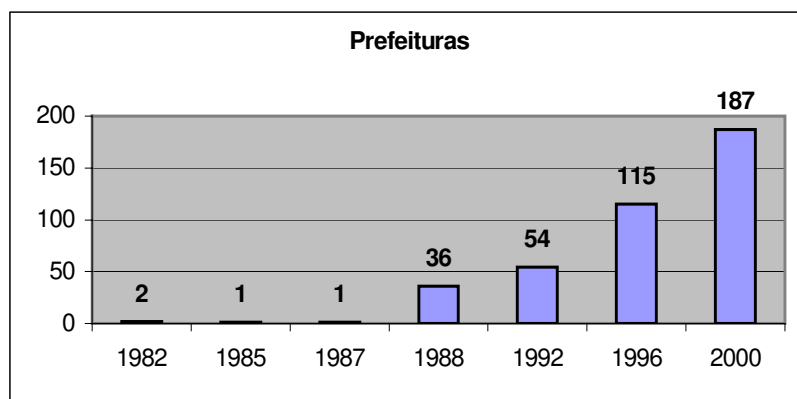
Apresentamos a seguir alguns dados acerca do número de candidatos eleitos pelo PT ao longo dos anos.

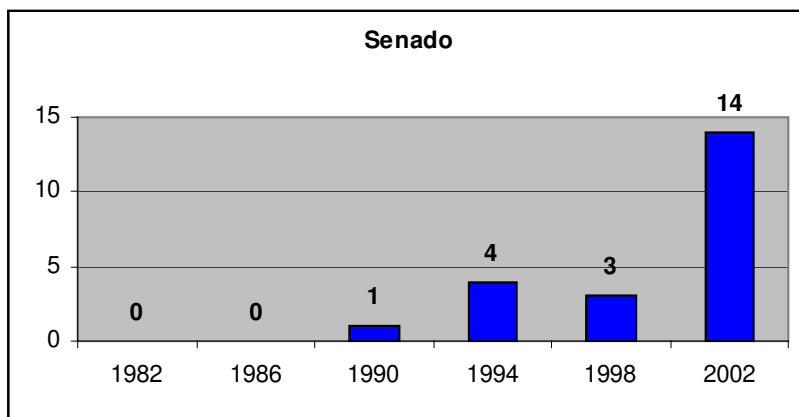
²³ KECK, Margaret E. *A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991, apud Partido dos Trabalhadores: Trajetórias, 2002, p.65.

Evolução dos votos no PT



Fonte: Singer, 2001, *sites* do Tribunal Regional Eleitoral.





Fonte: *Partido dos Trabalhadores: Trajetórias*, sites do Tribunal Regional Eleitoral.

De 1982 para cá, em relativamente pouco tempo, o partido passou ao *status* de maior partido de esquerda da América Latina, com mais de 300 mil filiados²⁴ em todo o país. Como já dito, chama atenção tal desempenho de um partido de esquerda em um país sem um passado político que favoreça tal crescimento.

O aumento de representatividade do partido refletiu-se nas atuais eleições presidenciais. O número de votos para Luís Inácio Lula da Silva, em 2002 foi quase cinco vezes o número obtido em 1989, conforme tabela abaixo.

Evolução dos votos para presidente (1989-2002)

	1989		1994		1998		2002	
Categorias	%	n.º absoluto	%	n.º absoluto	%	n.º absoluto	%	n.º absoluto
	16,1	11.622.321	22	21.470.442	25,8	17.112.255	61,3	52.793.364

Fonte: Tribunal Federal Eleitoral.

Os resultados nas eleições são relevantes na medida em que o aumento dos votos para o partido foi atribuído, por alguns setores da sociedade, a uma suposta mudança de postura do partido. Setores da imprensa afirmam existir uma certa “adequação” do discurso petista a favor de uma maior aceitabilidade por

²⁴ Fonte: www.pt.org.br. Acessado em 07/07/2003.

parte da população. Esta tese adquiriu maior força na eleição presidencial de 2002, a partir da divulgação do programa.

Capítulo III – Análise dos Discursos: a Imprensa e o PT

Neste capítulo explicitaremos, de forma sucinta, alguns conceitos e termos da AD necessários à análise, exemplificados com o próprio *corpus*. Não pretendemos dar conta de toda a teoria, nem tão pouco adicionar algo inédito. O objetivo é simplesmente explicitar os instrumentos de análise.

Serão apontados, ainda, os principais pontos da polêmica gerada a partir da divulgação do programa.

III.1 – Ethos

Para caracterizar a cena enunciativa compreendida na análise, partimos do conceito de “ethos enunciativo”, tal como desenvolvido por Maingueneau. Por se tratar de discursos eleitorais do partido, de um lado, e discursos produzidos pela imprensa, de outro, a noção de ethos é importante, pois implica uma certa representação do enunciador que se responsabiliza pelo discurso (o PT e determinados segmentos da imprensa), assim como contribui para sua legitimação. A noção de ethos é fundamental para dar conta de alguns aspectos da polêmica analisada, uma vez que muitas vezes a polêmica trata da mudança de *tom* do discurso.

Maingueneau afirma que o discurso é inseparável de uma “voz”. Tal voz é descrita a partir da retomada de uma dimensão da retórica antiga, *ethé*, entendida como “as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem” (Maingueneau, 1987, p.45).

Na perspectiva da AD, os efeitos que o enunciador pretende produzir sobre seu interlocutor são impostos não pelo sujeito, mas pelas formações discursivas.

Os efeitos se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis (op.cit., pp.45-46)

Os *corpora* escritos são dotados de e sustentados por uma “voz”. Esta voz que habita a enunciação passa a ser concebida como uma das dimensões da formação discursiva. Maingueneau denomina esta “voz” de *tom*.

No caso do discurso eleitoral petista é possível localizar, a partir da análise de enunciados encontrados em jornais e revistas, as características que a formação discursiva impõe ao tom do discurso, no período analisado. Trata-se, do ponto de vista da imprensa, de um tom moderado e voltado a preocupações sociais. Apresentamos como exemplos:

(1) *No discurso do PT, há a expressão de desejos que são universais, como o de saúde e educação para todos, um sistema de habitação que funcione para os pobres, além da redução das desigualdades de renda.*²⁵

(2) *Com o programa divulgado na semana passada, o PT tenta apresentar-se numa roupagem **menos agressiva**, recurso de marketing que ajudará a legenda na hora de colher votos. O próprio presidente de honra do partido, Lula, está adotando um ar mais **comportado**, inclusive no vestuário.*²⁶

Em (1) aparecem como exemplo de discurso moderado voltado a preocupações sociais *saúde e educação para todos, sistema de habitação que funcione para os pobres e redução das desigualdades de renda*. Já no enunciado (2) o moderado traduz-se em *menos agressivo*, que aparece em relação de sinonímia com *mais comportado*. A imprensa produz, portanto, o sentido de que o partido, com o objetivo de obter maior número de votos, adotou um discurso moderado – a despeito de sua história –, que contém idéias de fácil aceitação, talvez próximas do senso comum.

A partir de uma matéria publicada pela revista *Veja* de 22 de maio de 2002 podemos verificar de que maneira aparece no discurso da imprensa a mudança de tom da campanha presidencial de 1989 para a campanha de 2002:

²⁵ “A Quarta Tentativa”. *Veja*, 04 de julho de 2001.

²⁶ “A Vidraça do PT”. *Veja*, 27 de junho de 2001.

(3) 1989 – *Radical: em sua primeira eleição, Lula fazia a defesa de causas, porém não apresentava um projeto de governo.*
2002 – *Sentimental: o publicitário Duda Mendonça mostra um programa de TV em que Lula aparece chorando.*

Em 1989, o partido é tido como radical, pois “não apresentava um projeto de governo” (apesar de “fazer defesas de causas”). A ausência de um programa de governo é traduzida como característica determinante de um partido radical.

Em 2002 o tom “sentimental” da campanha presidencial, que em outros momentos foi enunciado pela mesma revista como “moderado” – como vimos acima –, é atribuído ao discurso petista devido a um programa eleitoral em que Lula aparece chorando.

De acordo com os enunciados produzidos, portanto, o PT teria mudado seu tom discursivo de “radical” para “sentimental” ao longo dos anos.

Em alguns enunciados analisados, o tom “moderado” ou “sentimental” também aparece como “*light*”. Na visão do partido, a mudança de ethos é tratada da seguinte maneira:

(4) Lula **rechaçou** a idéia de que o PT esteja “mais *light*”. Mas disse que o partido mudou. “Houve uma evolução do PT. O discurso do PT hoje é mais nacional. Não é corporativo como em 80. Em 80, eu era dirigente sindical. Meu mundo era a porta da Volkswagen”, disse. “Continuo acreditando nas mesmas coisas em que sempre acreditei. Possivelmente, fale coisas de forma diferente. Para falar em reforma agrária, **não preciso gritar**. Não preciso **assustar as pessoas**.” (Folha de S. Paulo, 28/07/2001)

Os itens destacados (grifos nossos) são cruciais para entender a questão do ethos. Nas palavras de Lula, o partido não está “mais *light*”, mas “mudou”, “evoluiu”, ficou mais “nacional”, “não é corporativo”. Quanto à mudança de tom, o partido não “grita” para falar em reforma agrária, nem “assusta as pessoas”. É interessante observar que, ainda que o partido (na voz de Lula) afirme que não há mudança de postura ideológica (“continuo acreditando nas mesmas coisas que sempre acreditei”), aponta para a mudança de tom do discurso (não “grita” nem “assusta”).

...

Além do tom, o *ethos enunciativo* é composto pelo caráter e pela corporalidade do discurso, conferidos pelas formações discursivas.

O caráter corresponde a este conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. (...) Corporalidade remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. Os discursos se opõem sobre essa dimensão como sobre as outras (Maingueneau, 1987, p.47)

O discurso é, portanto, indissociável da forma pela qual toma corpo. Maingueneau denomina incorporação à mistura essencial entre uma formação discursiva e seu *ethos* que ocorre através do procedimento enunciativo.

Os discursos produzidos por determinada FD não apresentam apenas idéias, mas apresentam-nas de uma certa maneira, com um certo tom, igualmente importantes para “atingir” o leitor.

Dado que o discurso não é apenas um ponto de vista, a corporalidade e o tom contribuem para sua aceitação, ainda que, isolados, não correspondam à discursividade. O autor faz a seguinte ressalva:

A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais (op. cit., p.50).

III.2 – Heterogeneidade

A heterogeneidade é entendida pela AD como a característica que quase todos os discursos têm de “misturar” diversos tipos de seqüências, de deixar transparecer de maneira bastante variável a subjetividade do enunciador, mas principalmente de ter presente em si discursos “outros” (Maingueneau, 1996,

p.78). Ou seja, a heterogeneidade diz respeito à relação entre o “interior” do discurso e seu “exterior”.

É, portanto, como dito no primeiro capítulo, a heterogeneidade que permite a inscrição no discurso daquilo que se costuma chamar de seu “exterior”. Em outras palavras o modo de presença do Outro no Mesmo. Essa relação com o exterior pode se dar em nível da constituição do discurso ou pode ser mostrada através de marcas explícitas. Maingueneau distingue, em seu trabalho, os dois tipos de heterogeneidade: mostrada e constitutiva, no que segue Jaqueline Authier-Revuz.

Para conceituar heterogeneidade mostrada, o autor parte da noção de polifonia desenvolvida por O. Ducrot. Pode-se dizer, de uma maneira sucinta, que um discurso é polifônico quando podemos distinguir mais de uma “voz”, ou *quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, o enunciador e o locutor* (Maingueneau, 1987, p.76). O locutor seria o responsável pela enunciação e o enunciador seria a representação de vozes presentes na enunciação de maneira indireta, ou seja, são figuras cujo ponto de vista é expresso na enunciação, ainda que não se possa atribuir a ele palavras precisas.

Maingueneau, após discutir o conceito de polifonia, enumera uma série de representações possíveis de heterogeneidade mostrada: o discurso direto, o discurso indireto, a citação, o discurso indireto livre, a ironia, o provérbio, o pastiche etc.

A heterogeneidade mostrada corresponde, portanto, a uma presença detectável de um discurso outro ao longo do texto; diz respeito às manifestações explícitas ou recuperáveis a partir da própria enunciação (Maingueneau, 1996, p.78). Em outras palavras, pode corresponder à referência ou à remissão (neste último caso, depende do conteúdo referencial do leitor ou ouvinte).

Há ainda uma distinção entre as formas marcadas dessa heterogeneidade e as formas não-marcadas.

As formas não-marcadas são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou graças à cultura do co-enunciador (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche etc.). As formas marcadas são

assinaladas de maneira unívoca. Pode-se tratar de discurso direto ou indireto, de aspas, de glosas que indicam uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz. (...) O enunciador se debate assim com a alteridade, ele procura preservar uma fronteira com o que não depende de seu discurso (Maingueneau, 1996, pp.78-79).

Na heterogeneidade constitutiva não há marcas visíveis. Os enunciados do Outro estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem lingüística *stricto sensu*. “Assim, o discurso é não apenas um espaço onde vem se introduzir o discurso outro, ele é *constituído* através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão etc.” (*op. cit.*, p.79). A heterogeneidade constitutiva, portanto, está relacionada à relação interdiscursiva e não à heterogeneidade marcada em superfície.

Vejamos alguns exemplos encontrados nas matérias que compõem o *corpus*:

(1) *Para chegarem ao poder, os petistas dizem que terão de romper com o voluntarismo utópico e ingênuo que tantas vezes entusiasmou e frustrou as propostas históricas da esquerda brasileira*²⁷.

Observa-se em (1) que há um locutor (o repórter do jornal), responsável pelo enunciado, e um enunciador cuja voz está presente (“os petistas” ou o partido). O locutor enuncia o ponto de vista do enunciador: os petistas dizem que *terão que romper com a utopia*. Pode-se encontrar, portanto, uma das manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa, segundo Maingueneau: o discurso relatado²⁸.

Pode-se analisar, ainda em relação ao enunciado (1), a construção de sentido, recorrente na imprensa, de que o partido estaria mudando sua postura política e ideológica: o PT estaria rompendo com o *voluntarismo utópico e ingênuo*. Podemos afirmar que a mudança, segundo a imprensa, dá-se no sentido

²⁷ “Programa do PT prevê ‘metas de inflação’”, *Folha de S. Paulo*, 15 de junho de 2001.

²⁸ Podemos falar de discurso relatado pois tal enunciado é atribuído ao PT, ainda que possa corresponder a um simulacro.

positivo, uma vez que em seu enunciado utiliza os adjetivos ‘utópico’ e ‘ingênuo’ – de valores negativos, do ponto de vista da FD a que a imprensa adere, em um discurso político – para classificar aquilo com o que o partido rompe. Pode ser considerado positivo pois ao romper com *voluntarismo utópico e ingênuo*, o partido estaria se aproximando do discurso da liberalização ou da globalização.

(2) *A legenda aposentou o sonho socialista como bandeira pública e optou pela defesa de um Estado que faça ajustes no modelo neoliberal*²⁹.

No enunciado (2) podemos analisar a heterogeneidade na medida em que ao afirmar *a legenda aposentou o sonho socialista* o enunciador parte do pressuposto segundo o qual a *legenda* (Partido dos Trabalhadores) nutria o sonho socialista, acreditava nos ideais socialistas. Para explicitar a relação entre heterogeneidade e pressuposição, podemos examinar a pressuposição através da polifonia, como o fez Maingueneau. Em *A legenda aposentou o sonho socialista* podemos distinguir dois enunciadores: o enunciador 1 que sustenta que “a legenda tinha um sonho socialista” e a opinião do enunciador 2 que se opõe ao primeiro ao afirmar que atualmente a legenda não nutre mais (aposentou) tal sonho.³⁰

Por outro lado, no enunciado há um componente do chamado discurso neoliberal (*optou pela defesa de um Estado que faça ajustes no modelo neoliberal*) e que poderia constituir-se de uma resposta aos discursos que criticam tal modelo. A legenda que representa o maior partido de esquerda da América Latina (que poderia opor-se ao modelo), segundo a imprensa, está aposentando o socialismo e optando pelo modelo neoliberal (ainda que afirme a necessidade de ajustes).

Em matéria intitulada “A Quarta Tentativa” (*Veja*, 04 de junho de 2001) encontramos o seguinte enunciado:

²⁹ “A Quarta Tentativa”. *Veja*. 04 de junho de 2001.

³⁰ Para detalhamento da apresentação feita por Maingueneau da noção de polifonia desenvolvida por Ducrot como mecanismo de heterogeneidade pertinente à AD, ver Maingueneau, 1987, pp.75-106.

(3) A ala dominante do PT atual pode até sonhar com um igualitarismo utópico, mas faz isso apenas fora do expediente de trabalho. De segunda a sexta, aprendeu a separar fantasia da realidade.

A análise do enunciado indica novamente a idéia de uma mudança de postura positiva, do ponto de vista da revista, uma vez que “a ala dominante do PT sonha com um igualitarismo utópico apenas fora do expediente”. A segunda oração reforça essa idéia na medida em que classifica a postura anterior como “fantasia”. O PT agora, segundo a imprensa, passou a viver de acordo com a realidade.

A análise dos três enunciados acima permitiram identificar exemplos de heterogeneidade mostrada e constitutiva. Com isso pudemos elucidar a idéia de que o discurso quase nunca é homogêneo.

Em suma, a heterogeneidade, de acordo com a AD, é característica inerente a qualquer formação discursiva, pois “o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do Outro. Outro que envolve não só o seu destinatário (...), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)” (Brandão, 1997, p.49).

E é na perspectiva da heterogeneidade que se inscreve a hipótese do interdiscurso.

III.3 – Interdiscurso

Podemos considerar o interdiscurso como o conjunto das unidades discursivas com as quais um determinado discurso entra em relação (Maingueneau, 1996, p.86). Ou seja, o interdiscurso é o espaço de relação de um discurso em particular (o Mesmo) com outros discursos (o Outro) e essa relação permite que analisemos o sentido do Mesmo em relação com seu Outro (que pode tomar a mesma posição – fazer parte da mesma FD – ou uma posição antagônica).

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a

suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (Maingueneau, 1976 *apud* Maingueneau, 1987, p.113)

...

Com o objetivo de apreender o discurso através da interdiscursividade e partindo da premissa de que a identidade de um discurso depende de “uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais”, Maingueneau propõe uma nova abordagem em seu *Genèses du Discours*, cujo cerne está na hipótese de que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. A implicação de tal hipótese é a de que o interdiscurso passa a ser a unidade de análise pertinente e não os discursos, componentes do interdiscurso. A identidade é dada, portanto, pela relação interdiscursiva. Os discursos teriam sua identidade apreendida a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem relacionados.

O autor afirma que se deve construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincida com a definição das relações deste discurso com seu Outro. Neste sentido, um discurso nunca seria autônomo.

A maneira pela qual se dá a relação interdiscursiva leva ao que Maingueneau chamou de interincompreensão regrada:

o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada. Cada um conduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sob a forma do ‘simulacro’ que dele constrói (1984, p. 5).

Se a identidade é dada pela relação interdiscursiva e se a relação entre o Mesmo e o Outro se dá sob a forma de simulacro, uma relação polêmica³¹ pode ser entendida como uma manifestação de uma incompatibilidade radical. Neste

³¹ A noção de polêmica definida por Maingueneau, como dissemos, será explicitada adiante.

sentido, de acordo com o autor, a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é apreendida. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação, mas, em um só movimento, o sentido como mal-entendido.

A interincompreensão se dá porque o dizível de um campo de discurso dado é governado por um sistema de restrições único. Este sistema é concebido como uma competência discursiva, que corresponde à aptidão que deve ter um sujeito para produzir enunciados que dependem de uma formação discursiva determinada.

A competência discursiva envolve também o reconhecimento da incompatibilidade semântica de enunciados das formações discursivas que constituem seu Outro e a interpretação, tradução, desses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições (o que corresponderia à produção do simulacro).

Maingueneau se opõe claramente à idéia de que a competência discursiva seja inata, “mágica”; ela é construída. Como os discursos são históricos, as categorias semânticas de uma determinada formação discursiva são historicamente determinadas.

Em suma, a competência discursiva supõe a capacidade de reconhecer que o que o seu Outro diz é incompatível com a sua formação discursiva e a capacidade de produzir um simulacro do Outro. O simulacro, portanto, é produzido a partir da competência discursiva, delimitada por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (Maingueneau, *op.cit.*, p. 61).

Cada discurso repousa sobre um conjunto de semas repartidos sobre dois registros, de uma parte os semas “positivos”, reivindicados, de outra parte os semas “negativos”, rejeitados. Podemos, como fez Maingueneau no caso dos discursos jansenista e humanista devoto, delinear uma grade semântica da formação discursiva do PT.

O quadro foi elaborado, a partir do documento “Um Outro Brasil é Possível”, de maneira resumida, de acordo com os objetivos de análise, e dividido em cinco

temas: *Propostas* (foram listados os semas negativos e positivos no que diz respeito às propostas de governo, em geral); *Modelo econômico*; *Contexto Internacional* (contém não só os semas relativos ao atual contexto geopolítico, mas também à proposta da ALCA); *Emprego* (particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho); e *Dívida Externa*.

Organizamos a grade semântica de tal forma que estão explícitas as oposições entre os semas positivos e negativos. Por exemplo /alfabetização/ aparece como oposição a /adestramento da força de trabalho/; /Desenvolvimento/ e /construção/ em oposição a /neoliberalismo/ e assim por diante. Tal oposição é fundamental para o entendimento da interincompreensão. Isto porque a relação polêmica estará fundada sobre esta dupla repartição (semas que o discurso reivindica como positivos e seus contrários): “cada pólo discursivo recusa o outro como se relevasse de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (*op.cit.*, p.36).

Do ponto de vista do material analisado, os traços básicos da semântica petista são:

Discurso Petista ("Um Outro Brasil é Possível")

Semas positivos	Semas negativos
mudança/reforma	continuismo
democracia representativa	
crescimento/recuperação	estagnação
novo pacto federativo	
credibilidade	corrupção
transparência	
controle	
fiscalização	
valores éticos	
desenvolvimento	neoliberalismo
construção	
valores éticos	
justiça	
distribuição de renda	concentração de renda
solidariedade	exclusão
regionalização	globalização (monopolista)
identidade nacional	desnacionalização
alternativa à ALCA	fragilização
	controle (dos EUA)
	homogeneização
proteção ao trabalho	informalidade
Dívida externa	renegociação

De acordo com Maingueneau, as regras de interincompreensão entre os discursos derivam da estrutura do modelo semântico. Em sua análise dos discursos jansenista e humanista devoto, ele exemplifica a produção do simulacro a partir das grades semânticas da seguinte maneira³²:

³² Para melhor compreensão do exemplo, reproduzimos o modelo construído por Maingueneau em que M1 corresponde ao discurso jansenista e M2 ao discurso humanista devoto.

M1+		vs	M2+
M1-			M2-
Identidade			Harmonização
Alteridade	} vs	Mistura	Contrariedade
Unidade		vs	Comunicação
Pluralidade			vs
Puntualidade		vs	“Ordem”
Extensão			vs
			“Atomo”

(...) quando um enunciador humanista devoto colocado em posição de discurso-agente traduzir em M2- as categorias de M1+, ele traduzirá a /Consistência/ em /Dureza/, a /Verticalidade/ em /Tiranía/, e assim por diante. (.) Mas o “enunciador-agente” jansenista não opera de maneira simétrica. O que ele deve fazer é mostrar que a função de “harmonização” que se encontra na raiz do sistema de seu Outro associa duas categorias que devem permanecer antonímicas, e não define, pois, categorias positivas; nessa perspectiva, o sistema humanista devoto aparece como /Mistura/ ímpia de contrários que não se confessa como tal: compete então ao enunciador jansenista levar essa /Mistura/ a M1-, isto é, ao registro negativo; a /Moderação/, por exemplo, será analisada como uma /Fraqueza/ mascarada, a /Abundância/ como uma /Pluralidade/ etc. (Maingueneau, 1984, p.64)

Ou seja, a interincompreensão corresponderá à produção do simulacro do antagonista a partir das restrições do discurso de origem. Este processo, vale lembrar, não é privilégio dos discursos jansenista e humanista devoto, tampouco

Consistência	vs	Plasticidade	vs	Dureza
Inconsistência		Moderação	vs	Excesso
Intensidade	vs	Fixidez (congelamento)		
Fraqueza		Ritmo		vs
		Desregramento		
Estabilidade	vs			
Instabilidade				
Semelhança		Homologia		vs
Dissemelhança }	vs	Isolamento		
Confusão		Probabilidade		
Necessidade	vs	Contigüidade }		vs
Contingência		Restrição		
Homogeneidade	vs	Diversidade		vs
Heterogeneidade		Uniformidade		
Coerência	vs	“Ordem”	vs	“Átomo”
Incoerência		Abundância	vs	Raridade
Restrição	vs	Maioria		vs
Proliferação		Marginalidade		
Totalidade	vs	“Ordem”	vs	“Átomo”
Indefinição		Expressão		vs
Centrado ?	vs	Introversão		
Informe		Hierarquia		Tiranía
Interioridade	vs	Flexão }	vs	{ Rigidez
Exterioridade		Troca		vs
		Autarcia		
Altura	vs			
Largura				
Fechamento	vs			
Abertura				

do *corpus* deste estudo. Ele ocorre entre quaisquer dois discursos, antagonistas, de um mesmo espaço discursivo:

[a produção do simulacro] é o que explica, por exemplo, que o discurso dos lingüistas, segundo o qual variantes lingüísticas não padrões são gramaticais, seja “traduzido” no discurso dos “gramáticos” como “vale tudo”. (Possenti, 2002, p.197)

No presente estudo, quando a imprensa traduzir em seu registro negativo as categorias positivas do discurso petista, ela traduzirá /Renegociação/ da Dívida Externa por, por exemplo, /Calote/³³. A partir deste mecanismo de tradução foram produzidos os simulacros analisados mais adiante.

A tradução, de acordo com Maingueneau, não se dá por má-fé. O autor ressalta que, “por definição, o enunciador de um discurso dado não pode se colocar como falseador dos enunciados de seu Outro. Se ele procura ‘imitá-los’ só poderá produzir textos que relevam de sua competência”, isso porque ele não consegue absorver corretamente o Outro.

É importante esclarecer que a presença do Outro no discurso do Mesmo não significa que eles se confundam. O discurso do Outro ‘aparece’ no discurso do Mesmo a partir do que Maingueneau chamou de filtro, ou seja, a partir das regras de restrições semânticas. Em outras palavras, determinado discurso é revelado por enunciados submetidos a restrições específicas de significados. O sistema de restrições semânticas define um filtro que fixa critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada.

III.4 – Polêmica

³³ O fato de a imprensa não poder ser identificada a uma única formação discursiva dificulta a construção de um modelo semântico deste discurso. A despeito deste obstáculo foram apontados, ao longo da análise, de maneira simplificada, alguns traços semânticos positivos e negativos do discurso da imprensa.

A noção de polêmica desenvolvida por Maingueneau, com a qual trabalhamos, não coincide ao que se entende habitualmente por isso: debate de idéias, controvérsia entre dois opositores etc. Não se trata de uma disputa entre dois opositores, mas de um fenômeno inerente ao quadro do interdiscurso, quando supomos dois discursos no mesmo espaço discursivo. A polêmica, neste sentido, está inscrita no próprio funcionamento da relação interdiscursiva:

(...) a relação polêmica longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro, não passa de uma manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso. O conflito não vem acrescentar-se do exterior, a um discurso de direito auto-suficiente; ele está inscrito nas suas próprias condições de possibilidade. Nesse nível, o sentido não remete a um espaço fechado dependente de uma posição enunciativa absoluta, mas ele deve ser apreendido como circulação dessimétrica de uma posição enunciativa a outra; a identidade de um discurso coincide com a rede de incompreensão na qual ela é apreendida. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação, mas, num só movimento, o sentido como “mal-entendido”. (Maingueneau, 1984, p.6).

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define, de acordo com Maingueneau, um processo de *interincompreensão* generalizada, que é a própria condição de possibilidade de diversas posições enunciativas. Não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (*op.cit.*, p.61).

Quando tratamos de polêmica, entendida como relação entre duas formações discursivas, devemos considerar, portanto, as condições de possibilidades semânticas. É a semântica dos discursos que comanda a maneira pela qual os discursos polemizam (*idem*, p.67).

À posição discursiva é associado um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de

seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode relacionar-se com o discurso Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (*ibidem*, p.61).

A tradução, aqui, ocorre num sentido muito particular. São definidas regras de passagens de uma interpretação a uma outra, sem tocar na estabilidade do significante lingüístico. O que é alterado é seu conteúdo semântico, seu sentido, dado pela interpretação do Outro.

Não se pode dizer que o enunciador de um discurso ‘interpreta’ seus próprios enunciados; esse é um privilégio reservado ao Outro. O discurso não pode interpretar-se a si mesmo, pois estaria interpretando os próprios enunciados a partir de seu filtro semântico, ou seja, haveria uma coincidência entre os semas enunciados e os registros positivos de sua grade semântica.

A tradução “é um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidade sócio-históricas irreduzíveis” (*ibidem*, p.62).

Segundo Maingueneau, o discurso político é um tipo de discurso que tenta, em princípio, anular os discursos outros. Para cada discurso político todos os demais estão errados. A estratégia discursiva é de exclusão, rejeição do universo semântico adversário, como incompatível com a realidade.

A polêmica em torno da possível mudança de postura do PT, conforme dissemos anteriormente, ganhou força a partir da divulgação da proposta de governo do partido em junho de 2001. Os discursos da imprensa produziram o sentido de que o PT estaria mudando sua postura política e ideológica. Podemos citar como exemplos os seguintes trechos:

(1) Quase 12 anos depois de sua queda real, o Muro de Berlim simbólico acaba de ser enterrado no Brasil pelo programa do PT, apresentado na segunda-feira ao público (...). Mesmo os setores como a maioria do PT que não nasceram dos partidos comunistas ortodoxos (...) no fundo, cultivavam a ilusão de que, se os mecanismos que a burguesia tolera se revelassem insuficientes, tascariam pelo menos

*alguma dose de ortodoxia comunista e ponto. (...) É verdade que o PT, nas campanhas presidenciais tanto de 1994 como de 1998, já havia arquivado a palavra 'socialismo' e seus derivados. Mas era uma rendição a contragosto. Pairava no ambiente a expectativa de que uma nova 'acumulação de forças' (para usar o jargão) permitisse que, mais adiante, o socialismo voltasse a ser pensado ainda que o PT, a bem da verdade, jamais tenha definido que socialismo defende. (...) Agora, o arquivamento do socialismo não parece apenas tático, mas rendição à realidade dos fatos. Se é bom ou ruim, cabe apenas ao eleitorado julgar. Mas é nítido que os que amavam tanto a revolução acabam de ficar um pouco mais órfãos.*³⁴

Aqui, o programa de governo do PT aparece como “queda do muro de Berlim simbólico”, como “rendição à realidade dos fatos” e como fim da última esperança de uma revolução socialista. Constrói-se, portanto, como anunciado, o sentido de uma mudança de postura ideológica do partido (que fica clara na afirmação de que os petistas “arquivaram a palavra socialismo” de seu discurso). Tal mudança tem caráter positivo do ponto de vista da imprensa, uma vez que é entendida como “rendição à realidade dos fatos”. Se consideramos ‘realidade’ como contraposição a ‘fantasia’ e se aceitamos a idéia de que fantasia pode ser tido como algo negativo em um discurso político eleitoral, a mudança de postura do partido é favorável.

Adicionalmente, contribui para a conclusão acima o enunciado segundo o qual “mesmo os setores como a maioria do PT que não nasceram dos partidos comunistas ortodoxos (...) no fundo, cultivavam a **ilusão** de que (...) tascariam pelo menos alguma dose de ortodoxia comunista e ponto”.

Por outro lado, o enunciado (1) é um dos poucos encontrados ao longo do levantamento no *corpus* (pelo menos nos veículos da imprensa escrita com que escolhemos trabalhar) que, em algum momento, aponta para um caráter negativo da mudança: “os que amavam tanto a revolução acabam de ficar um pouco mais órfãos”.

(2) Lula e o PT procuraram livrar-se do excesso de radicalismo que os acompanhava desde a criação do partido, há 21 anos. É verdade que a

³⁴ ROSSI, Clovis. “O PT derruba o muro”, *Folha de S. Paulo*, 20 de junho de 2001.

*legenda continua abrigando alas que defendem idéias estapafúrdias, como a luta armada e a implantação de um modelo comunista de gestão no Brasil, mas em geral o PT se modernizou um pouco*³⁵.

O enunciado acima, extraído de uma matéria acerca do programa de governo petista, expressa novamente a idéia de uma mudança de postura traduzida aqui por *procuraram livrar-se do excesso de radicalismo que os acompanhava desde a criação*. O programa, portanto, teria sido uma tentativa – pois há a afirmação de que *procuraram livrar-se* e não “livraram-se” – do partido de desvencilhar-se do radicalismo. “Tentativa” apenas porque, segundo o enunciador, o partido *continua abrigando alas que defendem... a luta armada e a implantação de um modelo comunista de gestão*. A crítica ao PT inclui a idéia de que o partido abrigava e abriga alas que defendem a luta armada e o comunismo (marcada por “continuar”).

Lendo o enunciado compreendemos que o autor acredita que, apesar de parte do PT ainda defender *idéias estapafúrdias*, o partido se modernizou *um pouco*. A mudança de postura, portanto, é tida pela imprensa como modernização. Entretanto, tal modernização está relacionada ao operador *um pouco*, que pode orientar o enunciado no sentido de que foi pouca a modernização (apesar de haver a possibilidade de tal processo de modernização ter sucesso – o que não aconteceria se no enunciado estivesse presente o operador *pouco*).

Vejamos um terceiro exemplo extraído da matéria “A Vidraça do PT” (Veja, 27 de junho de 2001):

(3) *Ao atingir a maioria, 21 anos de vida, o Partido dos Trabalhadores divulgou, na semana passada, seu programa de governo para as próximas eleições presidenciais. O PT sempre foi criticado por bater no governo sem apresentar alternativas. Agora, procura contornar esse viés negativo com um projeto a ser aplicado no Brasil se o partido vencer a batalha eleitoral de 2002. O programa apresenta dois **avanços notáveis**. Reconhece a importância do equilíbrio fiscal e da estabilidade da moeda. Para uma legenda que menos de uma década atrás pregava a estatização do sistema financeiro nacional, é uma **evolução interessante**. Ela indica que o PT decidiu livrar-se do que havia de*

³⁵ “A Quarta Tentativa”, *Veja*, 04 de julho de 2001.

mais radical e retrógrado em sua plataforma política. O projeto Brasil do PT também reúne desejos que são comuns a todos os brasileiros, como a melhoria dos serviços de educação e saúde e o fim da injusta distribuição de renda no país. Os pontos negativos do documento, no entanto, são muito mais numerosos – e arrasadores.

No exemplo acima o programa de governo é tratado como uma tentativa do partido de contornar um “viés negativo”, identificado como “crítica ao governo sem apresentar alternativas”. Em seguida, o enunciador apresenta como “avanço notável” o fato do PT reconhecer *a importância do equilíbrio fiscal e da estabilidade da moeda*. Tal avanço, por sua vez, é traduzido por *evolução interessante*. Constrói-se, novamente, o sentido de mudança positiva de postura: *o PT decidiu livrar-se do que havia de mais radical e retrógrado em sua plataforma política*.

Além da avaliação positiva da mudança de postura política nos enunciados analisados, podemos observar a imagem do PT na memória discursiva da imprensa a partir do uso de expressões como *radical e retrógrado*, tidas, do ponto de vista do discurso da imprensa, como negativas, principalmente quando relacionadas ao discurso político.

O enunciado *os pontos negativos do documento, no entanto, são muito mais numerosos – e arrasadores* constrói o sentido de que, ainda que tenha ocorrido uma mudança considerada positiva na postura do partido, o programa apresenta em maior número *pontos negativos*. O enunciado aponta para uma concepção negativa do partido ao classificar os “defeitos” do programa como *arrasadores*, cujo significado pode aproximar-se de avassaladores, destruidores.

O trecho (3) exemplifica de maneira muito clara o discurso produzido pela imprensa a partir da divulgação do programa. Aponta para uma mudança, como vimos, mas não suficiente.

A crença mais presente nos artigos analisados para a causa da alteração de postura política é a de que o sucessivo enfrentamento de testes eleitorais desde 1982 tenha levado o partido a mudar. Para analisar tal hipótese, apresentamos os enunciados (4) e (5):

(4) o sucessivo enfrentamento dos testes eleitorais desde 1982 levou o partido a mudar, transformando seu perfil originalmente sectário e sua estratégia política restritiva, em favor da ampliação de suas bases, da inclusão no jogo político e da sua viabilização como força governante³⁶.

No enunciado acima é clara a relação entre a mudança e o enfrentamento de sucessivas eleições. A mudança deu-se de um *perfil sectário*, cuja estratégia política era *restritiva*, para um perfil caracterizado por *ampliação*, *inclusão* e *viabilização* (semas reivindicados como positivos pelo discurso da imprensa). Ao enumerar esses três fatores, o enunciador atribui a eles o mesmo valor, ou seja, a viabilização como força governante está diretamente relacionada à ampliação das bases (muitas vezes correspondente à formação de alianças). A inclusão no jogo político, por sua vez, de acordo com a imprensa, só foi possível devido à mudança de perfil decorrente do “aprendizado” de sucessivos processos eleitorais.

(5) O petista vive num claustro cheio de divisões e seitas e, na maioria dos casos, carrega um passado de militância em favor de um modelo de sociedade que deixou de existir com a queda do Muro de Berlim, em 1989. O que parece claro é que as correntes dominantes do PT aprenderam alguma coisa com as mudanças ocorridas no mundo e com as derrotas consecutivas na corrida presidencial³⁷.

Ao analisar o enunciado (5) verificamos que, além das eleições (*derrotas consecutivas na corrida presidencial*), *as mudanças ocorridas no mundo* são apresentadas como fator de mudança e *aprendizado* do partido. Além disso a imprensa afirma que somente uma parcela do partido, ainda que a mais forte (*correntes dominantes*), “aprendeu alguma coisa”. Os demais ainda não “aprenderam” e estão relacionados a semas negativos como *claustro*, *seita* e que acreditam em modelo social inexistente: o comunismo³⁸.

³⁶ Meneguello, Rachel. “Não se vêem novidades como antigamente”. *Folha de S. Paulo*, 15 de junho de 2001.

³⁷ “A Quarta Tentativa”, *Veja*, 04 de julho de 2001.

³⁸ Podemos afirmar que o discurso da imprensa atribui ao PT a relação com o comunismo dado que a queda do Muro de Berlim, citada no enunciado, é considerada o maior símbolo da derrocada dos regimes comunistas no mundo.

O PT, por sua vez, em relação à mudança de postura do partido, afirma que a diferença não está no posicionamento ideológico, mas no “amadurecimento” e na conjuntura política que, segundo Luís Inácio da Silva, em entrevista a *Folha de S. Paulo* em 17/06/2001, nunca esteve tão favorável ao partido:

(6) Folha - Em que o PT hoje é diferente das campanhas de 1989, 1994 e 1998? O que será preciso mudar para vencer?

*Lula - É importante lembrar que o PT ficou sempre em segundo lugar, lutando contra as maiores alianças políticas de direita já feitas no Brasil. E, de 1989 para cá, com tudo o que eles fizeram de alianças políticas e de acertos, individualmente não tem nenhum candidato mais forte do que o candidato do PT. A diferença fundamental é que, desta vez, o PT é a bola da vez. Nunca as chances de ganhar uma eleição estiveram tão fortes como agora. O PT está mais **maduro**, mais **experiente** e é o partido que tem adotado as melhores políticas sociais nas suas administrações. O que o PT precisa para ganhar as eleições é transformar a luta contra a corrupção e as boas experiências administrativas em credenciais que permitam ao povo nos dar uma chance de governar o Brasil.*

(...) Folha - Qual a cara do PT que vai disputar as eleições em 2002?

Lula - É a cara do partido que tem mais credibilidade na sociedade brasileira, a cara do partido que combate a corrupção e defende um modelo de desenvolvimento que leve em conta a soberania nacional.

Folha - Você pode dar três razões para o eleitor votar no PT?

Lula - O compromisso com a honestidade, a distribuição de renda e a geração de empregos.

Folha - Qual deve ser a principal bandeira do PT na próxima campanha eleitoral?

Lula - É passar para a cabeça do povo que seremos capazes de criar um novo

modelo de desenvolvimento para enfrentar os problemas do desemprego, da seca e da fome.

O resultado da análise foi que o PT (na voz de Lula) aponta para dois fatores que diferenciam a campanha de 2002 em relação às campanhas anteriores: “é que o PT é a bola da vez” e “O PT está mais maduro, mais experiente”. Ou seja, a mudança estaria na conjuntura política nacional que estaria favorecendo o partido e no fato do partido estar “mais experiente”.

Lula afirma, ainda, defender um “modelo de desenvolvimento que leve em conta a soberania nacional”, capaz de “enfrentar os problemas do desemprego, da seca e da fome”. Tais enunciados, assim como o analisado acima em relação às campanhas anteriores, respondem ao discurso corrente de que o partido teria mudado sua postura ideológica. Isto porque Lula afirma que o *combate à corrupção, a defesa de um modelo de desenvolvimento que considere a soberania nacional* e o compromisso com a *honestidade, distribuição de renda e geração de empregos* continuam sendo as principais bandeiras do partido, ainda que admita que o partido possa ter passado por alguma alteração de 1989 para cá (no sentido de estar mais *maduro e experiente*). É como se dissesse “o PT permanece um partido de esquerda, com preocupações sociais e éticas, mas amadureceu nos últimos 13 anos”.

Em outra entrevista concedida em 12 de agosto de 2002, Lula reafirma a tese de amadurecimento:

*(7) O que aconteceu com o PT? O PT virou adulto, virou grande, o PT hoje governa 50 milhões de brasileiros. O PT continua acreditando nas mesmas coisas que foram a razão do seu nascimento, mas o PT também tem boas experiências de governabilidade. Eu acho que isso é que deu maturidade ao PT, deu consciência ao PT (...)*³⁹.

A análise do enunciado (7) leva à conclusão de que, do ponto de vista do partido (na voz de Lula), o PT continua acreditando nas mesmas coisas que acreditava em 1980, ano de sua fundação, mas amadureceu devido às *boas experiências de governabilidade*.

Um outro ponto de polêmica diz respeito ao conteúdo do programa de governo. Analisamos alguns enunciados em que é construído o sentido de que o programa seria fantasioso, utópico. A crítica mais freqüente é que o programa apresenta propostas irrealizáveis. Citamos como exemplo:

³⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u35789.shtml> Acessado em 30/08/2002

(8) *O sonho do PT é administrar um país em que o governo faça investimentos maciços em áreas sociais, conceda subsídios a setores que julgue necessário estimular e, ao mesmo tempo, tenha contas equilibradas; e um país que seja atraente aos investidores estrangeiros. Não dá para fazer tudo isso ao mesmo tempo. A conta não fecha. Conforme o projeto do partido, as dívidas interna e externa serão honradas, sim, mas depois de terem sido feitos investimentos sociais necessários. O problema... é que o governo sempre precisa de dinheiro novo e costuma tomá-lo emprestado de investidores que esperam ser ressarcidos. (...) O mundo real tem suas complicações, que os petistas não parecem perceber quando fazem chover suas críticas sobre os administradores do governo tucano*⁴⁰.

A análise do enunciado nos permite, primeiramente, identificar a maneira como o programa é retratado no enunciado acima: *sonho do PT*. As propostas contidas no projeto são traduzidas, portanto, como devaneios distanciados da realidade. Em segundo, as propostas (ou simulacros das propostas) *investimentos maciços em áreas sociais* e *subsídios a setores* necessitados são consideradas antagônicas à de manter as contas públicas equilibradas: *a conta não fecha*. Da mesma forma, honrar as dívidas interna e externa aparecem como incompatíveis com realizar os *investimentos sociais necessários*, devido à tomada de empréstimos.

O programa é considerado utópico pela imprensa por apresentar propostas não realizáveis simultaneamente. A justificativa apresentada é a de que *não dá para fazer tudo isso ao mesmo tempo*.

...

A idéia vinculada na imprensa de que o PT teria mudado sua postura é tão incisiva que no interior do partido há quem diga que tal mudança quase igualou o PT ao programa neoliberal. Alguns partidários disseram que o programa do partido está limitado ao economicismo, ou seja, que o enfoque está sendo dado apenas à crise econômica. Podemos observar no artigo abaixo de Léo Gerchmann, intitulado “Simpatizantes do PT condenam economicismo cego” (Folha de S. Paulo, 4/07/2001) um exemplo deste debate entre diferentes correntes do PT:

⁴⁰ “A Quarta Tentativa”. *Veja*, 04 de julho de 2001.

(9) *Os sociólogos que participam do seminário "A natureza da crise brasileira e suas vias de superação", de ontem até hoje em Porto Alegre, defenderam uma modificação no enfoque das discussões nacionais. A idéia central é trocar o que chamam de visão economicista atual pela adoção de temas prioritariamente sociais. (.) Emir Sader, que abordaria o tema "A esquerda na busca de uma estratégia", criticou o debate [entre economistas e sociólogos ligados ao PT] que se inicia para as eleições presidenciais de 2002, pois estaria "limitado ao economicismo, à crise econômica". (.) De acordo com Sader, dois temas devem ser prioritários: a nova inserção internacional do Brasil, com a ampliação das alianças, e a reforma do Estado, "com uma prioridade fundamental: a inclusão social". (.) Sader chegou a dizer que o projeto econômico elaborado por economistas ligados ao PT podem levar o partido a ser "refém do economicismo".*

A crítica, aqui, é feita, como dissemos antes, por simpatizantes do PT. É criado o sentido de que o programa de governo do partido estaria centrado prioritariamente na supervalorização da economia, em detrimento de preocupações sociais e políticas. Do ponto de vista do enunciador – simpatizante do partido – (citado pelo locutor) o PT deveria *trocar* o enfoque na crise econômica pela *adoção de temas prioritariamente sociais*.

Capítulo IV – Os quatro temas

De acordo com Maingueneau, os temas mais importantes para a AD são aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais de um modelo semântico. Retomando o que foi dito em II.1, “o importante, na verdade, não é o tema, mas seu tratamento semântico” (Maingueneau, 1984, p.49).

Ao propor o tratamento dos temas e desenvolver a concepção de simulacro (definida anteriormente), Maingueneau retoma o que Pêcheux denominou de caráter material do sentido das palavras e enunciados:

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que as palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada. (Pêcheux, M. Semântica e Discurso, p. 161)

Da idéia de Maingueneau de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que o faz interpretar os enunciados do seu Outro, traduzindo-os nas categorias de registro negativo de seu próprio sistema, como vimos, decorre a noção de simulacro, que corresponderia justamente a essa tradução do discurso do Outro a partir de sua própria grade semântica.

Para a análise dos simulacros produzidos pela imprensa, selecionamos, como explicitado no segundo capítulo, quatro temas para a análise: ALCA, Desemprego, Dívida Externa e Alianças Políticas.

IV.1 – ALCA

Uma das questões debatidas na imprensa em relação à divulgação do programa, diz respeito à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Esta iniciativa de aliança comercial surgiu em 1990, quando o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, lançou a “Iniciativa para as Américas”, que visava ao aprofundamento das relações entre EUA e a América Latina.

O projeto foi retomado pelo sucessor de Bush, Bill Clinton, que chamou os países do hemisfério para uma Reunião de Chefes de Estado e de Governo em Miami. Em 10 de dezembro de 1994, ocorreu em Miami a Reunião de Cúpula das Américas, reunindo chefes de Estado de 34 países do continente, exceto Cuba, que decidiram dar início à constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O documento oficial que saiu deste encontro contém uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação. Na Declaração de Princípios, os países se propõem a um pacto pela preservação e fortalecimento da democracia, promoção da prosperidade, erradicação da pobreza e da discriminação, desenvolvimento sustentável e conservação do meio ambiente. Para o cumprimento das diretrizes contidas na Declaração de Princípios, os países ali representados elaboraram um Plano de Ação para cada um dos temas acima citados, onde também aparecem os passos a serem dados para a formação da ALCA, inclusive com um cronograma inicial para os trabalhos.⁴¹

Após quatro reuniões, em novembro de 1999, em Toronto, deu-se início a uma nova fase da negociação, em que se tentou buscar o acordo sobre temas controversos. Isto foi feito através de um esforço de redação de esboços de Acordo para os diversos temas da ALCA, remetidos para análise dos Ministros de Comércio. A idéia é que até 2005 estejam concluídas as negociações.

...

A partir da divulgação do programa de governo do PT, foi produzido, na imprensa, o sentido de que o partido seria contra a proposta de aliança comercia.

⁴¹ <http://www.mdic.gov.br/comext/deint/alca.html>. Acessado em 15/11/2003.

As críticas à ALCA foram atribuídas à antipatia do partido pelos EUA, país que encabeça a iniciativa.

Além disso, o fato de o PT ter sido, historicamente, considerado socialista, segundo a imprensa, dificultaria sua atuação na política externa, uma vez que, sendo os EUA a maior potência econômica e política capitalista atual, teriam que negociar com seu “inimigo histórico”.

Na proposta de governo do PT há os seguintes enunciados no que diz respeito à ALCA.

(1) É fundamental desenvolver, no plano interno, a consciência de que a implantação da ALCA representa a fragilização de nosso sistema produtivo através do reforço à especialização em atividades tradicionais e limitações à diversificação do parque produtivo em direção aos setores com maior conteúdo tecnológico. Ademais, representará uma significativa desnacionalização dos Serviços, incluindo setores chave na construção da cultura e identidades nacionais, tais como a Educação e a Comunicação.

(2) Para enfrentar a iniciativa da ALCA e propor formas alternativas de integração continental necessita-se de uma ampla coalizão nacional de forças e de um complexo processo de alianças no continente. Esse esforço de alianças anti-ALCA envolve inclusive forças progressistas no interior dos Estados Unidos.⁴²

A análise mostra que, no programa de governo petista, a ALCA aparece como:

- a) fragilização de nosso sistema produtivo
- b) desnacionalização dos Serviços (incluindo setores chave na construção da cultura e identidades nacionais).

Em primeiro lugar, no que diz respeito à heterogeneidade, podemos identificar a presença de discursos outros nos enunciados transcritos. Há no enunciado (1) a presença de expressões normalmente utilizadas no interior do discurso econômico, tais como *sistema produtivo*, *atividades tradicionais*, *diversificação do parque produtivo*, *Serviços*.

⁴² “Um Outro Brasil é Possível”, pp. 4 e 5.

Em segundo, podemos analisar a presença do “não-dito” no enunciado. Observamos que a fragilização do sistema produtivo adquire o significado, no enunciado, de “reforço à especialização em atividades tradicionais” e “limitações à diversificação do parque produtivo”. Há informação implícita, em primeiro lugar, em relação às atividades tradicionais que, no discurso econômico, geralmente dizem respeito às atividades relacionadas a pecuária, agricultura e exploração madeireira. Em segundo, o reforço à especialização nessas atividades aparece como algo negativo porque, no mercado mundial, o Brasil tradicionalmente ocupa o papel de fornecedor de matéria-prima. Poderíamos inferir que a manutenção de tal papel condenaria o país a depender de outras nações para a obtenção de determinados produtos manufaturados. O enunciador, portanto, recorre à memória discursiva⁴³ quanto a expressões do discurso econômico e quanto ao funcionamento do comércio internacional.

A desnacionalização dos Serviços também adquire valor negativo. A análise do enunciado (1) nos leva a concluir que isto se dá devido ao fato de a desnacionalização atingir a Educação e a Comunicação, *setores chave na construção da cultura e identidades nacionais*. Podemos depreender que o receio do partido é a perda de autonomia em setores considerados estratégicos na construção da identidade nacional

Como fragilização e desnacionalização aparecem como semas negativos na formação discursiva petista (ver grade semântica p.49), podemos afirmar que o partido seria contra a proposta atual da ALCA. Por outro lado, no final do segundo enunciado citado há a idéia de “formas alternativas de integração continental”. Para a proposta de tais alternativas há a sugestão de *uma ampla coalização nacional de forças e de um complexo processo de alianças no continente*.

⁴³ Maingueneau define desta maneira a memória discursiva: “Uma interação verbal se desenvolve no tempo e, desse fato, constrói-se progressivamente uma *memória* intratextual: a cada momento, o discurso pode enviar um enunciado precedente. (.) Uma formação discursiva é tomada em uma *dupla memória*. Ela constrói para si uma *memória externa* colocando-se na filiação de formações discursivas anteriores. Ao longo do tempo ela cria também uma *memória interna* (com os enunciados produzidos antes, no interior da mesma formação discursiva). O discurso se apóia, então, em uma Tradição, mas cria pouco a pouco sua própria Tradição. Aqui a *memória* não é psicológica, ela mantém-se em unidade com o modo de existência de uma formação discursiva: cada uma tem uma maneira própria de administrar essa memória” (1984, pp.96-97). Para maior

Podemos concluir que o partido assume posição contrária à proposta atual da ALCA, mas a favor de uma integração continental alternativa.

A partir dos enunciados do programa, analisados acima, a imprensa produziu o seguinte simulacro:

*(3) O PT propõe rejeição à ALCA, a aliança de livre comércio que está sendo negociada pelos países do continente americano. O problema é que hoje os Estados Unidos respondem por um quarto do comércio exterior brasileiro. O país não conseguiria substituir a parceria comercial estabelecida com os americanos por outra a ser criada com parceiros mais simpáticos à ótica petista, como talvez a Índia ou a China. A formação dos blocos comerciais é uma tendência irreversível, e a **recusa** do PT em aceitar essa realidade revela apenas quanto a legenda de Luís Inácio Lula da Silva continua imersa num **antiamericanismo** que seria mais corretamente ambientado em meados do século passado⁴⁴*

O fato de o PT adotar postura contrária à proposta atual da ALCA foi traduzido como uma recusa à formação de blocos comerciais: *a formação de bloco comerciais é uma tendência irreversível, e a recusa do PT em aceitar essa realidade (...)*. A partir da recusa de um único acordo comercial, foi produzido o simulacro segundo o qual há uma recusa a qualquer integração comercial.

Adicionalmente, a postura do partido em relação à ALCA foi compreendida como uma postura antiamericanista. Logo após enunciar que o PT propõe rejeição à ALCA, o enunciador afirma: *o problema é **que** hoje os Estados Unidos respondem por um quarto do comércio exterior brasileiro*. Ou seja, o problema de rejeitar a ALCA é o fato de os EUA serem o maior parceiro comercial do Brasil. O problema, portanto, de acordo com a imprensa, não está na recusa do acordo comercial (pelo menos não neste momento do enunciado), mas no risco de contrariar um parceiro comercial de tal magnitude.

A análise nos permite afirmar que, dada a associação entre tradução e competência discursiva, a enunciação da imprensa deu-se no sentido de traduzir o discurso petista em uma perspectiva discursiva negativa. Ao insinuar que o PT é

detalhamento ver Maingueneau, D. *Genèse du Discours*.

⁴⁴ "A vidraça do PT". *Veja*, 27 de junho de 2001.

contra a internacionalização, a imprensa caracteriza o discurso como inflexível e retrógrado, pois *revela quanto a legenda de Luís Inácio Lula da Silva continua imersa num antiamericanismo que seria mais corretamente ambientado em meados do século passado.*

A análise do enunciado nos permite, também, identificar o simulacro da imprensa no que diz respeito à formação discursiva do PT. Ao enunciar *o país não conseguiria substituir a parceria comercial estabelecida com os americanos por outra a ser criada com parceiros mais simpáticos à ótica petista, como talvez a Índia ou à China*, a imprensa cria o sentido de que o partido é simpático a regimes terceiro-mundistas ou adepto dos ideais antiamericanistas. O discurso do PT, portanto, seria retrógrado e antiquado.

IV.2 – Desemprego

A economia brasileira vem perdendo a capacidade de gerar emprego na quantidade necessária para absorver o crescimento da oferta de trabalho. A taxa de desemprego vem crescendo de forma sistemática em todo o país. Apontado pelos brasileiros como o maior problema a ser enfrentado, o desemprego atinge atualmente cerca de 12,9%⁴⁵ da população.

De acordo com estudos recentes, além da perda de capacidade de geração de postos de trabalho, a maior parte dos empregos gerados têm sido de qualidade inferior.

O mercado de trabalho brasileiro há muito é marcado por intensa desigualdade, elevada rotatividade dos postos de trabalho, significativa informalidade e baixos salários, embora sobre a base de uma dinâmica econômica urbana e industrial. As relações de trabalho continuam tendo por referência as bases corporativas e autoritárias constituídas nas primeiras décadas deste século, sem efetiva liberdade sindical e negociação coletiva, com importantes restrições ao exercício do direito de greve, com a mais ampla liberdade dos empregados para demitir e

⁴⁵ Dado referente a setembro de 2003, fonte: IBGE.

*com canalização dos conflitos individuais e coletivos para a Justiça do Trabalho.*⁴⁶

Diante dessa situação a questão do desemprego passa a ser um dos temas cruciais de qualquer discurso eleitoral que se pretende aceitável perante os eleitores brasileiros.

Constam no documento “Um Outro Brasil é Possível”, sob o título “A herança brasileira do neoliberalismo tardio”, os seguintes enunciados em relação ao crescimento do desemprego no Brasil:

(1) O ajuste neoliberal impôs um baixo dinamismo econômico, uma instabilidade permanente da economia e um profundo processo de exclusão social. O mercado de trabalho foi duramente afetado com o avanço acelerado do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a ofensiva conservadora contra as organizações populares e os direitos sociais.

O problema do desemprego é tratado como consequência do *baixo dinamismo econômico*, da *instabilidade permanente da economia* e do *profundo processo de exclusão social* que, por sua vez, são atribuídos ao *ajuste neoliberal*. No discurso petista, portanto, a causa da taxa de desemprego do país ter atingido tal magnitude teria sido a escolha equivocada de uma política econômica do governo anterior.

Para comprovar tal tese, são apresentados no documento os seguintes dados:

A taxa de desemprego aberto aumentou em mais de 50% entre 1994 e 2000, o rendimento médio dos ocupados vem caindo persistentemente desde 1997 e a participação dos salários no PIB encontra-se no nível mais baixo das últimas décadas. Estamos com cerca de 55 milhões de pobres, dos quais 23 milhões são indigentes, e 10 milhões de desempregados.

⁴⁶ MATTOSO, J. E. L. e SIQUEIRA NETO, J. F. “O Trabalho em regime de subcontratação no Brasil”. *Cadernos do CESIT*, Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, n.º 24.

Após o diagnóstico, o partido apresenta as seguintes propostas no item do programa “Crescimento econômico sustentado e ampliação do emprego formal” em “Os principais compromissos do novo modelo”:

(2) Apenas crescimento econômico não basta. Por um lado, este deve ser acompanhado de políticas específicas, para potencializar a criação de postos de trabalho e reduzir o excedente de oferta de mão de obra. No primeiro caso, se incluem uma maior proteção ao trabalho, a redução da jornada e o maior controle e encarecimento das horas extras. No segundo caso, têm papel relevante as políticas destinadas a reduzir o excedente estrutural de oferta de força de trabalho, tais como a reforma agrária o apoio à agricultura familiar, e o aumento da escolaridade⁴⁷.

O partido propõe políticas específicas, aliadas ao crescimento econômico, para diminuir a taxa de desemprego. Para criar mais postos de trabalho, propõe *maior proteção ao trabalho, redução da jornada de trabalho e maior controle e encarecimento das horas extras.*

Ainda a partir da análise do enunciado (2) podemos identificar a presença do “não-dito”. Para se entender a proposta de *redução da jornada* é necessária a informação de que uma jornada de trabalho menor implica um maior número de pessoas para o mesmo posto. Uma indústria, por exemplo, que funcione vinte e quatro horas, com uma jornada de 8 horas de trabalho, necessita de 3 funcionários para cada posto, divididos em três turnos. Com uma jornada reduzida, digamos 6 horas, precisará de 4 funcionários para cada posto de trabalho.

Em relação a *maior controle e encarecimento das horas extras*, há, também, a presença do “não-dito”. Para entendermos tal proposta, é preciso a informação de que um maior controle e encarecimento inibiriam o empregador de requisitar ou permitir que o funcionário trabalhasse mais do que sua jornada. Desta forma, estaria criando postos de trabalho na medida em que necessitaria de mais trabalhadores para cumprirem o excedente de trabalho, antes suprido pelas horas extras.

⁴⁷ “Um Outro Brasil é Possível”, p. 10.

Uma maior proteção ao trabalho poderia ser traduzida, diante do diagnóstico anteriormente feito pelo partido, em uma maior fiscalização quanto ao registro e pagamento dos benefícios dos funcionários. Dessa maneira, seria contido o atual processo de informalização do mercado de trabalho⁴⁸ (o que seria coerente com a grade semântica da formação discursiva do partido, uma vez que *informalização* é tratado como sema negativo e se opõe a *proteção do trabalho formal*).

Para reduzir o excedente de oferta de mão-de-obra o PT propõe *reforma agrária, apoio à agricultura familiar e aumento da escolaridade*. Dessa maneira, estaria fornecendo condições ao trabalhador para que ele próprio gere seu emprego, nos dois primeiros casos, e para que consiga ter melhores condições de competitividade no mercado de trabalho, no último.

A partir dos enunciados contidos na proposta do partido, a imprensa produziu o seguinte simulacro:

(3) *Maior proteção do trabalho, redução da jornada e maior controle e encarecimento das horas extras. São exatamente essas características da legislação brasileira que inibem o aumento do emprego no país. Até a França, ultrapaternalista em relação ao trabalhador, está flexibilizando os contratos*⁴⁹.

Há aqui, uma operação de permuta. A maior proteção do trabalho, redução da jornada e maior controle das horas extras é traduzida por maior rigidez nos contratos de trabalho. A imprensa interpretou a proposta como uma sugestão de introdução de leis ou normas que afetariam as relações econômicas, no sentido de aumento dos encargos sociais. Isso é entendido como algo negativo pois o

⁴⁸ O processo de informalização do mercado de trabalho – aumento do número de trabalhadores sem registro em carteira –, que obteve aumento significativo desde a década de 1990, é apontado pelo partido como questão relevante talvez devido à sua magnitude: chega a 43% da população ocupada, de acordo com dados do IBGE de dezembro de 2003 (www.ibge.gov.br). Para maior detalhamento sobre o processo de informalização do mercado de trabalho brasileiro ver BARBOSA DE OLIVEIRA, C. & MATTOSO, J. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta, 1996; POCHMANN, M. (1997) “Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro”. Recife, Anais do Encontro da ANPEC, 1997.

⁴⁹ “A vidraça do PT”. *Veja*, 27 de junho de 2001.

aumento dos encargos sociais faria com que as empresas diminuíssem a oferta de postos de trabalho.

No enunciado do partido: *para potencializar a criação de postos de trabalho e reduzir o excedente de oferta de mão de obra (...) se incluem uma maior proteção ao trabalho, a redução da jornada* há o “não-dito”, como vimos, que corresponde à idéia de que a diminuição da jornada de trabalho poderia auxiliar a criação de postos de trabalho no sentido de que em um único dia, um posto de trabalho poderia alocar um maior número de trabalhadores. As propostas analisadas não necessariamente incluem modificação nas leis de trabalho.

Mais uma vez podemos observar que o simulacro se dá no sentido de caracterizar o discurso do PT como atrasado e ultrapassado: *Até a França, ultrapaternalista em relação ao trabalhador, está flexibilizando os contratos*. Ou seja, há afirmação de que o PT seria simpático a uma prática de tratar os trabalhadores de forma paternal. Poderíamos inferir que está implícito nesta afirmação uma tendência do partido a “proteger” os trabalhadores, independentemente dos efeitos de tal proteção para os demais atores sociais.

IV.3 – Dívida Externa

A dívida pública externa, conjunto de obrigações contraídas pelo Estado em relação a outros países, está relacionada ao que o discurso econômico denomina de déficit em transações correntes. A relação entre transações correntes e comércio internacional pode ser assim descrita:

Quando uma nação absorve mais do que produz, está usando mais recursos do que dispões da produção doméstica. A nação só pode conseguir isso importando bens. Mais precisamente, ela precisa importar mais do que exporta, de modo que no resultado final está recebendo recursos reais do exterior. Por esta razão, um déficit em

*transações correntes costuma estar associado a um excedente de importações com relação às exportações.*⁵⁰

A questão da dívida externa torna-se fundamental para o discurso eleitoral devido ao seu montante (US\$ 90 bilhões⁵¹) e por constituir-se de um tema polêmico, principalmente se considerarmos a relação entre o PT e a imprensa.

De acordo com a imprensa, houve uma mudança no discurso petista no que tange ao pagamento da dívida externa ao longo dos anos. De um artigo intitulado “A Quarta Tentativa” (revista *Veja* de 04 de junho de 2001), selecionamos os seguintes enunciados:

(1) *Em janeiro de 1989, falando sobre seu programa para a dívida externa, o candidato do PT afirmou: "Nós, do PT, estamos convencidos de que a pior doença desse país é a dívida externa. Nossa posição é clara: teremos de suspender seu pagamento". Dias atrás, Lula deu nova declaração sobre o assunto. Observe a mudança de tom: "Existem contratos que não podem deixar de ser cumpridos, mas isso não significa que sejamos obrigados a concordar com eles".*

(2) *Lula através dos tempos – uma coletânea de frases mostra a evolução no discurso do presidencial:*

Julho– 1985: "Não podemos, não queremos e não devemos pagar a dívida externa."

*Janeiro – 1989: "Nossa posição é clara: nós teremos de **suspender** o pagamento da dívida externa."*

*Fevereiro – 2000: "O PT **não está propondo o calote** das dívidas externa e interna. Nós queremos, sim, a auditoria da dívida externa."*

Em (1) há a afirmação de que o PT (na voz de Lula) teria mudado seu discurso quanto ao pagamento da dívida pública externa. Em janeiro de 1989, de acordo com o locutor, o enunciador teria afirmado “nossa posição é clara: teremos de suspender seu pagamento”. Da suspensão explícita teria passado, em 2001, para “existem contratos que não podem deixar de ser cumpridos”. Dados os dois enunciados (de 1989 e de 2001), selecionados pelo locutor, teria havido uma

⁵⁰ SACHS, Feffrey D. e LARRAIN, Felipe B. *Macroeconomia*. São Paulo, Makron Books, 1995, p.177.

⁵¹ Fonte: “Um Outro Brasil é Possível”, p.14.

mudança de postura no sentido de que o partido não fala mais em *suspender*, *suspensão*, mas sim em cumprir determinados contratos.

A análise do enunciado permite, ainda, observar, mais uma vez, que a imprensa acusa a alteração no ethos enunciativo do partido: *observe a mudança de tom*.

No enunciado (2) tal mudança é traduzida como “evolução”: *coletânea de frases mostra a evolução no discurso do presidencial*. Quanto aos enunciados de Lula, citados na reportagem, podemos analisar que entre 1985 e 1989 não há mudança no discurso, uma vez que “não podemos”, “não queremos” e “não devemos” podem ser traduzidos como “não pagaremos” ou “teremos de suspender o pagamento”. Já em fevereiro de 2000, há a afirmação de que o partido não propõe o *calote* (não pagamento), mas que deseja a auditoria da dívida externa. É identificada a alteração de postura na medida em que o não pagamento da dívida é substituído por um pedido de exame conclusivo, irrefutável das atividades contábeis e financeiras do Estado.

Exemplificamos acima, sucintamente, a polêmica histórica em torno da questão da dívida pública externa. Voltemos, então, ao programa de 2002, objeto desta análise.

No projeto “Um Outro Brasil é Possível”, há a seguinte proposta quanto ao pagamento da dívida:

(3) *A dívida externa pública, de cerca de U\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um alívio nas contas públicas para acelerar os programas de investimentos e políticas sociais.*

A partir da análise concluímos que a proposta envolve *esforço de renegociação* (sema reivindicado como positivo de acordo com a grade semântica do discurso petista) para que os recursos públicos possam ser utilizados em *programas de investimentos e políticas sociais*.

A imprensa traduziu a proposta da seguinte maneira:

(4) **Proposta** – *Elevação do gasto público em habitação, saneamento, infra-estrutura e outros itens sociais. O que sobrar, depois desses gastos, será destinado ao pagamento de juros da dívida pública.*
Problema – *Na prática, a medida representaria um calote. Não haveria como convencer investidores (nacionais ou estrangeiros) a comprar títulos públicos diante da perspectiva de não terem remuneração. O Estado, portanto, quebraria por falta de financiamento.*⁵²

Acelerar os programas de investimentos e políticas sociais foi traduzido por *elevação do gasto público em habitação, saneamento, infra-estrutura e outros itens sociais*. “Investimentos” e “políticas sociais” (conceitos relativamente amplos) foram reduzidos para “habitação, saneamento, infra-estrutura e outros”.

Já a proposta de *renegociação no sentido de permitir um alívio nas contas públicas* foi traduzida por *o que sobrar será destinado ao pagamento de juros*. O simulacro foi, portanto, produzido no sentido descaracterizar a proposta do partido, ou traduzi-la em registros negativos, uma vez que afirma que a proposta representaria o calote da dívida externa. A imprensa cria o sentido de que o partido estaria propondo algo que levaria o Estado à falência: *o Estado, portanto, quebraria por falta de financiamento*.

IV.4 – Alianças Políticas

A questão das alianças políticas assume grande importância no cenário político brasileiro, uma vez que a governabilidade depende da formação da maioria no Congresso Nacional. No caso do Brasil, há um modelo de representação com muitos partidos, o que dificulta a viabilização de um governo sem aliados de outros partidos. É necessário compor com outras agremiações para que as medidas provisórias e os projetos do Poder Executivo sejam aprovadas pelo Congresso.

⁵² “A vidraça do PT”, *Veja*, 27 de junho de 2001.

Sérgio Abranches, cientista político que estuda a questão da governabilidade, em artigo intitulado “O Desafio das Alianças”, de 05 de julho de 2001, afirma que:

*No Brasil, o regime sempre foi de presidencialismo de coalizão e o sistema partidário é historicamente plural e fragmentado. Os partidos, à medida que crescem eleitoralmente e espalham suas raízes pelos estados, vão se diferenciando internamente e passam a abrigar seções estaduais com orientações e pontos de vista diferenciados. (.) A política requer a disposição para negociar e coalescer. Nos regimes presidencialistas latinos, está se tornando uma precondição de governabilidade.*⁵³

A questão das coalizões interpartidárias, neste estudo, passa a ser relevante na medida em que gera polêmica, em primeiro lugar, devido à afirmação, por parte da imprensa, de que houve mudança do discurso petista em relação à formação de alianças de alianças políticas, conforme os enunciados abaixo:

(1) 1986: “**Impossível** supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”.⁵⁴

(2) Lula através dos tempos – uma coletânea de frases mostra a evolução no discurso do presidencialista:

1988 – “O PT passaria a ter problemas se abrigasse tendências de direita”.⁵⁵

1998 – “**Podemos** fazer alianças sem nos prostituir”.⁵⁵

Em 1986, segundo o artigo da *Folha de S. Paulo*, o PT não aceita sequer a suposição (*impossível supor*) de alianças com qualquer setor da “burguesia” ou que expresse algum apoio aos interesses burgueses e à perpetuação do sistema capitalista. A análise nos permite concluir que naquele momento há o repúdio, por

⁵³ <http://www.no.com.br/revista/noticia/24327/994348111000> Acessado em 31/01/2004.

⁵⁴ FRAGA, Plínio. “Lula busca alianças à direita e investe no petismo de resultados” *Folha de S. Paulo*, 17 de março de 2002.

⁵⁵ “A Quarta Tentativa” *Veja*, 04 de julho de 2001.

parte do partido, a qualquer força política que não fosse adepta aos ideais petistas.

No enunciado atribuído a 1988, há uma alteração no discurso. Neste momento há a afirmação de que, caso fizesse aliança com partidos de direita, o PT *teria problemas*. A análise nos permite afirmar que o discurso passa, de (1) para (2), para um tom, digamos, mais ameno porque se antes o PT afirmava ser “*impossível supor* alianças que sustentassem a perpetuação do sistema capitalista”, agora, além de considerar a possibilidade, afirma que o partido apenas “*teria problemas*”. Não encontramos mais o sentido de repúdio.

Em 1998 o partido teria afirmado (na voz de Lula): *podemos fazer alianças sem nos prostituir*. Como no enunciado anterior é considerada a possibilidade de coalizão com outros partidos. Além disso é afirmado que tal possibilidade pode ocorrer sem que o partido tenha que se *prostituir*, ou seja, sem que precise abrir mão de seus princípios e ideais.

De acordo com a imprensa, o PT teria adotado uma postura “menos radical” (ou teria “evoluído”, de acordo com o subtítulo de (2)) quanto às alianças interpartidárias, como podemos observar em um artigo intitulado “Lula busca alianças à direita e investe no petismo de resultados”, de 17 de março de 2002:

(3) *A perda de radicalidade (...) resultou na atual política de alianças que tenta acordos com PL e parte do PMDB.*

A análise do enunciado leva à conclusão de que, do ponto de vista da imprensa, o PT estaria considerando acordos com a direita, nas eleições de 2002, devido à “perda de radicalidade” em seu discurso.

No que diz respeito ao programa de governo do PT, selecionamos o seguinte enunciado, contido no item “A reconstrução da nação e o resgate do social”:

(4) *Nosso projeto de nação tem a opção clara por uma sociedade solidária, e não predatória e excludente como esta impulsionada pelo neoliberalismo. (...) Além do avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade civil, será também necessário construir alianças com outras forças políticas do país e um amplo leque de apoio*

*internacional. (...). Não estamos sozinhos e nem podemos optar pelo isolamento econômico, político e cultural*⁵⁶.

O programa, de acordo com o enunciado acima, prevê *alianças com outras forças políticas do país* com o objetivo de *construir alternativas ao modelo neoliberal*. A análise do início do enunciado leva à conclusão de que as alianças também são tratadas como uma das ações necessárias para a construção do *projeto de nação*, que objetiva uma *sociedade solidária*. A justificativa apresentada para a consolidação de alianças (sejam nacionais ou internacionais) é que o partido não pode optar pelo *isolamento econômico, político e cultural*.

A partir do enunciado acima, a imprensa produziu o seguinte simulacro:

*(5) O PT propõe aliança ampla, com as forças políticas da esquerda e do centro que estejam em oposição a Fernando Henrique Cardoso e às políticas neoliberais.*⁵⁷

A construção de *alianças com outras forças políticas do país* foi traduzida por *proposta de aliança ampla da esquerda e do centro que estejam em oposição a Fernando Henrique Cardoso e às políticas neoliberais*. O enunciado do partido segundo o qual as coalizões seriam um dos instrumentos de construção de uma sociedade *não excludente como a impulsionada pelo neoliberalismo* foi traduzido por *o PT propõe alianças com forças que estejam em oposição às políticas neoliberais*. A opção pelo não isolamento político foi traduzida por uma oposição explícita a Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República.

Podemos concluir que a imprensa constrói o sentido de que o partido estaria disposto a estabelecer aliança somente com os opositores de FHC, enquanto o PT trata de alianças com *outras forças políticas*, sem especificá-las.

É retomada a imagem de um partido de oposição, preocupado unicamente em criticar o governo (do tipo que “critica, sem apresentar alternativas”, como analisado no capítulo III), presente na memória discursiva da imprensa.

⁵⁶ “Um Outro Brasil é Possível”, p.5.

⁵⁷ “Lula busca alianças à direita e investe no petismo de resultados”. *Folha de S. Paulo*, 17 de março de 2002, p. A15.

Capítulo V – Considerações Finais

Muitas das conclusões já foram apresentadas nos capítulos III e IV, ao longo das análises dos enunciados. Podemos, contudo, fazer algumas considerações acerca do processo e dos resultados das análises. Antes disso, vale lembrar que este estudo mais suscita do que responde a problemáticas no sentido de que, ao tratar da polêmica em torno do programa de governo do PT, levanta questões como: houve, de fato, uma mudança de postura política do PT? Esta mudança estaria somente na superfície lingüística ou pode ser traduzida como mudança na formação ideológica do partido? O que essa mudança significa para o cenário político brasileiro? São questões que, apesar de acenderem nosso interesse e curiosidade, requerem outros estudos, que fogem aos propósitos desta dissertação.

Neste trabalho procuramos aplicar o modelo de análise desenvolvido por Dominique Maingueneau em *Genèse du Discours* (baseado no primado do interdiscurso e no processo de interincompreensão regrada entre dois discursos de um mesmo campo discursivo) em dois discursos que estabeleceram entre si uma relação polêmica: o discurso petista e o discurso da imprensa sobre o discurso do PT.

A análise do *corpus* permitiu observar como se deu o processo de tradução do discurso do PT pelo discurso da imprensa e possibilitou esboçar alguns aspectos da polêmica gerada a partir da divulgação da proposta preliminar de governo, em 15 de junho de 2001.

Como enunciado na apresentação deste estudo, a imprensa, a partir da divulgação do programa de governo, produziu o sentido de que o PT teria mudado sua postura política e se aproximado do discurso neoliberal. Ainda que, como dissemos, não fosse objetivo deste trabalho avaliar a veracidade da hipótese de mudança, pudemos apontar de que maneira ela foi enunciada pela imprensa, o que pôde ser demonstrado a partir da análise de enunciados como, por exemplo,

a legenda aposentou o sonho socialista como bandeira pública e optou pela defesa de um Estado que faça ajustes no modelo neoliberal.

Há diversas justificativas dadas pela imprensa para esta *nova* postura do partido, como pudemos analisar: o PT aprendeu a separar fantasia da realidade, rendeu-se à realidade dos fatos, aprendeu com as mudanças no mundo e com as derrotas consecutivas em processos eleitorais, modernizou-se, livrou-se do que havia de mais radical e retrógrado.

Em alguns dos enunciados analisados foi possível encontrar a afirmação de que as justificativas listadas acima não passariam de uma tática eleitoral para vitória nas eleições. Podemos depreender desta afirmação que, apesar de criar o sentido de mudança, a própria imprensa não acredita na efetividade de tal mudança. Este discurso petista identificado como *mais comportado* seria apenas uma estratégia de marketing.

A análise desenvolvida ao longo do trabalho permite que identifiquemos, portanto, duas teses da imprensa quanto ao discurso petista. A primeira seria a que acabamos de descrever (de que a mudança seria uma estratégia de marketing) e a segunda, exposta acima, defende que o PT teria abandonado suas convicções ideológicas e se aproximado do discurso da direita, ou do discurso neoliberal.

É interessante observar que, no interior da polêmica estabelecida, há um fator de concordância entre o partido e a imprensa. Ambos enunciam a questão da *maturidade* do partido, ainda que partindo de premissas diferentes. Pudemos encontrar tanto no discurso petista como no discurso da imprensa a afirmação de que o partido amadureceu, está mais experiente em relação à década de 1980.

No que diz respeito às propostas propriamente ditas, a análise de cada um dos temas, no capítulo IV, permitiu evidenciar de que maneira a imprensa interpretou o documento, sempre traduzindo-o em registros negativos de sua própria grade semântica. No caso da ALCA classificou a proposta como *recusa*, *inflexível*, *retrógrada*. Quanto à questão desemprego, caracterizou o projeto como *ultrapaternalista*, que *inibe o aumento do emprego no país*. A proposta para o problema da dívida externa é também descaracterizada e traduzida por *calote*.

Finalmente, quanto às alianças políticas atuais, essas são consideradas como *oposição* ao governo anterior.

Todas as propostas, portanto, foram interpretadas de modo a desqualificar o programa de governo, que foi traduzido pela imprensa como *utópico*, um *sonho do PT*.

Do ponto de vista do PT sempre houve essa desqualificação de suas propostas, como visto em I.1. Uma das explicações para tal postura, dada pelo partido é a ausência de setores da esquerda na mídia:

*A primeira característica estrutural [da relação entre mídia e política] é a fortíssima defasagem entre a presença das forças de esquerda na vida social e política e sua participação e influência na mídia do país. Tal defasagem foi sendo construída durante os 21 anos de regime militar e não foi revertida no período após a redemocratização.*⁵⁸

A tese do partido é a de que essa “defasagem entre a presença das forças da esquerda na vida social e política e sua participação e influência na mídia do país” faz com que todo o discurso da esquerda, inclusive o do PT, seja marginalizado e distorcido.

Talvez a ausência da esquerda na mídia possa explicar a relação entre a imprensa e o PT. De qualquer forma, certamente a interincompreensão entre os discursos analisados se deu devido ao fato destes discursos não compartilharem a mesma grade semântica. Os temas reivindicados como positivos e os negativos, assim como as regras do que pode e deve ser dito, são diferentes nos dois discursos. Ou seja, caso a imprensa aderisse à formação discursiva petista, não haveria polêmica porque os temas enunciados coincidiriam com os registros positivos da grade semântica.

Esperamos ter conseguido demonstrar, da perspectiva da AD, de que maneira se dá a construção do simulacro enquanto fenômeno da

⁵⁸ Boletim eletrônico quinzenal da Fundação Perseu Abramo e Secretaria de Formação Política do PT, Edição nº16, São Paulo, maio de 2002.

interincompreensão inscrita no quadro do interdiscurso, particularmente em uma relação polêmica entre dois discursos de mesmo campo e espaço discursivos.

...

A título de observação, reproduzimos um exemplo do discurso da imprensa após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições. Em artigo intitulado “Lula muda a história”, publicado em 30 de outubro de 2002, a mesma revista *Veja* refere-se desta maneira ao novo presidente:

Meninos pobres como Lula não nascem no Brasil para ser presidentes da República. Antes dele, os mandatários da nação, mesmo os que os apresentavam como políticos de esquerda, foram todos escolhidos entre marechais, generais, fazendeiros, advogados e empresários. Como Machado de Assis, mulato, epilético, nascido pobre num morro carioca e que se tornou o maior escritor brasileiro em todos os tempos, Lula desafiou a história para chegar ao posto máximo da atividade política. Sua vitória representa o triunfo de uma idéia, de uma férrea vontade pessoal, mas é também o certificado de qualidade da democracia brasileira. (...) Lula presidente é uma demonstração para o mundo de que a democracia no Brasil, e por reflexo na América Latina, não é exercida apenas para salvar as aparências das elites que se revezam no poder.

Lula, após as eleições, é comparado a Machado de Assis (*maior escritor de todos os tempos*) e considerado uma pessoa determinada, que desafiou a história. Sua vitória é tratada como exemplo do caráter extraordinário da democracia brasileira (e da América Latina).

É uma imagem um pouco diferente da analisada ao longo da dissertação, segundo a qual Lula seria um candidato que, além de apresentar propostas utópicas e fantasiosas, perdeu suas convicções políticas e rendeu-se à realidade dos fatos.

Bibliografia

BETTO, Frei. *Lula, um operário na presidência*. São Paulo, Casa Amarela, 2002.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

BRANDÃO, Helena H. N. “Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo”, 2001. In.: BRAIT, Beth. (org.). *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, Editora Pontes: São Paulo, Fapesp, 2001.

COURTINE, J.J. *Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)*. *Revista Langages* 62, junho de 1981. Tradução de Sírio Possenti, mimeo.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000 (Título original: *L'archéologie du savoir*, 1969).

MAINGUENEAU, Dominique. *Genèse du Discours*. Bruxelles, P. Mardaga, 1984. Tradução de Sírio Possenti, mimeo.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o Discurso Literário*. São Paulo, Martins Fontes, 1996 (Título original: *Pragmatique pour le Discours Littéraire*, 1990).

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Editora Pontes/Editora da Unicamp, 1997 (Título original: *Nouvelles tendances en Analyse du Discours*, 1987).

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998 (Título original: *Les Termes Clés de l'Analyse du Discours*, 1996).

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa*. Rio de Janeiro/Campinas, Editora Revan/Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP. Ed. Pontes, 1999.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel e Catherine FUCHS (1975). “A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas”. In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997 (Título original: *Les vérites de la Palice*, 1975).

Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

Partido dos Trabalhadores: Trajetórias, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002, 2ª edição.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____. *Os Limites do Discurso*. Curitiba, Criar Edições, 2002.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo, Publifolha, 2001.

Anexo

UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL

Instituto da Cidadania

"Em nenhum momento de nossa história
foi tão grande a distância entre o que somos
e o que esperávamos ser como Nação"

Celso Furtado, 1999

ÍNDICE

I. A RECONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O RESGATE DO SOCIAL

II. CONDICIONANTES HISTÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO

2.1. A blindagem internacional do neoliberalismo globalizado.

2.2. A herança brasileira do neoliberalismo tardio.

2.3. Crise e fragmentação social.

III. COMPROMISSOS E METAS BÁSICAS DE UM NOVO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

IV. A CONSISTÊNCIA DO NOVO MODELO

4.1. Um novo contrato social pelas mudanças.

4.2. O social como eixo do desenvolvimento.

4.3. A nova dinâmica econômica.

4.4. A macroeconomia do novo modelo.

V. A CARTA DE RESPONSABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

I. A Reconstrução da Nação e o Resgate Do Social

No início deste novo milênio, o Brasil ainda possui uma significativa estrutura produtiva construída pelo trabalho sofrido de muitas gerações. Apesar disto, a riqueza e a renda se mantêm excessivamente concentradas; a pobreza, a violência e a exclusão social estão por toda parte, condenando multidões de brasileiros a uma luta diária e trágica pela sobrevivência e à mais absoluta desesperança com o futuro. A estagnação do crescimento econômico nas duas últimas décadas faz com que nas novas gerações esteja desaparecendo a própria esperança de desenvolvimento do Brasil, sentimento tão forte em nosso passado.

Entender com profundidade a interrupção do processo de desenvolvimento e construção da nação impostas pelo neoliberalismo e pelo atual governo não é uma tarefa simples. Muito mais difícil, no entanto, será superar as pesadas heranças e amarras deixadas por este período de nossa história e construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Não aceitamos continuar renunciando a um projeto próprio de Nação e reduzir as ações do Estado ao simples abrir espaços para o avanço do mercado, como faz o atual governo. Nosso compromisso é construir um modelo que seja capaz de superar a miséria e a extrema desigualdade que hoje vitimam a sociedade brasileira. Um modelo articulador da vontade popular comprometida com um projeto democrático capaz de resgatar o destino nacional, a cidadania e o primado da soberania.

Queremos construir um novo modelo de desenvolvimento que resgate todos os valores éticos que inspiraram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Um modelo que respeite nosso imenso patrimônio cultural e nossas peculiaridades e desenvolva o potencial deste país que possui a maior biodiversidade do planeta, que detém grandes reservas de recursos naturais, uma continentalidade territorial, mão-de-obra qualificada desempregada e um significativo parque produtivo.

Estamos propondo uma refundação do contrato social que sustenta a Nação e o Estado brasileiros na perspectiva de construir uma sociedade politicamente mais participativa, economicamente inclusiva, socialmente mais justa e culturalmente pluralista. Queremos lembrar que o Estado-Nação é formado essencialmente pelo território, povo e soberania e é nessa perspectiva que queremos resgatar os espaços perdidos de soberania e o espírito de serviço público, com um Estado desprivatizado e apropriado plenamente pela cidadania.

Para isto, teremos de romper com o voluntarismo utópico e ingênuo que tantas vezes entusiasmou e frustrou as propostas históricas da esquerda brasileira, mas principalmente romper com o conformismo fatalista de um pretenso pragmatismo que continua se sustentando na sonegação dos direitos históricos da maioria popular do país. No mundo contemporâneo este pragmatismo capitulacionista tem encontrado sua expressão maior na assim chamada Terceira Via.

Os principais paradigmas que inspiraram a formulação de modelos de desenvolvimento no século XX entraram em crise. O colapso do socialismo real na Europa Central e do Leste, assim como na extinta URSS, e os descaminhos da maioria das experiências social-democratas européias dificultaram e dificultam a formulação de alternativas à globalização sob hegemonia liberal. Da mesma forma, a nova correlação de forças que sucedeu a bi-polaridade leste/oeste debilitou (ou inviabilizou) as experiências que no pós

Segunda Guerra Mundial haviam buscado construir um caminho nacional de desenvolvimento.

O novo quadro mundial coloca um imenso desafio econômico, mas, sobretudo social e político ao nosso projeto de sociedade. Este supõe crescimento com forte distribuição de renda, capaz de atender às enormes demandas sociais existentes e produzir um amplo processo de inclusão social. Exige sustentabilidade ambiental, radicalização da democracia e afirmação cidadã. Nossa alternativa prevê, finalmente, presença soberana no mundo e alianças internacionais capazes de resistir à atual relação mundial de forças e, na medida do possível, alterá-la.

O novo contrato social proposto por nós representa um compromisso estratégico com os direitos humanos e uma completa mudança de rumo. O Brasil caminhará em direção a uma alternativa ao neoliberalismo que, necessariamente, terá que vir acompanhada de uma disputa de hegemonia com a cultura da mercantilização excessiva propagada pela globalização capitalista. É esta que articula valores, relações sociais, controles institucionais e que determina atitudes, comportamentos e projetos individualistas, oportunistas e consumistas inclusive entre os próprios excluídos e oprimidos.

Nosso projeto de nação tem a opção clara por uma sociedade solidária, e não predatória e excludente como esta impulsionada pelo neoliberalismo. Queremos superar o processo de despolitização das relações sociais, onde o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo mercado. As bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e nem têm qualquer compromisso com a ética e o futuro. O mercado não pode substituir o debate público e democrático, e as decisões que daí emanam, as únicas capazes de assegurar a proteção ao meio ambiente e a justiça social.

Além do avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade civil, será também necessário construir alianças com outras forças políticas do país e um amplo leque de apoio internacional. A consolidação de processos semelhante nos países que começam a construir alternativas ao modelo neoliberal na América Latina e no nível global terá um papel decisivo. Não estamos sozinhos e nem podemos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil na economia internacional. Para tanto devemos construir uma política alternativa de regionalização, que passa pelo fortalecimento e aprofundamento do Mercosul, entendido como espaço de conjugação de políticas ativas de desenvolvimento. Um Mercosul revigorado e ampliado deve ser importante instrumento de articulação de forças na América Latina, especialmente na América do Sul, ao mesmo tempo em que se buscam alianças com grandes potências emergentes como a Índia, China, África do Sul ou Rússia.

Não se deve perder a perspectiva de que a globalização monopolista e excludente em curso se processa em múltiplos planos e modifica aspectos relevantes das sociedades nacionais. Não há fronteiras para as mercadorias e para o capital que se concentram em poucos países. No entanto os povos, especialmente os mais pobres, continuam condenados a viver no território de seus países. Por isso, a questão social é indissociável da questão nacional. As soluções sociais são necessariamente nacionais e exigem um projeto de nação e uma inserção ativa na economia internacional, além de uma luta contínua por uma ordem mundial mais equitativa e democrática.

O que propomos, é o resgate da identidade nacional e a elevação da questão social a eixo central de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

II. Condicionantes Históricas para a Construção de Um Novo Modelo

2.1. A blindagem internacional do neoliberalismo globalizado

O atual modelo de desenvolvimento é a versão local de um conjunto de políticas de progressiva liberalização dos fluxos de capitais no plano internacional e desregulação das economias domésticas, postas em prática desde início dos anos 80, após a desestruturação da ordem de Bretton Woods. Isto significa que os graus de liberdade na formulação de políticas alternativas estarão fortemente condicionados pelo contexto internacional e pela trajetória das economias centrais, em especial a norte-americana.

As políticas liberais foram acompanhadas de uma nova institucionalidade internacional. Além do Banco Mundial e do FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC) ocupou um papel de destaque em pressionar e monitorar a liberalização comercial e garantir as práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais. As dezenas de paraísos fiscais e a ausência de mecanismos de regulação e controle sobre o sistema financeiro promovem uma fragilização dos bancos centrais, especialmente dos países periféricos, ante os movimentos especulativos do grande capital financeiro internacional.

Na América Latina as pressões para implantação e até antecipação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas - e o avanço do processo de dolarização de algumas economias da região vão desenhando um cenário de perda crescente de poder de decisão dos estados locais e controle progressivo dos EUA sobre a economia regional. É fundamental desenvolver, no plano interno, a consciência de que a implantação da ALCA representa a fragilização de nosso sistema produtivo através do reforço à especialização em atividades tradicionais e limitações à diversificação do parque produtivo em direção aos setores com maior conteúdo tecnológico. Ademais, representará uma significativa desnacionalização dos Serviços, incluindo setores chave na construção da cultura e identidades nacionais, tais como a Educação e a Comunicação.

O debate acerca dos impactos da ALCA tem se centrado invariavelmente na questão do acesso aos mercados, tema relevante, mas não necessariamente o mais importante, nem o que produzirá efeitos mais danosos. Nas demais questões o problema da assimetria entre os participantes do acordo deverá aparecer ainda mais acentuado do que no âmbito restrito da questão comercial. O conjunto de acordos visa criar um espaço homogêneo para operação do capital no espaço americano, a partir da convergência da regulamentação num conjunto de questões chave tais como: desregulamentação dos fluxos de capital; proteção de investimentos estrangeiros; compras governamentais; abertura do setor serviços; propriedade intelectual e acesso a mercados.

A assimetria será indiscutível e beneficiará os EUA, país no qual o capital já consolidou formas de operação mais avançadas, seja do ponto de vista tecnológico, da organização, ou mesmo da magnitude. Assim, alguns dos que defendem a ALCA o fazem por interesses concretos, como é o caso das empresas americanas, que terão acesso a novas possibilidades de investimento em setores sobre os quais pesavam restrições ou mesmo proibições, sobretudo nos serviços. Outros apoiam a iniciativa por razões ideológicas, pois enxergam na liberalização um mecanismo de ampliação da concorrência e, portanto da eficiência. Supõem, portanto que a homogeneização do espaço econômico das Américas sob a égide do capital americano elevará os padrões de eficiência e produção das demais economias. Estes últimos esquecem, todavia, de considerar as escassas possibilidades de concorrência de nossas empresas no espaço econômico dos EUA.

A discussão mais aprofundada dos efeitos da homogeneização ainda está para ser realizada. Alguns dos seus impactos podem ser antevistos na discussão do comércio ou mais precisamente do acesso aos mercados. O eixo dos acordos neste setor diz respeito à criação de um cronograma para a eliminação das barreiras tarifárias entre os países membros. Concretamente quando se analisa a estrutura tarifária vigente hoje nos EUA percebe-se de imediato que os países latino americanos e especialmente o Brasil têm pouco a ganhar com as mudanças. Isto porque o protecionismo norte-americano não se manifesta em proteção não tarifária. As tarifas já são reduzidas nos EUA e, mais que isto, bem menores do que as do nosso país e nos demais, sobretudo na América do Sul. Isto não exclui a permanência de uma atitude protecionista dos EUA em diversos setores industriais nos quais possuem pouca competitividade, bem como a completa exclusão da agricultura do acordo de livre comércio.

Segundo dados da CEPAL, nos últimos anos a média das tarifas incidentes sobre as exportações do Mercosul para os EUA foi de 2,4 %. Quando se considera o Brasil isoladamente, este número amplia-se um pouco para 6,6%. Na mão contrária, as importações oriundas do EUA pagam no Brasil uma tarifa média de 12,8%. Há a considerar no caso brasileiro a existência de alguns picos tarifários nas nossas exportações de suco de laranja, calçados e vestuário, segmentos nos quais o acordo poderia implicar ganhos de exportações. De qualquer modo a comparação das tarifas não deixa dúvidas sobre os potenciais beneficiários do processo.

A questão central, portanto, respeito à proteção não tarifária. Há nos países desenvolvidos e em especial nos EUA normas sanitárias, de respeito ao consumidor, e ao meio ambiente, bastante rígidas sustentadas em aparatos fiscalizadores bastantes eficazes e que podem operar como poderosas barreiras não tarifárias às nossas exortações. Essa é, aliás, uma característica que diz respeito não só ao comércio, mas ao conjunto de atividades que serão liberalizadas criando, na prática dificuldades de acesso de nossas exportações e serviços ao mercado norte-americano.

Para enfrentar a iniciativa da ALCA e propor formas alternativas de integração continental necessita-se de uma ampla coalizão nacional de forças e de um complexo processo de alianças no continente. Esse esforço de alianças anti-ALCA envolve inclusive forças progressistas no interior dos Estados Unidos.

O Mercosul, que poderia vir a ser uma importante alternativa no plano regional, vive uma grave crise, não apenas pela convivência difícil entre dois regimes cambiais quase antagônicos, mas, em especial, pela falta de iniciativas no plano econômico político, cultural e social que permitam consolidar um pólo de resistência articulado no contexto de crise econômica, social e política dos diversos países latino americanos. Seria imprescindível um efetivo relançamento do Mercosul, que permitisse articular outros países além dos já participantes, como por exemplo a Venezuela, através de projetos comuns de desenvolvimento nas áreas produtiva, e de pesquisa científica e tecnológica.

No plano militar, iniciativas como o Plano Colômbia vão demonstrando o absoluto desprezo pelo princípio de autodeterminação dos povos e a submissão da ONU, em especial do seu Conselho de Segurança, à vontade política e aos interesses estratégicos do Departamento de Estado dos EUA. O Plano Colômbia tem efeitos desestabilizantes sobre toda a região andina. Já intervém na situação interna do Equador; ameaça Peru e Venezuela. Busca isolar o Brasil e pode representar a militarização da região amazônica com forte presença das forças armadas dos EUA.

Estamos, portanto atravessando um período histórico no qual o governo dos EUA se coloca como avalista em última instância de todas as mudanças importantes no plano

político e econômico internacional, em especial na América Latina. Teremos que tensionar e promover rupturas parciais com toda esta blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado. Neste sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular forças dos povos que lutam por sua identidade e independência. E, ainda, fortalecer o movimento em defesa da taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres, aqueles classificados como menos desenvolvidos pela UNCTAD, deve ser acompanhada pela perspectiva de renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do Terceiro Mundo e devem ter destaque na política internacional do novo governo.

2.2. A herança brasileira do neoliberalismo tardio

O Brasil viveu, inicialmente com o governo Collor e mais tarde com a aliança conservadora que sustenta FHC, a implantação de um projeto neoliberal tardio. Tardio em duplo sentido, de um lado porque o impeachment e a força da oposição popular retardaram a realização da sua agenda de reformas regressivas. De outro, porque se implantou no país em um momento no qual várias economias latino americanas já davam sinais de esgotamento do modelo calcado nas políticas de inspiração liberal.

O Brasil realizou, nos anos 90, um intenso processo de liberalização financeira, compreendendo o aumento da conversibilidade da conta de capital do Balanço de Pagamentos e a desnacionalização de seu sistema financeiro. Há um consenso, entre os críticos desta abertura, quanto ao seu efeito no aumento da vulnerabilidade externa e à pequena importância no financiamento das atividades produtivas internas, em especial no que se refere ao investimento.

Excetuando-se o investimento direto estrangeiro, que apresentou um crescimento acelerado por causa do volume de aquisições de patrimônio nacional nos últimos anos, todos os demais fluxos mostraram-se bastante voláteis, apresentando, reversibilidade nos momentos de grande turbulência dos mercados financeiros globais. Poucas foram as formas de absorção de recursos financeiros que representaram financiamento de fato para as empresas e atividades produtivas, destacando-se a emissão de títulos no exterior e algumas modalidades de papéis como parcela dos ADRs. Os investimentos diretos estrangeiros, embora volumosos, tiveram escasso significado na elevação da taxa de investimento da economia, já que, em sua maioria, destinaram-se às privatizações e aquisição de empresas privadas pré-existentis.

Além disso, a abertura financeira restringiu fortemente a autonomia da política macroeconômica doméstica. A liberalização dos fluxos de capitais sujeitou a taxa de juros doméstica às regras de formação dos mercados financeiros globais. Ou seja, não é mais possível atualmente ter uma taxa de juros doméstica de curto prazo distinta daquela paga nos títulos brasileiros negociados nos mercados externos, sob pena de provocar uma maciça fuga de capitais.

Outro elemento constitutivo da inserção externa no âmbito do modelo liberal foi a abertura comercial. Pela sua forma e velocidade, esta abertura terminou por produzir uma regressão expressiva do setor produtivo doméstico e uma precarização do nosso comércio exterior. Ao longo da década o Brasil perdeu um superávit comercial expressivo, que chegou a alcançar US\$ 15,3 bilhões em 1992. A combinação da abertura comercial, apreciação cambial e aceleração do crescimento do PIB, produziu entre 1995 e 1998, o aparecimento e a ampliação de déficits comerciais como aquele na casa dos US\$ 8,3

bilhões observados em 1997, refletindo o crescimento mais que proporcional das importações ante as exportações. Isto porque o Brasil é hoje, com poucas exceções, um importador de bens de elevado conteúdo tecnológico e um exportador de commodities largamente intensivas em trabalho e recursos naturais. Esta é a razão estrutural para os recorrentes déficits comerciais difíceis de serem eliminados até mesmo por desvalorizações cambiais expressivas e forte desaceleração do crescimento como as observadas em 1999 e 2000.

Este processo econômico produziu uma modernização truncada em alguns setores e um aumento de produtividade em um número limitado de atividades, sem efeito sistêmico. No entanto, gerou uma dependência significativa de importações, desarticulou complementaridades na cadeia produtiva, reduziu externalidades e debilitou a capacidade de geração endógena de tecnologia. Na agricultura, a compressão da renda e a descapitalização dos pequenos e médios produtores aprofundaram ainda mais a crise social aguda acelerando o processo de ruína e reconcentração fundiária por que passa a agricultura familiar.

O crescimento econômico medíocre e os ciclos breves e setorialmente concentrados do investimento mantêm importantes setores com capacidade ociosa, localizados prioritariamente na indústria de bens de consumo duráveis e particularmente nas montadoras. Estas podem suportar um aumento rápido da demanda, mas convivem com segmentos produtores de bens e serviços de consumo de massa (Têxtil, calçados, alimentos) e de bens Intermediários (Papel e Celulose) ou de Insumos como Energia, nos quais a ausência de investimentos coloca limites importantes para a rápida ampliação da produção e conseqüentemente da melhora da distribuição de renda impulsionada pela elevação mais rápida dos salários .

As privatizações sem marco regulatório eficaz e a fragilidade do Estado debilitaram a infra-estrutura, comprometendo a competitividade sistêmica e o potencial de crescimento da economia. Mais que isto, provocaram um aumento sem paralelo nos preços relativos de bens públicos importantes como energia elétrica, telefonia, transporte. Em razão do encarecimento, esses bens passaram a gravar uma parcela elevada da renda de amplas camadas da população, especialmente a mais pobre.

O ajuste neoliberal impôs um baixo dinamismo econômico, uma instabilidade permanente da economia e um profundo processo de exclusão social. O mercado de trabalho foi duramente afetado com o avanço acelerado do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a ofensiva conservadora contra as organizações populares e os direitos sociais. A reforma da legislação trabalhista, já anunciada como prioritária pelo Governo, é o passo final para a institucionalização do arbítrio do capital no mercado de trabalho.

Estas modificações estiveram associadas a uma estratégia de estabilização, o Plano Real, que, apesar de inovações metodológicas no mecanismo de desindexação com a utilização da URV, teve na articulação entre o aumento acelerado das importações e absorção de recursos financeiros externos o centro do programa de estabilização. A âncora cambial foi o eixo central da política de estabilização inflacionária na sua primeira fase, associada a uma política monetária de juros elevadíssimos. Esta política gerou um imenso passivo dolarizado privado e uma vulnerabilidade cambial e dependência de capital externo volátil associada a uma elevação brutal da taxa de juros, que promoveram um acelerado processo de endividamento e fragilização financeira pública e privada.

O país possui agora um déficit na conta de transações correntes no balanço de pagamentos muito elevado e estrutural de 4% a 5% do PIB. O passivo externo líquido aumentou muito nos últimos anos em decorrência do endividamento externo acelerado e

da desnacionalização profunda da economia, sendo estimado atualmente em mais de US\$ 400 bilhões. A dívida externa é predominantemente privada, mas o setor público continua com uma dívida de cerca de US\$ 90 bilhões e o passivo dolarizado de curto prazo é muito elevado e de grande potencial desestabilizador. Os encargos anuais desse passivo externo - exclusive amortizações da dívida - já superam 40 % do valor das exportações, criando uma situação de fragilidade externa permanente.

Agregue-se que a farta liquidez internacional que prevaleceu nos anos iniciais de vigência do Plano Real não deve manter-se nos próximos anos. A ocorrência de novas turbulências financeiras e restrições no financiamento externo são muito prováveis no próximo período histórico. A desaceleração das economias americana e européia e a crise econômica japonesa têm um papel relevante na definição desta tendência e caso se consolide pode dificultar também a evolução das exportações brasileiras.

O crescimento explosivo da dívida líquida do setor público a partir de 1994, seu perfil de curto prazo e, principalmente, o aumento brutal da conta de juros aprisionaram a política fiscal do governo e sua capacidade de realizar gastos ativos com maior conteúdo social. O potencial desestabilizador da economia decorrente dos encargos financeiros internos e externos e o comprometimento da capacidade de regulação do Estado serão, seguramente, os grandes desafios de uma política fiscal de caráter redistributivo e indutora do crescimento.

2.3. Crise e fragmentação social

A crise social avança em uma velocidade alarmante. A fome e os níveis de desemprego e pobreza cresceram acompanhados pela escalada da violência, do narcotráfico e do crime organizado cada vez mais infiltrado nos altos escalões do Estado.

Os elevados níveis de desemprego aberto, uma péssima novidade na história contemporânea do país, associados à informalização do emprego, deterioraram as condições do mercado de trabalho e agravam o histórico processo de concentração da renda e da riqueza no país. A taxa de desemprego aberto aumentou em mais de 50% entre 1994 e 2000, o rendimento médio dos ocupados vem caindo persistentemente desde 1997 e a participação dos salários no PIB encontra-se no nível mais baixo das últimas décadas. Estamos com cerca de 55 milhões de pobres, dos quais 23 milhões são indigentes, e 10 milhões de desempregados.

Paralelamente, aumentou significativamente o peso relativo das remunerações à propriedade e ao capital, ao mesmo tempo em que aumentava a concentração no interior desse segmento, via, entre outras coisas, a ciranda financeira e o processo de concentração e centralização do capital em curso em diversos setores da economia.

Recorde-se que em 1995, 53% do estoque líquido de riqueza privada do país e 17% da renda nacional eram controlados por apenas 1% da população, aproximadamente 400.000 famílias. Este segmento social está entre os principais beneficiários do extraordinário aumento das despesas nominais do setor público com juros da dívida interna, que atingiram no período 1995/2000 aproximadamente 300 bilhões de reais, a maior parte dos quais convertidos em novos títulos da dívida pública.

No plano regional, constata-se, durante os anos 90, uma reconcentração das atividades econômicas nas regiões mais ricas do país revertendo a tendência de desconcentração observada nos anos 70 e 80. A guerra fiscal e a crise do pacto federativo resultantes da ausência de uma política de desenvolvimento regional acirram os conflitos inter-regionais e geram uma perda de sentimento de unidade nacional.

O desmonte do Estado, que se deu nas três esferas de Governo, constituiu-se em elemento essencial da crise do pacto federativo e tende a aprofundar as desigualdades regionais. O Governo FHC conseguiu implantar a política de redução do setor público em compasso com a maioria dos estados e municípios. Governadores e Prefeitos aderiram (ou sucumbiram) em todo o país aos programas de reforma dos estados financiados sob orientação do BACEN, assinando compromissos e metas de gestão draconianas.

Foram realizados programas de privatizações (energia, telecomunicações, estradas estaduais), programas de demissão de servidores (implementados de forma generalizada e com resultados catastróficos nas áreas sociais), extinção dos sistemas financeiros estaduais (PROES) e dos sistemas de poupança para habitação popular, todos realizados a partir da tutela do governo federal.

Em simultâneo, ocorreu uma profunda alteração de competências no que se refere à execução e gestão de serviços públicos com a reconcentração de recursos na União e sua crescente desobrigação com o social. A divisão de recursos e responsabilidades estabelecida na Constituição de 88 foi desorganizada com a criação e recriação de fundos e normas que conduziram à ampliação das responsabilidades das Prefeituras ou, o que é pior, das Organizações Sociais terceirizadas levando à crescente deterioração da frágil rede de proteção social.

A degradação da qualidade do ensino público em um país no qual a média de escolaridade da população é de apenas 6,6 anos, a precariedade do sistema de saneamento básico e o retrocesso das políticas de assistência social vão promovendo um rebaixamento do nível e qualidade de vida, em especial nas grandes cidades.

A crise moral da elite política e empresarial, com o processo de corrupção epidêmica acompanhada pela mais completa impunidade, vai desmoralizando as instituições democráticas. Paralelamente, o governo abafa todas as denúncias, tenta imobilizar as instituições responsáveis pela fiscalização do Executivo e governa autoritariamente por medidas provisórias. Durante o Governo FHC foram editadas 3572 medidas provisórias e o Poder executivo foi responsável por 80% das matérias aprovadas no Congresso Nacional.

III. Compromissos E Metas Básicas de um Novo Modelo de Desenvolvimento

Sustentável e Solidário

A construção de um novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do estado de direito e terá que equacionar limitações legais e institucionais extremamente graves. Isto significa que as reformas políticas e institucionais tendem a assumir um papel decisivo e exigirão intensa pressão popular e base de sustentação parlamentar.

A distribuição de renda e riqueza para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas e políticas sociais básicas e universais são os eixos do novo modelo de desenvolvimento. A construção deste processo exige políticas sociais de urgência histórica, mas que necessariamente devem estar direcionadas para as reformas estruturais que dão sustentabilidade à nova estratégia de desenvolvimento.

Estamos propondo um conjunto de políticas que modifiquem o modelo de desenvolvimento, através de uma mudança na alocação dos recursos na produção e de um redirecionamento das políticas fiscal, de crédito e de abastecimento que permitirão, em conjunto, impulsionar o crescimento econômico e modificar o padrão de distribuição

de renda e de consumo. A velocidade de transição para um novo modelo depende decisivamente da capacidade de alavancar os investimentos e reorientar a estrutura produtiva em direção ao mercado de consumo de massas.

Nossas propostas representam uma mudança profunda de rumo do país, mas serão transparentes e previsíveis e marcadas pela disposição permanente de diálogo e negociações que não comprometam os princípios fundamentais de nosso projeto, que são promover a inclusão social das maiorias populares empobrecidas, resgatar nossa identidade nacional e aprofundar a democracia colocando o povo no centro do processo decisório.

Como mecanismo essencial de gestão do novo modelo propomos patrocinar e incentivar aquilo que tem sido a marca principal das administrações petistas nas esferas subnacionais, a democratização do Estado. Além das garantias à democracia representativa será essencial estimular decididamente a participação popular através de instrumentos como o orçamento participativo, conselhos comunitários, conselhos de usuários, câmaras setoriais, etc.

Os principais compromissos do novo modelo são:

a) Crescimento econômico sustentado, e ampliação do emprego formal

Voltar a crescer é uma exigência e uma possibilidade histórica para o Brasil. Com as mudanças profundas das políticas públicas e centrando o dinamismo do mercado interno na expansão do consumo de massas poderemos retomar o crescimento sustentado. Um padrão de crescimento dessa natureza gera menos pressões sobre a balança comercial, dado o baixo componente importado da maior parte dos bens e serviços básicos, sendo, portanto menos vulnerável às restrições externas existentes.

É possível crescer modificando o atual estilo de desenvolvimento concentrador e excludente, sempre que se consiga mobilizar a capacidade produtiva instalada na indústria, na agricultura e nos serviços. Existe, além disso, abundância de terras férteis, capacidade não utilizada em importantes segmentos produtivos e mão-de-obra qualificada desocupada. A utilização dos recursos disponíveis carece de políticas públicas adequadas, sobretudo as fiscais, creditícias e de abastecimento.

O crescimento é absolutamente indispensável para gerar empregos. Sem crescimento econômico, as políticas de emprego assumem caráter compensatório e não conseguem enfrentar o desemprego e a precarização das relações de trabalho daí decorrentes.

No entanto, apenas crescimento econômico não basta. Por um lado, este deve ser acompanhado de políticas específicas, para potencializar a criação de postos de trabalho e reduzir o excedente de oferta de mão de obra. No primeiro caso, se incluem uma maior proteção ao trabalho, a redução da jornada e o maior controle e encarecimento das horas extras. No segundo caso, tem papel relevante as políticas destinadas a reduzir o excedente estrutural de oferta de força de trabalho, tais como a reforma agrária o apoio à agricultura familiar, e o aumento da escolaridade.

É também indispensável que este crescimento venha acompanhado da elevação do gasto público (em habitação, saneamento e infra-estrutura econômica) e da expansão das políticas públicas (em educação e saúde) que além de favorecer a redução da desigualdade, têm historicamente mostrado sua extraordinária capacidade de geração de empregos.

b) Recuperação da infra-estrutura básica

A privatização de empresas de serviços públicos sem consideração às necessidades de longo prazo e, portanto, sem compromissos de investimentos, bem como a ausência de um marco regulatório eficiente está impedindo novos investimentos em setores estratégicos como a Energia e Transportes, e já comprometem uma trajetória de crescimento sustentado.

O objetivo central de um novo modelo será assegurar a ampliação da oferta nos serviços de infra-estrutura em ritmo compatível com o do crescimento econômico. Dessa perspectiva, um dos equívocos centrais do atual modelo foi o de privatizar os ativos existentes e não os novos investimentos. Se, como alega o atual Governo, o problema era o de escassez de recursos, teria sido mais correto deixar o estoque de ativos sob controle do Estado e privatizar o novo investimento. Como isto não foi feito, as empresas estatais terão de desempenhar papel relevante nos novos investimentos, sobretudo na área de Energia.

No conjunto dos setores privatizados, o novo governo terá que assegurar investimentos que ampliem de forma sustentável a infra-estrutura nacional, exigindo metas dos novos concessionários, além de recuperar o planejamento e realizar investimentos públicos nos setores nos quais eles fizerem necessários. Com essa perspectiva, será necessário alterar o marco regulatório das agências reguladoras nacionais e estabelecer um imposto sobre o lucro extraordinário das empresas privatizadas para financiar os novos investimentos em infra-estrutura.

Para garantir o cumprimento das metas de interesse público e a retomada dos investimentos nos setores privatizados, será necessário ademais, recuperar o poder de fiscalização e controle públicos. Isto ocorrerá pela instituição e ampliação do controle social através do acesso a informações estatísticas e resultados das empresas pelos conselhos de usuários e conselhos setoriais.

A preservação da qualidade dos serviços e a minimização dos riscos ambientais será outra tarefa crucial da regulação. Para tanto será necessário coibir a terceirização das tarefas de manutenção, responsável pela deterioração na qualidade dos serviços e por graves acidentes como o ocorrido neste ano com a plataforma da Petrobrás.

c) Redistribuição da renda e da riqueza

A mudança do modelo de desenvolvimento implica na mudança no perfil da distribuição de renda do país. Não se trata de crescer para depois distribuir. Trata-se de crescer expandindo aceleradamente a produção para consumo de massas e os serviços públicos universais. Só assim é possível acelerar o crescimento dos salários reais, que começa necessariamente pelo crescimento progressivo e sustentável do salário mínimo e da oferta dos bens que compõem a cesta básica. O aumento do salário indireto através do acesso subsidiado aos serviços públicos essenciais - transporte, água, luz, saneamento - é outra peça essencial da política de redistribuição.

A política redistributiva não deve, no entanto, se esgotar na melhor repartição dos fluxos de renda. É preciso que alcance também os estoques, ou seja, a riqueza. Para tanto, temos que avançar na definição das políticas e instrumentos de distribuição riqueza social, incluindo a ampliação do conceito de uso social da propriedade, no campo e na cidade. Por fim, como a riqueza vem sendo subtaxada historicamente no Brasil e é muito mais concentrada que a própria renda, a sua taxação pode contribuir decisivamente para melhoria do perfil distributivo do País. Dessa perspectiva não se pode esquecer da importância da reforma agrária e da titulação das pequenas posses rurais e urbanas para promover a desconcentração da propriedade fundiária no país.

d) Novo pacto federativo e redução das desigualdades regionais

Será essencial empreender esforços para a construção de um novo pacto federativo, baseado na cooperação e responsabilidade entre as 3 esferas de poder, e na solidariedade entre entes federados, na busca da superação das grandes disparidades regionais.

Neste sentido, um dos desafios do novo governo será repactuar as competências para reestruturar as redes públicas de ensino, de saúde, de assistência. Essas políticas públicas necessariamente deverão operar, com gestão, financiamento e execução partilhadas entre união, estados e municípios.

As possibilidades que emergem a partir de uma nova postura da União como responsável pela superação da fragmentação da ação do estado brasileiro permitiria recuperar, no curto espaço de tempo, capacidade de regulação sobre várias áreas. A união, estados e municípios serão aliados para reconstruir e qualificar os serviços públicos essenciais, a área de infra-estrutura, reforma agrária e habitação popular.

e) Política agrícola

A ampliação da produção de alimentos será garantida por uma política agrícola dirigida à agricultura organizada em bases empresariais e à agricultura familiar. Nos últimos dez anos o financiamento público para a agricultura caiu pela metade, não ultrapassando R\$ 11 bilhões, absolutamente insuficientes para atingir uma safra de 100 milhões de toneladas de grãos. Financiamento, transporte, armazenagem e apoio técnico devem ser mobilizados porque a agricultura permite um retorno rápido, gerando divisas com as exportações, barateando o custo de vida e gerando renda e emprego no campo, sobretudo quando as pequenas propriedades familiares ganham importância na política agrícola.

f) Reforma agrária

A reforma agrária é outra dimensão estratégica de uma política de enfrentamento da crise social e de fomento da agricultura familiar e da economia solidária. A aceleração do processo de reforma é fundamental para, no curto prazo, aumentar o emprego na agricultura, com um investimento relativamente baixo e praticamente sem gastos relevantes em divisas, e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores sem terra e suas famílias. A ulterior expansão e integração da produção de alimentos, paralelamente à consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional.

Sem prejuízo de outras formas secundárias que possam ser utilizadas em situações específicas, o instrumento central de obtenção de terras para a reforma agrária será a desapropriação por interesse social. A elevação da eficácia da reforma será alcançada, adicionalmente, através da ampliação da participação dos beneficiários em todas suas fases e da implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam a viabilizar economicamente as unidades produtivas que sejam criadas.

g) Prioridade à habitação popular

A habitação popular, além de uma aspiração generalizada, gera muitos empregos, assegura estabilidade familiar, não têm impacto negativo no balanço de pagamentos e desencadeia um grande impulso na economia. O grande desafio é construir uma parceria eficaz com a iniciativa privada e equacionar a questão do financiamento. A moradia popular assumirá a condição de prioridade como ocorreu historicamente no "New Deal".

Será possível, com a mobilização de diferentes instrumentos de apoio, atingir metas expressivas no número de casas populares produzidas por ano.

A reforma urbana que agilize o acesso à propriedade imobiliária da população de baixa renda será decisiva para assegurar a prioridade à habitação. A segurança da propriedade do terreno na periferia das grandes cidades é fundamental para viabilizar o financiamento imobiliário e fomentar a construção civil popular. A modernização da legislação vigente e o envolvimento da justiça para agilizar a regulamentação das áreas em conflito, a partir da perspectiva de democratização da propriedade, poderão cumprir um papel decisivo para o equacionamento da questão.

h) Apoio à economia solidária

Do ponto de vista do combate à pobreza é preciso distinguir dois tipos de pobres: os integrados à economia de mercado, ainda que de forma precária, e os que se encontram à margem dela. Para retirar da pobreza os que estão integrados é preciso elevar o nível de ocupação na economia, melhorar e tornar mais efetivo o cumprimento da legislação do trabalho e aumentar o salário mínimo. Mas, a aceleração do crescimento da economia não atingirá os pobres marginalizados a não ser em décadas, o que é eticamente intolerável.

Para arrancar os marginalizados desta situação não basta lhes transferir renda, embora programas de renda mínima e bolsa escola dêem - pelo menos aos mais jovens - chance de quebrar este círculo vicioso. É preciso lhes proporcionar meios de produção e os recursos culturais para poder empregá-los bem. No campo isto significa distribuir terra, capital em dinheiro para adquirir ferramentas, sementes etc., crédito e extensão agrícola. E a consciência de que a cooperação e ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente. É preciso mobilizar as comunidades marginalizadas, capacitá-las a se organizar, cooperar e interagir solidariamente. E lhes dar recursos materiais e intelectuais (tecnologia de produção, marketing, financeira etc.) para poder competir nos mercados.

É preciso proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas de se financiar e criar mercados para sua produção. Para tanto o Banco Central deve rever a regulamentação sobre a criação e desenvolvimento de cooperativas de crédito e bancos do povo, que no mundo inteiro se tornaram reconhecidamente as bases de reprodução da pequena produção de mercadorias e da economia solidária. O Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve ajudar ativamente a construção duma rede de crédito solidário, que empreste aos pobres tanto para ajudá-los em situações de emergência como para lhes permitir trabalhar e ganhar a vida decentemente.

i) Programa de renda mínima

A instituição de uma renda mínima, associada à educação, como nos programas bolsa-escola, que permita as famílias carentes enviar as suas crianças à escola, deve ser efetivada com a cooperação da União, dos Estados e dos Municípios, abrangendo todo o território nacional. Essa renda mínima associada à educação deve ser vista como um passo na direção da implementação, quando as condições fiscais permitirem, de uma renda básica que assegure a todos os brasileiros que necessitem o suficiente para suas necessidades vitais.

j) Tolerância zero com a fome

Não somos um país pobre, somos um país de muitos pobres devido à péssima distribuição da renda e exclusão social. Uma das conseqüências da desigualdade é a fome que ainda atinge parcelas da população e precisa ser erradicada do Brasil neste início de século. Estabelecer uma cesta básica de produtos que melhore progressivamente com o aumento da produção e políticas agressivas de distribuição de alimentos, especialmente para a população infantil, assumirão um caráter prioritário. Mas, além disso, será necessário adotar medidas de ampliação da produção e organização do abastecimento e distribuição de alimentos que previnam a ocorrência de crises decorrentes da expansão da demanda, estimulada pelas políticas de redistribuição de renda, ou de distorções na oferta de caráter especulativo ou político.

k) Universalização do ensino básico e aumento da escolaridade

O analfabetismo está para o século XXI como a escravidão para o século XIX. Não é possível tolerar o analfabetismo neste contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e no próprio exercício da cidadania. Temos cerca de 15,2 milhões de analfabetos absolutos (dados do MEC), e ainda 35 milhões de analfabetos funcionais. As crianças na faixa etária de 7 a 14 anos fora da escola superam os 2 milhões. Os índices de evasão escolar são ainda muito elevados. Para equacionar esses problemas precisamos desenvolver um programa de bolsa escola que atenda a 8 milhões de crianças

Não aceitamos a concepção neoliberal de que a educação é na sua essência uma forma de adestramento da força de trabalho. Queremos uma educação que promova a cidadania em todas suas dimensões. A qualidade do ensino também estará no centro das preocupações da nova política educacional. A meta de elevar a escolaridade média da população para 12 anos é absolutamente estratégica, além da universalização do ensino fundamental.

l) A defesa da vida na política de segurança pública

A violência cresceu de tal forma que a banalização da vida e a arquitetura do medo estão consolidadas no cotidiano da população. O país precisa de um amplo programa de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado. Uma nova concepção de segurança pública com reestruturação completa dos aparelhos policiais precisa ser implementada e será uma das políticas prioritárias na transição. A prevenção aos crimes e delitos e não apenas a repressão, acompanhada de um novo código penal e de revisão do sistema prisional inspirado por penas alternativas serão a base da nova política de segurança.

m) A política de saúde pública

O sistema único de saúde pública é uma grande conquista histórica da sociedade brasileira e precisa ser implantado na sua plenitude. O acesso da população aos medicamentos essenciais e de uso continuado, o fomento a produção de medicamentos genéricos e o impulso das políticas de saúde preventiva farão parte deste compromisso essencial de defesa da vida.

n) Intransigência no combate à corrupção e sonegação

A credibilidade de um novo governo estará decisivamente associada ao compromisso com o combate implacável à corrupção. Este é um patrimônio fundamental na história do PT e que deve ser preservado a qualquer custo. Temos que desenvolver um conjunto de políticas que reconstrua os mecanismos de transparência, controle social e fiscalização do gasto público e das ações de governo.

Da mesma maneira não podemos fechar os olhos à sonegação que mina a arrecadação de impostos e taxas e cujo combate será também prioritário. A nossa concepção de justiça inclui um sistema tributário no qual todos paguem, eliminando-se a impunidade aos sonegadores e as anistias fiscais eleitoreiras.

n) Ciência, tecnologia e cultura

As universidades e os institutos de pesquisa são instituições complexas que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural de uma nação. Por isto mesmo, não podem ser marginalizadas, desprestigiadas e isoladas do processo de desenvolvimento como está ocorrendo, mas devem ter sua função crítica e autonomia reforçadas. A questão do financiamento público da educação e da mobilização destes recursos para recuperar a capacidade endógena de produção de tecnologia é essencial para um novo padrão de inserção do país na globalização.

A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental de resgate da identidade do país. Essa atitude não se confunde com um nacionalismo estreito e se articula com a necessária abertura para culturas de todo o mundo. É essencial realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo pleno acesso de todos aos bens culturais, bem como a livre circulação de idéias e de todas as formas de expressão artística.

IV. A Consistência do Novo Modelo

4.1. Um novo contrato social pelas mudanças

Estamos propondo grandes mudanças estruturais para o país, que exigem o apoio político de amplas forças sociais, ou seja, um novo contrato social que dê suporte à nação e ao Estado brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social, portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e os especuladores serão atingidos diretamente pela política distributivista, e, como tal, não se beneficiarão do novo contrato social. Mas os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracterizam o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar segurança e previsibilidade para o capital produtivo.

Os trabalhadores já incorporados e aqueles a serem incluídos pelas políticas sociais e de crescimento são a base de sustentação do novo contrato social. Só isso permitirá incorporar a população em idade ativa ao emprego e aos direitos econômicos e sociais básicos que caracterizam o novo contrato social.

Os pequenos empresários e os setores médios vão se beneficiar diretamente do crescimento econômico e das novas oportunidades que se abrem, e indiretamente através do fim da violência social que está por toda parte e decorre da crise social e ética que atinge toda a sociedade. É evidente que o objetivo político prioritário do contrato social e de todas as mudanças que propomos é a inclusão dos excluídos, esta multidão desorganizada que quase não é produtora, consumidora e cidadã. A sua própria organização sob a forma de economia solidária ou a sua incorporação ao trabalho remunerado e ao consumo de bens básicos os converteria em uma formidável força política cidadã. Assim, a criação de uma sociedade socialmente mais homogênea trará benefícios para todos e dará consistência ao processo de democratização do país.

Estamos propondo uma radical defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos. Queremos abrir caminho para a democracia representativa e participativa. E isto exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social da sua ação e o controle democrático e social do mercado.

4.2. O social como eixo do desenvolvimento

O Brasil possui um dos piores padrões de concentração de renda do mundo e esta condição tem sobrevivido às mais diversas conjunturas históricas. Tivemos períodos de crescimento acelerado, com ou sem inflação, mas a concentração da renda se mantém ou se agrava como está novamente ocorrendo. Isto significa que não será possível reverter este quadro com políticas e instrumentos tradicionais.

A mudança no perfil de distribuição da renda só será materializada se for acompanhada pela transformação da estrutura produtiva em direção a um amplo mercado de consumo de massas. Estes dois movimentos precisam estar sincronizados e devem ser implementados de forma progressiva e sustentável na perspectiva de colocar o social como eixo do novo modelo de desenvolvimento.

A construção de uma sociedade mais homogênea social e economicamente exigirá a incorporação de cerca de 55 milhões de brasileiros que vivem em condições de pobreza, uma tarefa monumental e muito difícil dado o peso das estruturas arcaicas de dominação e exclusão social. Esta dimensão é central para a repactuação social, porque não há futuro para a democracia com os níveis de marginalidade social presentes hoje no Brasil.

A primeira grande diretriz é lançar as bases de uma sociedade de bem estar social, onde o Estado desempenha um papel decisivo. Caberá a este último apropriar parte do excedente econômico disponível para financiar políticas sociais universais. Nosso problema é que o excedente econômico potencial, apesar de expressivo, torna-se insuficiente frente ao tamanho da dívida social acumulada e ao desperdício decorrente das políticas financeiras do Estado. A nossa perspectiva de colocar o eixo do desenvolvimento na questão social exige uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como centro de toda a ação e institucionalidade do Estado brasileiro. As dívidas financeiras não são as únicas dívidas do Estado, a dívida social é parte essencial desta equação e precisa ser resgatada.

Para garantir a centralidade do social no novo modelo através da ampliação consistente dos gastos será necessário realizar uma reforma tributária ampla, que desonere a produção, reduza os tributos sobre os assalariados e a classe média. É evidente que esta articulação entre reforma tributária e justiça social sofrerá resistências, mas ela é essencial para financiar as políticas sociais universais e promover a consistência social do programa.

Existe hoje consciência no Brasil quanto à inadequação do sistema tributário brasileiro e a urgente necessidade de reformá-lo. A estrutura produtiva brasileira permanece acorrentada por uma cadeia tributária antiga e contraproducente. É uma verdadeira colcha de retalhos de impostos e taxas que incidem várias vezes sobre o mesmo produto, aumentando o custo Brasil. São tributos que colocam uma camisa de força no empresariado, encarecem as exportações e reduzem a renda do assalariado. Nesse sentido, o sistema tributário brasileiro é, ao mesmo tempo, ineficaz e concentrador de renda.

Os princípios de uma nova estrutura tributária estão claros e são aceitos tanto pelos empresários quanto pelos trabalhadores. Substituir tributos em cascata (como o Cofins), que incidem várias vezes sobre o mesmo produto, por um tributo sobre valor agregado,

como o IVA. E ainda, reduzir a carga sobre os assalariados de baixa renda e da classe média, para aumentá-la sobre os altos rendimentos. É muito importante ampliar a base de arrecadação, de modo a distribuir melhor a carga fiscal. É imprescindível também, reduzir o número de impostos e taxas, como também esvaziar a guerra fiscal, cobrando o IVA no destino e não na origem.

É perfeitamente factível agrupar tributos que incidem sobre os mesmos fatos geradores. IPI e ICMS podem ser unificados, desde que seja mantida a autonomia dos estados, respeitando-se o pacto federativo. Muitos tributos podem ser eliminados mediante a cobrança de alíquotas maiores dos novos impostos. Por exemplo, o imposto de renda da pessoa física no Brasil nivela ricos e pobres em apenas duas alíquotas, de 15 e 27,5%. É muito alto para os pobres e a classe média, que começam a pagar uma alíquota de 15% e irrisório para as rendas altas. Merece uma atenção especial dos legisladores. Deve começar com maior faixa de isenção e alíquotas reduzidas para os salários menores e atingir patamares maiores sobre as rendas milionárias, conforme ocorre na maioria dos países avançados.

O aumento da progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física e a efetiva incidência do Imposto de renda da Pessoa Jurídica em setores como o bancário será garantido pelo combate à evasão e a elisão fiscal, com instrumentos como a movimentação bancária obtida com os dados da CPMF e quebra do sigilo fiscal. Estes mecanismos ajudarão a ampliar a base de arrecadação e impulsionar uma ampla reforma tributária.

É possível e viável, do ponto de vista tributário, ampliar a tributação sobre a riqueza, sobretudo na forma imobiliária. Essa taxação da riqueza incluirá a ampliação da progressividade nos impostos sobre a propriedade tais como o ITR e IPTU e sua efetiva cobrança.

4.3. A nova dinâmica econômica

Embora as condições internacionais, em especial a livre mobilidade dos capitais, a onda de inovações tecnológicas, e os novos padrões do investimento não permitam a reprodução integral do nacional-desenvolvimentismo, alguns de seus elementos podem e devem ser recuperados. Assim, em contraposição ao modelo fundado nas aberturas comandadas pelo mercado e na desregulação radical da economia doméstica, propomos um modelo de crescimento cujo eixo central será a ampliação do mercado interno, fundado na ampliação do consumo de massas e na universalização dos serviços públicos essenciais e, numa integração internacional realizada a partir de uma nova regulação da economia.

Um novo estilo de desenvolvimento, que tenha o social como eixo, estará centrado na ampliação da oferta dos serviços públicos de uso universal e dos bens básicos da cesta de consumo popular. Como tal, seu impacto sobre a capacidade para importar será bem menor do que seria a expansão do consumo das camadas de renda elevada, (que é grande demandante de importados) e por isso afetará menos as restrições externas atualmente em curso. Estas são particularmente intensas num ciclo de crescimento guiado pelo investimento privado estrangeiro, dado o alto grau de desnacionalização da economia e dos correspondentes padrões de consumo e produção.

a) O papel do Estado

Constitui parte essencial do modelo, a definição de um novo padrão de intervenção do Estado na economia. Este tem de ser refeito em substituição tanto do modelo de coordenação do velho "tripé" do estado desenvolvimentista, quanto da atual situação de

descoordenação e de intervenções "ad hoc". Este último padrão tem conduzido a miniciclos de consumo, de investimento e de exportações, que esbarram tanto em restrições internas, quanto externas tornando o crescimento insustentável.

O novo estilo de desenvolvimento implicará a necessidade de produzir formas de coordenação pública e privada que: 1) possibilitem taxas de crescimento mais altas do emprego e, da produção de bens e serviços consumidos por trabalhadores; 2) viabilizem atividades que teriam sua existência impedida pela operação pura e simples de uma economia de mercado; 3) induzam as empresas dos setores mais dinâmicos e de alta tecnologia a buscar maior equilíbrio nos seus balanços comerciais setoriais, de modo a não pressionar o balanço de pagamentos.

O primeiro ponto da ação do Estado refere-se à busca efetiva de uma melhor distribuição de renda. A produção de bens e serviços e a distribuição de renda são duas caras de um mesmo processo de desenvolvimento numa sociedade mercantil. Não se trata de primeiro crescer para depois distribuir e, muito menos de estabilizar para posteriormente crescer. Distribuir renda não significa portanto aplicar políticas sociais compensatórias (do tipo Banco Mundial), e requer uma política de produção de bens e serviços, uma política de rendas e de pleno emprego e ainda a universalização das políticas sociais.

Afora um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição, da renda, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infra-estrutura, financiamento, e ciência e tecnologia que são atividades centrais para a criação de externalidades e aumento da eficiência geral de qualquer sistema econômico.

O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve pautar-se por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento econômico, para assegurar um horizonte mais longo para os investimentos. Para tanto será preciso implantar políticas ativas setoriais e regionais concebidas a partir de uma política industrial, agrícola e tecnológica.

No caso brasileiro, embora tenha havido um processo de privatização intensivo, há vários segmentos nos quais a presença de empresas públicas ainda é majoritária e deve ser preservada. Além do Petróleo, geração de Energia e de áreas típicas de serviços públicos como Saneamento e Transportes, o destaque é para a presença de importantes bancos estatais como o BNDES, a CEF e o BB, que podem se constituir numa significativa alavanca do crescimento. Para as demais atividades de infra-estrutura o papel das agências públicas reguladoras e de planejamento será essencial para afiançar seu crescimento.

b) A nova dinâmica do investimento

O êxito desse novo estilo de desenvolvimento dependerá do suficiente dinamismo do investimento, capaz de assegurar uma trajetória estável de crescimento. Aqui cabe reconhecer que ao contrário do período nacional-desenvolvimentista, já não há mais um setor produtivo estatal de grandes dimensões capaz de, em articulação com o setor privado multinacional, assegurar a taxa de investimento necessária ao crescimento. Ao investimento público e estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.

O alto grau de desnacionalização ocorrido na última década levaria qualquer ciclo de crescimento comandado prioritariamente pelo investimento privado a depender fundamentalmente da entrada ou do reinvestimento do capital estrangeiro. Para evitar que

isto leve a uma grande instabilidade, ou mesmo a um crescimento medíocre do investimento como vem ocorrendo nesta década, o Estado deverá mobilizar todos os instrumentos disponíveis com o intuito de ampliar o seu papel de coordenador e indutor da ampliação do investimento. Desse ponto de vista caberia definir claramente o papel e as tarefas das empresas multinacionais, das privadas nacionais e das empresas estatais e do gasto público, nas metas a serem alcançadas. A criação de externalidades e o aumento geral de eficiência do sistema e a expansão concomitante do investimento, do consumo de massas e das exportações, só serão possíveis se for criada uma nova capacidade de coordenação pública.

c) O padrão de financiamento

Apesar da crescente desnacionalização e privatização do setor financeiro brasileiro ocorrida no período recente, há ainda elementos neste sistema que podem e devem ser recuperados na construção de um novo modelo de financiamento. O primeiro deles refere-se às instituições especiais de crédito tais como o BNDES, a CEF o BB o BNB e o BASA. Essas instituições, presentes também nos países capitalistas avançados, são essenciais para o financiamento de atividades de maior risco (agricultura; inovação tecnológica; pequenas e médias empresas, comércio exterior) ou de setores com prazo de retorno mais longo prazo (infra-estrutura; habitação).

O segundo princípio, que decorre parcialmente da própria existência das instituições especiais de crédito, mas que pode e deve ser estendido às instituições privadas é o do crédito dirigido. Através dos vários instrumentos desse último (exigibilidades, redesconto seletivo) pode-se conseguir um maior envolvimento do sistema privado no financiamento da produção e do crescimento.

O terceiro princípio relevante é o da ampliação da poupança doméstica de longo prazo. O Brasil tem uma experiência significativa e de relativo sucesso com os fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-PASEP; FAT) que constituíram e constituem a única base de financiamento de longo prazo da economia nacional. Uma gestão mais eficaz e transparente desses fundos, acompanhada de novas prioridades na alocação de recursos, certamente alongaria o horizonte de um processo do crescimento sustentado. A maior formalização do emprego ampliaria os recursos dos fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo prazo. A constituição de uma previdência pública complementar sob regime de capitalização daria também a oportunidade de direcionar recursos adicionais para as instituições especiais de crédito, reforçando os seus fundos emprestáveis.

4.4. A macroeconomia do novo modelo

A construção de um novo marco macroeconômico terá fatalmente de orientar-se para superar as restrições que na atualidade condicionam a dinâmica da economia brasileira. Mantidos os objetivos centrais do novo modelo de desenvolvimento, quais sejam, a obtenção e sustentação de taxas de crescimento e emprego mais elevadas e a incorporação das parcelas excluídas da sociedade a um padrão civilizado de acesso a bens e serviços, o novo marco macroeconômico se estruturaria em torno a três vetores principais:

a) Redução da vulnerabilidade externa

A redução da vulnerabilidade externa possui duas dimensões distintas, a financeira e a comercial. De um lado é necessário reduzir a dependência do país dos fluxos de capitais externos, sobretudo os de natureza especulativa. De outro, é preciso diminuir de forma

rápida e continuada o déficit em Transações Correntes através da obtenção de saldos comerciais crescentes e melhoras na conta de serviços.

Com relação à abertura financeira, é necessário desestimular os fluxos de capitais de maior volatilidade, e reorientar o IDE. Para acelerar a incorporação de novas tecnologias, e melhorar a inserção comercial, a política econômica deverá privilegiar a reorientação do IDE, corrigindo as distorções do passado recente, tais como o caráter prioritariamente patrimonial e o direcionamento para a produção de bens e serviços não comercializáveis.

Ou seja, ao IDE, conjuntamente com o capital privado nacional, caberá melhorar a qualidade da integração comercial e financeira com o exterior, no marco de uma política de seletividade que favoreça o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e integração de nossa indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico.

Para corrigir os desequilíbrios oriundos da abertura comercial será necessário rever a estrutura tarifária, e criar proteção não tarifária para determinadas atividades. A correção desse desequilíbrio se fará através de uma política comercial com caráter seletivo. Ou seja, será necessário criar novas atividades geradoras de divisas e incentivar as empresas implantadas no país para que cumpram a função de substituir importações, ampliar exportações e reinvestir internamente os seus lucros.

Papel fundamental terá também a implementação de uma política externa de defesa comercial ativa, que proteja o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e preserve os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As ações nessa esfera complementarão as políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento de esquemas de integração comercial e econômica entre os países latino-americanos e à desconcentração e diversificação do setor exportador brasileiro.

Em resumo, a redução da vulnerabilidade externa será conseguida estimulando-se a reorientação do IDE e, principalmente, através do estímulo ao crescimento das exportações e substituição de importações cujo efeito em médio prazo será a supressão do déficit comercial e sua substituição por um superávit. O fomento ao turismo e a reconstrução de uma frota para reduzir os gastos com frete serão complementares a este imenso esforço de redução do déficit em transações correntes do país.

A dívida externa privatizada não contará mais com os diversos mecanismos de estatização e socialização dos riscos e prejuízos. A dívida externa pública, de cerca de U\$ 90 bilhões, será objeto de um grande esforço de renegociação, no sentido de permitir um alívio nas contas públicas para acelerar os programas de investimentos e políticas sociais. A implantação de mecanismo de proteção contra a entrada de capitais especulativos será parte deste processo de superação da fragilidade externa. Somente estes resultados permitirão que o país supere a vulnerabilidade e perca a condição de refém do mercado financeiro globalizado.

b) Reversão da fragilidade fiscal

A consistência da política fiscal é outra pedra angular de sustentação do novo modelo. Do nosso ponto de vista ela significa antes de tudo a preservação da solvência do Estado, entendida como um limite de comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública, e de sua capacidade de realizar políticas econômicas e sociais ativas. O compromisso fundamental do Estado é com o desenvolvimento, o resgate da dívida social e a universalização dos serviços básicos.

A consistência fiscal não pode, portanto, ser confundida com a atual política fiscal do Governo, que transformou os juros na pedra angular do desequilíbrio das contas públicas, fazendo com que o Estado se endividasse absolutamente para nada, salvo transferir recursos para os rentistas daqui e do exterior. Não pode também guardar semelhança com o atual ajuste fiscal que, na tentativa de corrigir esse desequilíbrio, lança mão das elevações "ad hoc" da carga tributária através de impostos e contribuições de caráter regressivo, e executa cortes expressivos e indiscriminados, inclusive em gastos sociais.

Da perspectiva da manutenção da solvência do Estado, a atual política é inconsistente, posto que se limita a uma meta puramente quantitativa, cuja expressão é uma relação dívida/PIB da ordem de 50%. Os limites para ampliações da dívida pública dependem da taxa de crescimento do PIB, da taxa de juros incidente sobre o estoque e dos prazos da dívida. Isto faz com que este seja o mais variável e elástico de todos os indicadores fiscais numa comparação entre países. Por isto, é necessário explicitar que a maior ameaça ao desequilíbrio fiscal e ao descontrole do endividamento público no Brasil origina-se, atualmente, de choques de juros, em razão de seu patamar permanentemente elevado e do caráter pós-fixado de maior parcela do estoque da dívida. Uma redução das taxas de juros ou uma melhora no perfil da dívida permitirão um comprometimento menor das receitas fiscais com o serviço da dívida mesmo diante de um maior endividamento.

Não cabe tampouco subordinar as metas de déficit público exclusivamente à viabilização desse limite de endividamento como é feito nas metas do acordo com o FMI. A idéia subjacente a este tipo de postura é a de que o aumento de gastos de qualquer natureza, mesmo os sociais ou de investimento, terá que necessariamente ser compensado por redução em outros gastos para evitar a ampliação do endividamento. Pela mesma razão, aumentos da carga de juros que possam significar dívida adicional terão de ser compensados pela geração de superávits primários. Esses ajustes realizam-se, no mais das vezes, sem atentar para a qualidade das receitas adicionais e dos gastos suprimidos. É necessário deixar claro que há gastos públicos que não podem ser comprimidos pois deterioram expressivamente a situação social ou inviabilizam o próprio crescimento sustentado do país.

Dado o objetivo mais geral e de longo prazo de manter a solvência do Estado, cabe preservar um aspecto essencial do gasto público, qual seja, o seu papel anticíclico e estimulador do crescimento econômico. Do ponto de vista cíclico a evolução do déficit público não pode estar sujeita a metas de longo prazo ou a concepções anacrônicas que postulam um permanente orçamento equilibrado. Sua melhor contribuição para a preservação do equilíbrio das finanças públicas será através da maximização da taxa de crescimento do PIB e da estabilidade macroeconômica. Assim a consistência macroeconômica será obtida através da fixação, em cada conjuntura particular, de um valor do déficit público que compense a insuficiência da demanda efetiva oriunda do déficit externo ou da contração do investimento privado. Induz-se dessa forma o pleno emprego e a maximização das receitas fiscais.

Por fim, cabe considerar que a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos externos, com efeitos positivos sobre a taxa de juros doméstica de curto prazo que influencia o custo de financiamento da dívida pública. Desta forma, estar-se-ia reduzindo a carga de juros, o elemento central de pressão sobre o crescimento da dívida pública, reduzindo a imprevisibilidade da sua trajetória.

c) Consolidação da estabilidade inflacionária

A estabilidade inflacionária foi de fato a única grande conquista do atual modelo econômico, embora com sacrifício de outros objetivos relevantes como o crescimento econômico, o nível de emprego, a solidez das finanças públicas e das contas externas.

A manutenção da estabilidade inflacionária em bases diferentes, num contexto de crescimento com distribuição de renda e redução dos desequilíbrios externos, é uma tarefa sumamente complexa, que requererá uma articulação governamental com outras esferas privadas da economia e da sociedade. A coordenação é particularmente importante no que se refere à expansão da produção dos setores de demanda mais elástica ou que apresentem rigidez para o aumento da oferta no curto prazo; ao crescimento da produtividade, que possibilite a absorção dos custos salariais adicionais e a elevação da competitividade nos setores exportadores; à remoção dos gargalos existentes na infra-estrutura de energia, transporte, armazenamento e comercialização, para citar somente os aspectos relativos à economia real.

O aumento da proteção econômica de certas atividades não significa fechamento da economia, nem pode autorizar a ampliação do grau de monopólio e as margens de lucro das empresas instaladas no país. A melhor garantia de que isto não o ocorra é a sustentação do crescimento dos salários, acompanhando o aumento da produtividade, com expansão do investimento e da produção. Além das tradicionais câmaras setoriais, sempre defendida pelo movimento sindical combativo, é fundamental aumentar a eficiência da atividade reguladora do Estado e fiscalizadora da sociedade civil na defesa dos consumidores.

Em resumo, a concorrência não deve se verificar apenas no plano das mercadorias, mas também no dos investimentos e deve ser acompanhada da coordenação política de decisões macro-estruturais. Nestas condições, as decisões empresariais serão guiadas por um mercado regulado e em expansão e serão induzidas a aumentar os investimentos e ganhar produtividade, repassando estes ganhos aos preços.

Por fim, o retorno da indexação formal de preços, salários e ativos financeiros, não será tolerado, à exceção do salário mínimo e dos contratos de financiamento de longo prazo. Isto eliminará o risco de propagação de eventuais choques inflacionários ou da volta da inflação inercial. A indexação informal, utilizando o câmbio e mais precisamente o dólar como referência será desestimulada pela progressiva melhoria das contas externas.

V. A Carta de Responsabilidade Econômica e Social

O Brasil está sendo mais uma vez monitorado por um organismo multilateral que é o FMI. As Cartas de Intenções do governo FHC com esta instituição estabelecem metas macroeconômicas que são monitoradas pelas equipes do fundo, dentro da perspectiva monetarista e ortodoxa que marca a atuação deste organismo. Toda uma blindagem institucional está sendo construída para assegurar o sentido do ajuste estrutural estabelecidos pelos compromissos do governo brasileiro com o sistema financeiro internacional.

Nós queremos reverter totalmente esta perspectiva. Estamos propondo, que anualmente se estabeleça uma Carta de Responsabilidade Econômica e Social com a sociedade brasileira. Esta Carta deve conter todos os principais objetivos sociais e econômicos, tais como redistribuição de renda, geração de emprego e formalização das relações de trabalho, volume de recursos para a educação e saúde, bolsas escolas oferecidas, taxa de matrículas escolares nos diversos níveis, indicadores de saúde pública esperados,

taxa de crescimento do PIB, metas de inflação, evolução das contas externas e públicas e outras variáveis essenciais que reflitam o desenvolvimento social e o desempenho macroeconômico do país.

A construção destas metas e objetivos deve envolver uma ampla participação da sociedade. Instrumentos como as câmaras setoriais para articular toda a cadeia produtiva dos diversos setores, os conselhos de saúde, educação e assistência social devem participar ativamente, assegurando o acesso da sociedade civil à formulação das políticas públicas. As audiências públicas periódicas no Congresso Nacional permitirão o acompanhamento e transparência das políticas de governo. As agências de regulação dos setores de serviços públicos essenciais e o próprio Banco Central terão seus mandatos orientados pelas diretrizes da Carta. Caberá sim ao Banco Central defender a moeda nacional e assegurar as metas inflacionárias, dentro desta perspectiva econômica e social mais ampla que o governo popular formulará a partir da Carta de Responsabilidade Econômica e Social.